



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA**

VALTEY MARTINS DE SOUZA

**DINÂMICAS TERRITORIAIS E AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA**

MARABÁ-PA

2014

VALTEY MARTINS DE SOUZA

**DINÂMICAS TERRITORIAIS E AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – PDTSA/UNIFESSPA, para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Hentz de Mello

MARABÁ-PA

2014

VALTEY MARTINS DE SOUZA

**DINÂMICAS TERRITORIAIS E AS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU NO
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – PDTSA/UNIFESSPA, para obtenção do grau de mestre.

Aprovado em: ____/____/____

Prof.^a Orientadora – Dr.^a Andréa Hentz de Mello
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Examinador I: Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo
Universidade Federal do Pará

Examinadora II Prof.^a Dr.^a Rosana Quaresma Maneschy
Universidade Federal do Pará

Suplente: Prof.^o Dr. Marcio Douglas Brito Amaral
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

DEDICATÓRIA

À minha esposa e filhas por suas dedicações,
incentivos e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do PDTSA que ministraram aulas nas disciplinas que frequentei, pelas suas dedicações, paciência, educação e atenção para com todos os alunos.

Agradeço em especial a professora Dra. Andréa Hentz de Mello, minha orientadora, por sua grande colaboração, incentivo e paciência nas orientações.

Um agradecimento especial aos professores Dr. Gilberto de Miranda Rocha e Dr. Luis Mauro Santos Silva por suas contribuições durante o processo de qualificação do projeto de pesquisa.

Agradeço também a todos os colegas das duas turmas de alunos, 2012 e 2013, do PDTSA por suas contribuições com as discussões durante as aulas.

Um obrigado especial à todas as mulheres quebradeiras de coco babaçu e suas famílias que me receberam com grande atenção e colaboração.

Agradeço também aos componentes da banca examinadora Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo, Dra. Rosana Quaresma Maneschy e Dr. Marcio Douglas Brito Amaral por sua disposição em examinar essa dissertação.

Epígrafe

“A territorialidade nos humanos é melhor pensada não como algo biologicamente motivada, mas sim enraizada socialmente e geograficamente. Seu uso depende de quem está influenciando e controlando o quê e quem, nos contextos geográficos de espaço, lugar e tempo. A territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar.”

Robert Sack (1986)

RESUMO

Essa dissertação trata das dinâmicas territoriais ocorridas nos territórios das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará, que faz parte de uma região em que uma das principais atividades econômicas é a agropecuária. Essa dissertação se justifica pela falta de trabalhos que tratem especificamente da dinâmica no território das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará, provocada por políticas públicas e leis. A importância do assunto reside no estudo da dinâmica territorial das quebradeiras de coco babaçu perpetrada por meio de políticas públicas que apresentam uma abrangência muito maior que o território dessas mulheres, contudo, reconhecem a existência delas e provocam transformações nesses territórios. O conceito de território embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito além do Estado nação, estendendo-se para o conjunto de terras agrupadas em uma unidade dependente de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime. Trata-se de um compartimento do espaço politicamente distinto e uma entidade jurídica, administrativa e política. Assim, sua característica fundamental permanece sendo o caráter político-administrativo do território. No entanto, a perspectiva materialista de território, apresenta importantes nuances, reivindicando também a inclusão de uma dimensão ideal ou apropriação simbólica, pois, o acesso, o controle e o uso é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes. A categoria identidade será usada nesse trabalho sempre como uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo, uma relação, como uma “posição relacional”, uma “posição-de-sujeito” construída de modo relacional e contrastiva. Assim, o objetivo principal desse trabalho foi o de analisar a forma de materialização da dimensão territorial coletiva das quebradeiras de coco babaçu e a percepção por parte do Estado e das quebradeiras acerca desse processo de territorialização. As metodologias para alcançar esses objetivos passaram por uma releitura conceitual acerca dos conceitos de território e identidade, o uso de cartografia, entrevistas semiestruturadas, levantamento de dados secundários que visaram a observação da atividade produtiva das quebradeiras, o modo como elas usam os recursos naturais e a caracterização da área de estudo. Como resultados dessa pesquisa, observou-se que a identificação do território das mulheres quebradeiras de coco babaçu residentes no município pode ser entendido como todas as localidades do município onde existam quebradeiras e babaçuais, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Portanto, as formas de territorialização das quebradeiras de coco babaçu se dão pela relação com os recursos naturais que elas acessam, controlam e usam, pois é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

Palavras-chave: Território. Identidade. Territorialização. Populações tradicionais. Políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation deals with the territorial dynamics occurring in the territory of babassu coconut breakers in São Domingos do Araguaia, Pará, part of a region where a major economic activity is agriculture. This thesis is justified by the lack of studies that deal specifically with the dynamics in the territory of babassu coconut breakers in São Domingos do Araguaia, Pará, caused by public policies and laws. The importance of the matter lies in the study of territorial dynamics of babassu coconut breakers perpetrated through public policies that have a much broader scope than the territory of these women, however, acknowledge their existence and cause changes in these territories. The concept of territory but still keep its legal -administrative, goes far beyond the nation state, extending the set of grouped lands on a drive attached to a common authority which enjoys a certain regime. It is a magazine of political space and a separate legal, administrative and political entity. Thus, a fundamental characteristic remains the political-administrative territory. However, the materialistic perspective of territory, has important nuances, also claiming the inclusion of an ideal size or symbolic appropriation, therefore, access, control and use is what claims a company to take ownership of a territory, the realities of visible and the invisible powers that compose them, and they seem to share the field of conditions of reproduction of human life, both of them as own resources of which are dependent. The category identity will be used in this work always as a historical construction of social and cultural meanings that guide the process of differentiation and identification of an individual or a group, a relationship, as a "relational position" a "position - of -subject" built relational and contrastive mode. Thus, the main objective of this study was to analyze the form of materialization of collective territorial dimension of coconut and babassu crackers perception by the State and breakers about this process of territorialization. Methodologies to achieve these goals have undergone a conceptual about the concepts of territory and identity rereading, using mapping, semi-structured interviews, collection of secondary data that aimed to observe the productive activity of breakers, how they use natural resources and characterization of the study area. As a result of this research, it was observed that the identification of the territory of the babassu nut breakers women living in the city can be understood as all locations in the city where there are breakers and babassu, both in rural and in urban areas. Therefore, the forms of territorialisation of babassu coconut breakers are given by the relationship with the natural resources that they access, manage and use, because it is a society that claims to take ownership of a territory, as both the visible realities of invisible powers compose them, and they seem to share the field of play conditions of human life, both of them as own resources of which are dependent.

Keywords: Territory. Identity. Territorialization. Traditional populations. Public policy.

LISTA DE SIGLAS

ACONERUQ – Associação Nacional das Comunidades Remanescente de Quilombo

ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural

ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BR – Brasil

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

COIAB – Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira

CONAB – Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens

CONSAD's – Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

GLIZ – Glifosato

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará

IRD – Institut de Recherche pour le Développement

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONGs – Organizações não-governamentais

PA – Pará

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PFC – Projeto Ferro Carajás

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projetos Integrados de Colonização

PIN – Programa de Integração Nacional

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROINFÂNCIA – Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil

PRONAT – Programa “Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais”

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PTDRS – Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

RI – Região de Integração

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SIATER – Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

STRs – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

TDR – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

UNI – União da Nações Indígenas

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Evolução do número de habitantes da R I Carajás nos últimos 30 anos..... | 109 |
| Gráfico 2 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional da Região de Integração Carajás..... | 117 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Exploração extrativista da castanha, garimpo e frente agrícola no Médio Tocantins e Vale do Itacaiúnas 1924 – 1966..... | 99 |
| Figura 2 – O sistema de “aviamento” e a organização no Médio Tocantins (PA)..... | 101 |
| Figura 3 – Municípios que compõem a Região de Integração Carajás..... | 108 |
| Figura 4 – Densidade demográfica da Região de Integração Carajás (2000/2010)..... | 115 |
| Figura 5 – Macrozoneamento do território de São Domingos do Araguaia e a área de pesquisa..... | 120 |
| Figura 6 – Território de São Domingos do Araguaia no contexto paraense..... | 124 |
| Figura 7 – Hidrografia e vias de acesso no município de São Domingos do Araguaia-PA..... | 126 |
| Figura 8 – Projetos de assentamentos no município de São Domingos do Araguaia-PA..... | 129 |
| Figura 9 – Sede do MIQCB em vila São José, distrito de São Domingos do Araguaia-PA..... | 130 |
| Figura 10 – Pindovas envenenadas em São Domingos do Araguaia-PA..... | 132 |
| Figura 11 – Disposição dos “Territórios da Cidadania” no Brasil..... | 139 |
| Figura 12 – Zoneamento urbano da sede do município e a área de coleta das quebradeiras dos bairros Liberdade e Novo Planalto..... | 145 |
| Figura 13 – Ferramenta utilizada na quebra do coco conhecida como “cunha”..... | 147 |
| Figura 14 – Quebra do coco babaçu no barracão do MIQCB em vila São José, distrito de São Domingos do Araguaia-PA..... | 147 |

| | |
|--|-----|
| Figura 15 – Carvão sendo produzido em tambor nas terras de uma quebradeira de coco babaçu nas proximidades de vila São Benedito, distrito de São Domingos do Araguaia-PA..... | 149 |
| Figura 16 – “Canteiro” em vila São Benedito, distrito de São Domingos do Araguaia-PA..... | 150 |
| Figura 17 – Um dos resultados do trabalho artesanal de uma quebradeira de coco babaçu de vila São Benedito, distrito de São Domingos do Araguaia-PA..... | 151 |
| Figuras 18 e 19 – Laticínio e cerâmica que utilizam o coco babaçu em vila Açaizal no município de São Domingos do Araguaia-PA..... | 152 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Índice de Gini nos municípios da Região de Integração Carajás..... | 110 |
| Tabela 2 – Renda <i>per capita</i> média na Região de Integração Carajás..... | 112 |
| Tabela 3 – Densidade demográfica - Região de Integração Carajás (1980/2010)..... | 113 |
| Tabela 4 – Densidade demográfica dos municípios da Região de Integração Carajás (1991/2010)..... | 114 |
| Tabela 5 – Taxa média anual de crescimento geométrico populacional – R I Carajás..... | 116 |
| Tabela 6 – Taxa média anual de crescimento populacional dos municípios da Região de Integração Carajás..... | 118 |

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Dados relativos à coleta de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA..... 144
- Quadro 2** – Dados relativos à quebra do coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA.....146
- Quadro 3** – Destino das amêndoas, uso de outras partes do coco babaçu, destino da produção de mesocarpo e carvão e local de produção de carvão pelas quebradeiras no município de São Domingos do Araguaia-PA..... 149
- Quadro 4** – Outros elementos dos babaçuais, outras atividades, estado de origem e vínculo das quebradeiras no município de São Domingos do Araguaia-PA..... 150
- Quadro 5** – Outros coletores, conflitos, empreendimentos e ter conhecimento de políticas públicas que influenciam na disponibilidade de babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA..... 152
- Quadro 6** – Conhecer a Lei Municipal n.º 934/2004 e o reconhecimento das contribuições dela para o município de São Domingos do Araguaia-PA..... 153

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 35 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 38 |
| 2.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE | 38 |
| 2.1.1 Território, um conceito polissêmico..... | 38 |
| 2.1.2 As concepções materialistas de território..... | 40 |
| 2.1.3 Perspectiva integradora de território | 51 |
| 2.1.4 A perspectiva relacional de território de Robert Sack e Claude Raffestin..... | 56 |
| 2.2 PERCURSOS TEÓRICOS PARA REFLETIR SOBRE O CONCEITO DE IDENTIDADE | 70 |
| 2.2.1 Uma construção histórica | 70 |
| 2.2.2 Relacional e contrastiva | 71 |
| 2.2.3 Material e simbólica | 72 |
| 2.2.4 Estratégica e posicional | 73 |
| 2.2.5 Hegemônica ou subalterna | 74 |
| 2.3 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E IDENTIDADES TERRITORIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS..... | 76 |
| 2.4 PROJETO DE “MODERNIZAÇÃO” NA AMAZÔNIA | 83 |
| 2.4.1 O projeto de modernização: integração e reestruturação sócioespacial regional | 83 |
| 2.5 EFEITOS E IMPACTOS SOBRE OS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA E PRODUÇÃO COMUNITÁRIA TRADICIONAL REGIONAL | 86 |
| 2.6 O LUGAR DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: REIVINDICAÇÕES, TERRITÓRIOS E DIREITOS | 90 |
| 3. A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS E O ESPAÇO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA | 97 |
| 3.1 DO MÉDIO TOCANTINS A R. I. CARAJÁS: MUTAÇÕES E RECOMPOSIÇÃO ESPACIAL | 97 |

| | |
|--|-----|
| 3.2 SITUANDO A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS..... | 108 |
| 3.2.1 Características socioeconômicas e demográficas da R.I. Carajás (1991 – 2010)..... | 109 |
| 4. MATERIAL E MÉTODOS..... | 119 |
| 4. RESULTADO E DISCUSSÃO | 122 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS E DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB) NO CONTEXTO GERAL E DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA | 122 |
| 4.1.1 Caracterização das quebradeiras e do MIQCB no contexto geral..... | 122 |
| 4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS E DO MIQCB LOCAL | 124 |
| 4.3 CIDADANIA DAS QUEBRADEIRAS, AÇÃO E PERCEPÇÃO DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO DAS QUEBRADEIRAS | 131 |
| 4.3.1 Cidadania das quebradeiras | 131 |
| 4.4 AÇÃO E PERCEPÇÃO DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO DAS QUEBRADEIRAS LOCAIS | 135 |
| 4.4.1 Sudeste Paraense | 142 |
| 4.4.2 Município de São Domingos do Araguaia-PA..... | 143 |
| 4.5 AÇÃO E PERCEPÇÃO DAS QUEBRADEIRAS EM SEUS TERRITÓRIOS | 145 |
| 5. CONCLUSÃO | 160 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 162 |

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação tratou das dinâmicas territoriais ocorridas nos territórios das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará, que se localiza em uma área que já foi conhecida como parte integrante do Médio Tocantins e, na atualidade, faz parte da chamada Região de Integração Carajás. Essa é uma região em que uma das principais atividades econômicas é a agropecuária e a atividade extrativa desenvolvida pelas quebradeiras de coco babaçu acaba sendo impactada pelo desmatamento para o plantio de pastagens e criação de bovinos.

Desse modo, essa dissertação se justifica pela falta de pesquisas que tratem especificamente da dinâmica no território das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará, provocada por políticas públicas e leis, visto que vários autores as descrevem e analisam, sendo que, Almeida (1994, 1995, 2004, 2005, 2008), Shiraishi Neto (2005), Barbosa (2007, 2008), Rêgo; Andrade (2006) e o MIQCB (2005) se destacam. No entanto, nenhum deles se apropria do tema dinâmica territorial identificando o território das quebradeiras e, ao mesmo tempo, analisando as formas de atuação do Estado sobre esse território e a ação e percepção das quebradeiras sobre esse espaço entendido como seus espaços de vivência. A importância do assunto reside no estudo da dinâmica territorial das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará, perpetrada por meio de políticas públicas que apresentam uma abrangência muito maior que o território dessas mulheres, contudo, reconhecem a existência delas e provocam transformações nesses territórios.

Nesse sentido, as categorias território e identidades serão basilares nessa discussão. O conceito de território é uma das categorias mais difundidas na geografia atual, pois esta “nova onda” cobre várias orientações teórico-metodológicas e temáticas, perpassando estudos urbanos, discussões sobre globalização e abrangendo até a virada cultural que se difundiu nos últimos 20 anos. Nessa direção, entende-se que ocorre o aumento de estudos sobre o território que surgem e se desenvolvem em função de dinâmicas sócioespaciais que se manifestam na vida cotidiana.

Assim, o termo território será entendido como Haesbaert (2010) assegura ao analisar a concepção de Gottman (1952). Para ele, houve uma ampliação do conceito de território que, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito

além do Estado nação, espreado-se para o conjunto de terras agrupadas em uma unidade dependente de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime. Trata-se de um compartimento do espaço politicamente distinto e uma entidade jurídica, administrativa e política. Assim, sua característica fundamental permanece sendo o caráter político-administrativo do território. Haesbaert (2010) mostra que a conceituação de Godelier (1984) citada na discussão sobre a perspectiva materialista de território, apresenta importantes nuances, reivindicando também a inclusão de uma dimensão ideal ou apropriação simbólica, pois, o acesso, o controle e o uso é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

Outra categoria discutida nesse trabalho será identidade, que, de acordo com os apontamentos de Cruz (2007), é muito complexa, especialmente devido esse conceito ser portador de uma grande ambiguidade teórica e política. Ao dialogar com Hall (2004), o autor ressalta que só é possível trabalhá-lo sob “rasura”, pois, a despeito de sua imprecisão e precariedade explicativa o conceito de identidade tem algo de “irredutível”, em outras palavras, significa que apesar de suas restrições, não há a possibilidade de substituí-lo, principalmente devido à identidade ser um desses conceitos que operam no intervalo da inversão e da emergência.

Assim sendo, a categoria identidade será tratada nesse trabalho sempre como uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo, uma relação, como uma “posição relacional”, uma “posição-de-sujeito” construída de modo relacional e contrastiva. Propõe-se que a luta pela certificação da identidade, enquanto configuração de reconhecimento social da diferença, possui o significado de lutar para manter visível a especificidade do grupo, ou melhor dizendo, aquela que o grupo toma para si para apontar projetos e interesses distintos.

Portanto, a questão norteadora desse trabalho é: como políticas públicas de ordenamento territorial reconhecem e dinamizam o território das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará?

Se elenca como hipóteses para responder a esse questionamento, a construção ou melhoria de infraestrutura e de serviços, por parte do Estado, que visam aumentar o fluxo de produtos e pessoas, o acesso a serviços básicos educacionais e de saúde e a elaboração de lei específica que visa a conservação dos babaçuais. O asfaltamento e a construção de estradas podem ser entendidas como essa infraestrutura que dinamiza o território das quebradeiras, visto que toda vez que se constrói ou se melhora estradas pode ocorrer a valorização das terras nas suas proximidades, causando assim, um aumento no desmatamento para a produção de pastagens e outras atividades que sejam mais lucrativas que a manutenção dos babaçuais. Além disso, o acesso a serviços básicos de saúde e educação proporcionam também uma melhoria na qualidade de vida daqueles que os acessam. E, como forma de reconhecimento dessas mulheres e de suas formas de territorialização, além da regulação do uso do recurso natural que elas usam em seus cotidianos, o Estado no seu nível municipal elabora lei específica de proteção aos babaçuais.

O objetivo principal desse trabalho é o de analisar a forma de materialização da dimensão territorial coletiva das quebradeiras de coco babaçu e a percepção por parte do Estado e das quebradeiras acerca desse processo de territorialização. Esse objetivo geral se desdobrou em quatro objetivos específicos: i) identificar o território das quebradeiras de coco babaçu; ii) analisar as diferentes formas de atuação do Estado nesse espaço territorial entendido como território das quebradeiras de coco babaçu; iii) verificar como o Estado no seu nível municipal percebe as quebradeiras de coco babaçu; iv) verificar o modo pelo qual as quebradeiras percebem seu território.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE

2.1.1 Território, um conceito polissêmico

De acordo com Silva (2011), definir o que seria o território é um exercício teórico, no mínimo, complexo, visto a proximidade ou à similaridade em relação ao conceito de espaço. Para Haesbaert (2010), alguns autores percebem “espaço” como categoria geral de análise enquanto “território” é percebido como conceito. Esse autor enfatiza que apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por trazerem no seu bojo a espacialidade humana, apresentam certa tradição também em outras áreas, sendo que cada uma com enfoque centrado em determinado ponto de vista. Enquanto o geógrafo apresenta uma tendência de enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política ressalta sua construção a partir de relações de poder; a economia prefere a noção de espaço à de território, percebendo-o, muitas vezes, como um fator locacional ou como uma das bases da produção; a Antropologia realça sua dimensão simbólica, especialmente no estudo das sociedades ditas tradicionais; a Sociologia o focaliza a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a Psicologia, finalmente, aciona-o no debate sobre a edificação da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Haesbaert (2010) analisa o território sob diferentes facetas, elaborando uma categorização em que se verificam três vertentes básicas: i) jurídico-política, segundo a qual, é a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; ii) simbólico-cultural, que apresenta como prioridade a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é aceito, sobretudo, como o fruto da assimilação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; iii) econômica, que dá mais ênfase a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou agrupado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como resultado da divisão territorial do trabalho.

Esse autor ainda acrescenta um quarto modo de análise do território, o de interpretação naturalista, mais antigo e pouco veiculado hoje pelas Ciências Sociais. Esse enfoque se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre

sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” da sociedade em relação ao seu ambiente físico.

Embora Haesbaert (2010) reconheça a importância da distinção entre as quatro dimensões com que usualmente o território é focalizado – a política, a cultural, a econômica e a “natural”, ele também relata a importância de que se organize o raciocínio a partir de um patamar mais amplo, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem. Desse modo, a discussão acerca da concepção de território adotada pelo autor parte de um conjunto de perspectivas teóricas que elencam dois binômios:

a) O materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão parcial do território que enfatiza uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, abarcam conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de acionar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na diferenciação entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um elemento ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente restrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).

Amparado nessas considerações, ainda Haesbaert (2010) defende a ideia de que a resposta a estes referenciais irá depender, especialmente, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Para ele, um marxista, dentro do materialismo histórico e dialético, tenderá a defender uma noção de território que destaque sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico, que aparece contextualizada historicamente e define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido nitidamente relacional.

Porém, ainda postula que devemos reconhecer que vivenciamos na atualidade um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitos os que rebatem a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Então, somos levados a superar a dicotomia material/ideal, o território

envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações acerca do espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.

2.1.2 As concepções materialistas de território

Haesbaert (2010) relata que se encararmos território como uma realidade efetivamente existente, de caráter ontológico, e não como um mero instrumento de análise, no sentido epistemológico, como expediente conceitual formulado e utilizado pelo pesquisador, tradicionalmente temos duas possibilidades, veiculadas por aqueles que dão prioridade ao seu caráter de realidade físico-material ou realidade “ideal”, na acepção de mundo das ideias. Esse autor narra que, para muitos, pode parecer um contrassenso se referir a “concepção idealista de território”, tamanha a carga de materialidade que parece estar “naturalmente” acionada, no entanto, mesmo entre os geógrafos, se encontra também aqueles que definem o território, em primeiro lugar, pela “consciência” ou pelo “valor” territorial, no sentido simbólico.

Nesse sentido, Haesbaert (2010) percebe que dentro do par materialismo-idealismo, se pode falar que a vertente predominante é, de longe, aquela que compreende o território numa perspectiva materialista, ainda que não obrigatoriamente “determinada” pelas relações econômicas ou de produção, como numa leitura marxista mais ortodoxa que se difundiu nas Ciências Sociais. Essa ocorrência se deve, muito provavelmente, ao fato de que território, desde a origem, apresenta uma conotação fortemente ligada ao espaço físico, à terra.

Para esse autor, muito do que se propagou sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou, direta ou indiretamente, em dois sentidos: um, predominante, dizendo respeito à terra e, assim sendo, ao território como materialidade, outro, minoritário, fazendo referência aos sentimentos que o território inspira satisfação para aqueles que dele usufruem ou que com ele se identificam, e medo para quem dele é excluído.

Ainda Haesbaert (2010) relata que, entre as posições materialistas, temos, num extremo, as posições “naturalistas”, que restringem a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinada. Num outro extremo,

encontramos totalmente imersos numa perspectiva social, aqueles que, como muitos marxistas consideram a base material, em especial as “relações de produção”, como o alicerce para entender como o território é organizado. Num ponto intermediário, segundo esse autor, teríamos a leitura de território como fonte de recursos.

2.1.2.1 As definições naturalistas

Haesbaert (2010) discute em que medida é possível conceber uma definição naturalista de território, seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais (o território limitado ao mundo animal ou compreendido dentro de um comportamento “natural” dos homens), seja na relação da sociedade com a natureza (o território humano definido a partir da relação com a dinâmica – ou mesmo o “poder” – natural do mundo).

Tendo por base Di Méo (1998), Haesbaert (2010) ao conceituar território, relata que um espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger, é a concepção mais primitiva dessa categoria. Para esses autores, a Etologia descreve o território como sendo uma área geográfica nos limites do qual a presença permanente ou frequente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), tendo como exceção os jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual).

Ainda na perspectiva de Haesbaert (2010), no âmbito da Etologia os estudos que se referem à territorialidade animal são relativamente antigos. Ao dialogar com Howard (1948) o autor relata que o debate foi lançado a partir de trabalhos clássicos que estudavam o território de certos pássaros. Esses autores lembram que nessa ocasião já se discutia a magnitude da concepção e as dificuldades de se entendê-la, de maneira padrão, para o mundo animal de forma geral. Contudo, apesar desta dificuldade de generalização para o próprio mundo dos animais, aconteceram muitas extrapolações para o campo humano ou social. Haesbaert (2010) relata que para o próprio Howard (1948) afirmava não poder existir territórios sem algum tipo de limite (ou fronteira), que por sua vez não poderia existir sem algum tipo de disputa, de modo semelhante ao que ocorre no mundo dos homens.

Considerando essa premissa, Haesbaert (2010) narra que Ardrey (1969) foi o autor que levou mais longe esta tese da extensão da territorialidade animal ao

comportamento humano. Assim, Ardrey (1969), se tornou uma referência clássica no que tange à leitura neodarwinista de territorialidade, afirmando que não só o homem é uma “espécie territorial”, como esse comportamento territorial corresponde ao mesmo que é observado entre os animais.

Dessa forma, Ardrey (1969), entende o território como sendo uma área do espaço, seja de água, de terra ou de ar, que um animal ou grupo de animais resguarda como uma reserva exclusiva. A palavra é também usada para expor a compulsão interior em seres animados de ter e proteger tal espaço. Assim, ao expandir o conceito a todos “os seres animados”, entre os quais se encontra o homem, esse autor, de acordo com Haesbaert (2010), promove a argumentação completamente equivocada de que os homens, como os animais, possuem uma “compulsão íntima” ou um impulso para a posse e defesa de territórios, e de que todo seu comportamento seria moldado de forma idêntica.

2.1.2.2 A concepção de base econômica

Haesbaert (2010) descreve a opção pela dimensão material como sendo a que envolve a concepção naturalista de território, dominante na Etologia e em algumas perspectivas das Ciências Sociais, alargando-se, contudo, por várias outras esferas, que vão das Ciências Políticas à Própria Antropologia. Para ele, é como se muitos antropólogos, ao se reportarem a dimensão material, mesmo priorizando o mundo simbólico, apelassem para uma categoria como a de território, observando-o essencialmente nesta perspectiva.

Exemplificando essa perspectiva, Haesbaert (2010) cita Godelier (1984) que define território a partir de processos de controle e usufruto dos recursos. Nessa definição o termo território é entendido como uma porção da natureza e, deste modo, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus componentes direitos permanentes, de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se localizam e que ela deseja e é capaz de explorar.

Ainda considerando as reflexões de Godelier (1984), Haesbaert (2010) lembra que esse autor mantém uma forte referência da natureza na sua definição, fato muito presente no trabalho de antropólogos e historiadores que, com frequência, quando

focalizam o território e os processos de territorialização, refere-se à análise de sociedades tradicionais, como as sociedades indígenas, que economicamente são dependentes muito mais das condições físicas do seu entorno, ou que fazem uso de referentes espaciais da própria natureza na construção de suas identidades. Desse modo, Haesbaert (2010) destaca a importância, em Godelier (1984), dada ao território como fonte de recurso, quanto ao seu acesso, controle e uso.

Em trabalhos mais recentes, Haesbaert (2010), relata que alguns antropólogos, ainda mantém essa ideia de território de fundo econômico-materialista como área “defendida” devido à disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um grupo. Contudo, não se trata de uma característica genérica das sociedades tradicionais, como interpretam, apressadamente, muitos autores. Para esse autor, há uma diferenciação muito nítida entre distintas formas de construção do território e/ou territorialidade em relação a seus recursos, dependendo de fatores como o tipo de mobilidade a que o grupo está sujeito.

Nesse contexto, Haesbaert (2010) ainda lembra que na maior parte dos lugares, atualmente, estamos bem distante de uma ideia de território como “fonte de recursos” ou como simples “apropriação da natureza” em sentido estrito. No entanto, isso não significa que essas características estejam superadas. Para esse autor, a territorialidade de grupos sociais, dependendo de suas bases tecnológicas, ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo. O mesmo acontece com áreas em que alguns fenômenos naturais (vulcanismo, furacões, abalos sísmicos) desempenham profundas influências na vida social. Além do mais, o acirramento das questões ambientais certamente levará a uma valorização cada vez mais crescente do controle dos recursos, como a água ou os solos agricultáveis, o que pode causar novos conflitos pelo domínio territorial.

Segundo Haesbaert (2010) é importante ressaltar que, apesar de fazer uma abordagem que privilegia a dimensão econômica do território, a maioria dos trabalhos, especialmente na área da Economia Regional ou Espacial, faz uso muito mais de conceitos como espaço, espacialidade e região do que de território, sendo temerário, assim, a partir daí, “forçar” uma interpretação do conceito. Com base em Massey (1984), Haesbaert (2010) lembra que ainda que termos como a divisão territorial do

trabalho sejam amplamente utilizados, trata-se muito mais de uma divisão espacial do trabalho, uma vez que raramente se faz alusão à concepção de território aí incorporada.

Ao citar Santos et al. (2000), Haesbaert (2010) lembra que esses autores, na defesa de uma abordagem geográfica integradora e “totalizante”, utilizam a controvertida expressão “território usado” como correspondente direto de “espaço geográfico”. Para Santos et al. (2000), o território usado organiza-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e contraditórias. Daí o vigor do conceito, convocando a pensar processualmente as relações postas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, aceito como uma totalidade, é um campo excepcional para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a composição global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

Ainda citando Santos et al. (2000), Haesbaert (2010) relata que esses autores, numa distinção entre território como recurso e território como abrigo, afirmam que, enquanto para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, aval de realização de seus interesses particulares, para os atores hegemônizados trata-se de um abrigo, sendo que estes buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam suas sobrevivências nos lugares. Na interação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como “ator” quanto como objeto da ação.

Feitas essas considerações, Haesbaert (2010) se ampara em Santos (1994) dizendo que esse tece críticas ao legado moderno de “conceitos puros” que fazem do território um conceito a-histórico, ignorando seu caráter “híbrido” e historicamente mutável. Desse modo, o que o território tem de permanente é ser nosso quadro de vida e o que faz dele objeto da análise social é seu uso, e não o território em si mesmo.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2010) analisa que esta ênfase ao uso do território a ponto de diferenciar “território em si” e “território usado”, ao mesmo tempo em que explicita uma priorização de sua dimensão econômica, estabelece uma distinção discutível entre o território como forma e o território usado como objeto de ações, sinônimo de espaço humano. Para esse autor, não se trata nunca, apenas de um território-zona (uma superfície claramente delimitada) como o dos Estados nações

modernos, mas também do que denominaremos aqui território-rede. Santos (1994) entende que o território, hoje, pode ser constituído de lugares contíguos e de lugares em rede.

Refletindo acerca desse conceito, Haesbaert (2010) cita Santos (1994) que relata que, no passado, o amálgama territorial era dado pela energia oriunda dos próprios processos naturais, no entanto, ao longo do tempo, vai gradativamente cedendo espaço à informação, que, na atualidade, é o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território. Para esses autores, o território reúne informações local e externamente definidas, conectadas a um conteúdo técnico e a um conteúdo político, uma dialética que se afirma mediante um controle “local” da técnica de produção e um controle remoto da parcela política da produção. Assim, o comando “local” do território depende de sua densidade técnica e/ou funcional-informacional, enquanto o “controle distante”, global, a escala da política, ao contrário do que acontecia antes do enfraquecimento do Estado territorial, é completamente dissociado, o que contribui para o acirramento dos conflitos entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global racionalizador e em rede.

Nesse sentido, explicitam os autores, diferencia-se assim um “território de todos”, também denominado “espaço banal”, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos, e um espaço das redes, ligado às formas e normas a serviço de alguns. Para os autores, há aí uma distinção entre o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Esta diferenciação, algo problemático, deve ser relativizada na medida em que ela afirma também que são os mesmos lugares que constituem redes e que constituem o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, que serão divergentes ou opostas.

2.1.2.3 A tradição jurídico-política de território

Haesbaert (2010) relata que pela grandeza da temática espacial, certos conceitos em Geografia acabaram dando prioridade a um determinado tipo de questão e a uma específica dimensão social, como, por exemplo, o tratamento de questões econômico-políticas por intermédio do conceito de região, ou de problemáticas do campo das representações culturais do espaço através do conceito de paisagem. Assim sendo, não é

errado afirmar que, mesmo em meio a uma grande diversidade de perspectivas, o território vai ganhar extensa tradição no campo das questões políticas.

Nesse sentido, o autor relata que devido à importância desta abordagem, a trata separadamente dentro das posições materialistas, apesar de saber que muitos desses enfoques não se restringem ao campo da materialidade das relações sociais. Segundo alguns autores, trata-se de uma espécie de acordo implícito, a fim de dar maior rigor a seus conceitos, cada um deles, envolvido com problemáticas específicas. Para Haesbaert (2010) a Geografia Cultural privilegia a dimensão simbólica ou o campo das representações, utiliza muitos outros conceitos, como paisagem ou lugar, do que território. Os conceitos de território e territorialidade são tidos como fundamentais na Geografia Política. Ao se amparar em Cox (2002), o autor afirma que os conceitos centrais da Geografia Política são de forma simples, território e territorialidade. Já ao citar Sack (1986), Haesbaert (2010) afirma que o termo territorialidade, apesar de ser associado a fenômenos de ordem política, também aparece vinculado a questões socioculturais, como a identidade social.

Ainda para Haesbaert (2010) o vínculo mais tradicional na significação de território é aquele que faz associação entre território e os fundamentos materiais do Estado, tendo Ratzel (1990) como autor clássico nesta discussão. De acordo com Moraes (2000) em diálogo com Ratzel (1990), o território é um espaço caracterizado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial. Assim, no mundo moderno, os territórios constituem áreas de dominação “estatal” e, mais recentemente, “estatal nacional”.

Nesse diálogo, os autores dizem que, embora a ciência política tenha repetidamente escondido às relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia, apesar disso, jamais ter qualquer fundamento seguro. Desse modo, sem território não se poderia entender o aumento da potência e da solidez do Estado.

Nessa conjuntura, Haesbaert (2010) cita Freund (1977) que associa, em sentido amplo, território e atividade específica. Para ele, a definição da atividade política acontece, primeiramente, pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. Desse modo, as fronteiras podem ser variáveis, contudo, sem a existência de

um território que particularize o agrupamento, seria impossível se falar de política. Assim, pode-se interpretar a política como a atividade que reivindica para a autoridade estabelecida em um território o direito do domínio, que é a manifestação concreta e empírica do poderio. Esse domínio e esse poderio só se tornam políticos quando a vontade se orienta significativamente em função de um agrupamento territorial, objetivando a realização de um fim, que só tem sentido pela existência desse agrupamento.

Feitas essas considerações, Haesbaert (2010) ainda ressalta que a distância que separa uma visão naturalista de território e uma abordagem política, nem sempre foi claramente estabelecida. Correntes teóricas materialistas com fundações em analogias com as Ciências Biológicas fizeram pontes, às vezes inusitadas, entre as construções política e biológica do território. Desse modo, ao reclamar para a sociedade o direito “natural” a um espaço ou mesmo a propriedade privada da terra, tornado um direito quase dever, na medida em que corresponderia ao “espaço vital” sem o qual não aconteceria o “progresso” social, alguns estudiosos desenvolveram a associação que transformou o território político – especialmente o território do Estado -, em maior ou menor grau, num prolongamento da dinâmica que ocorria no âmbito do mundo biológico, mais especificamente no mundo animal.

Após esses apontamentos, Haesbaert (2010) assegura que a concepção de território de Gottman (1952) marcou o debate na Geografia Política. Percebe-se, no diálogo entre esses dois autores, que houve uma ampliação do conceito de território que, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito além do Estado-nação, espraiando-se para o conjunto de terras agrupadas em uma unidade dependente de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime. Trata-se de um compartimento do espaço politicamente distinto e uma entidade jurídica, administrativa e política. Assim, sua característica fundamental permanece sendo o caráter político-administrativo do território.

Haesbaert (2010) diz que apesar desse enfoque ter bases nas entidades compartimentadas concretas da Geografia, ou ditas de outra forma, na ideia de território como compartimento, Gottman (1952) também aciona uma dimensão mais idealista ao procurar entender os territórios, especialmente os estatais, ao mesmo tempo em torno do

que ele chama “sistemas de movimento” ou circulação e “sistemas de resistência ao movimento” ou “iconografias”.

Considerando as reflexões de Gottman (1952), Haesbaert (2010) explica que os sistemas de movimentos, mais concretos, estariam vinculados a tudo o que chamamos de circulação no espaço, enquanto os sistemas de resistência ao movimento seriam mais abstratos do que materiais, uma série de símbolos que são tratadas como iconografias. Para esse autor, além de um atrelamento entre mundo material e ideal, pode-se encontrar também, talvez pela primeira vez de modo tão explícito, o território ligado à ideia de movimento, e não apenas de fixação, estabilidade e “enraizamento”.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2010) fala que é interessante como ocorre a valorização de uma dimensão mais abstrata e simbólica na composição dos territórios, mesmo assumindo uma posição de viés materialista. Segundo ele, Gottman (1952) distingue a importância de um “cimento sólido” que une os membros de uma comunidade política. As divisões mais importantes são os espíritos, mais do que as fronteiras físicas. Assim, completam os autores, a geografia não deve procurar ser materialista nas escolas, pois ela, de modo algum, o é na realidade viva e cotidiana. A política dos Estados é, sem dúvida, materialista nos seus fins, ela deve retirar da geografia alguns elementos que provocarão sua liberdade desta influência. Os grandes sucessos da política foram adquiridos pela conversão dos espíritos, nunca pela força armada.

Levando em conta essas reflexões Haesbaert (2010) relata que a relação entre território e defesa, presente nas origens do termo e que se difundiu também por intermédio da concepção neodarwinista de territorialidade, não é uma característica ultrapassada, presente no interior de diversas concepções contemporâneas, especialmente a do neo-realismo na análise das relações internacionais. Desse modo, o autor corrobora com Cox (2002), pois, esse exemplifica o conceito de territórios como espaços defendidos por pessoas através da exclusão de algumas atividades e inclusão daquelas que realçam, mais precisamente, o que elas querem defender no território.

2.1.2.4 As perspectivas idealistas de território

Haesbaert (2010) descreve as perspectivas idealistas de território utilizando como exemplo, uma sociedade indígena. Para esse autor, pode-se afirmar que tal

sociedade constrói seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, notadamente os recursos naturais (algo bastante genérico e, assim sendo, variável entre os diversos grupos). Mas os referentes espaciais, aí, também integram a vida dos índios como elementos indissociáveis, na criação e recriação de mitos e símbolos, podendo mesmo ser responsáveis pela própria significação do grupo enquanto tal.

Assim, Haesbaert (2010) mostra que a conceituação de Godelier (1984) citada na discussão sobre a perspectiva materialista de território, apresenta importantes nuances, reivindicando também a inclusão de uma dimensão ideal ou apropriação simbólica, pois, o acesso, o controle e o uso é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

Ainda segundo Haesbaert (2010), surgem ao longo das últimas décadas, em vários trabalhos da Antropologia, referências muito mais enfáticas a estes poderes invisíveis que fazem parte do território. Ao citar Hall (1986), o autor considera o território como um signo cujo significado somente é compreensível a partir de códigos culturais nos quais se inscreve.

Nessa mesma perspectiva, Garcia (1996) citado por Haesbaert (2010), defende a ideia de que o território, na Antropologia, não tem que necessariamente coincidir com outras concepções, como a de território político ou legal e território geográfico. Para esse autor, se o território é passível de um estudo antropológico, e não somente geográfico ou ecológico, se deve a existência de indícios que fazem crer no caráter subjetivo do mesmo, ou, dito de outro modo, porque entre o meio físico e o homem se insere sempre, uma ideia, uma concepção determinada. Assim, esse autor defende a tese de que não são as características físicas do território que “determinam” a criação de significados, mas sim a sua “semantização”. Dito de outra maneira entende-se que a semantização do território pode explicar-se parcialmente a partir do meio, no entanto, a investigação do meio físico nunca nos permitirá concluir que deve dar-se um tipo determinado de semantização.

Considerando essa premissa, Garcia (1976) citado por Haesbaert (2010) considera o significado de território “semantizado” como sendo, em sentido amplo, um

território “socializado e culturalizado”, pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado. O que esse autor trata de analisar, com relação ao território, é precisamente este significado ou ideia que se interpõe entre o meio natural e a atividade humana. Assim, o estudo da territorialidade se converte em uma análise da atividade humana no que se refere à semantização do espaço territorial.

Feitas essas considerações, Haesbaert (2010) postula que como seria de se esperar, a Geografia, diferentemente da Antropologia, tende a destacar mais a dimensão material do território. Até mesmo a Geografia Cultural, de emergência relativamente recente, prefere utilizar outros conceitos como lugar e paisagem, para analisar fenômenos ligados à dimensão cultural do espaço. Desse modo, completa o autor, isso não quer dizer que muitos dos debates sobre paisagem e, notadamente, sobre lugar, não encontrem vários pontos de correspondência com aqueles relativos ao território e, sobretudo, a territorialidade. Os conceitos devem revelar sua multiplicidade, os elos possíveis com outros conceitos que permitam expressar a complexidade das questões que buscam responder, mas do que marcar diferenças.

Exemplificando acerca da perspectiva ideal-simbólica do território, Haesbaert (2010) dialoga com Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) que entendem que a lógica territorial cartesiana moderna, pautada no “quebra-cabeça” dos Estados nações, que não admite sobreposições e pouco enfatiza os fluxos, o movimento, é superada hoje pela lógica culturalista, ou, se preferirmos, pós-moderna, que a geometria não permite medir e a cartografia, menos ainda, representar. Nesta perspectiva o pertencimento ao território implica a representação, não mais a posição num polígono, mas da identidade cultural. Dessa forma, ela refere-se à geossímbolos mais que as fronteiras, supõe redes múltiplas, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaços homogêneo e contínuo da ideologia geográfica.

Considerando as reflexões de Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), Haesbaert (2010) relata que esses autores dizem haver hoje, um enfrentamento entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, opostas, reveladoras de dois sistemas de valores e de duas éticas diferenciadas frente ao território. Também há uma revalorização da dimensão local, embora não seja uma simples questão de mudança de escala. O território robustece sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. Para os autores, a abordagem utilitarista de território não dá conta dos

principais conflitos do mundo na atualidade. Devido a isso, o território é primeiro um valor, pois a existência, e mesmo a forçosa necessidade para toda sociedade humana de constituir uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece visivelmente instituída.

Nesse sentido, Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) mostram que o poder do laço territorial revela que o espaço está carregado de valores não apenas materiais, mas também éticos, simbólicos, espirituais e afetivos. Desse modo, é assim que o território cultural antecede o território político e, com ainda mais razão, antecede o espaço econômico.

Haesbaert (2010) considera que embora Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) se refiram, sobretudo, às sociedades tradicionais, deixam clara a primazia que conferem à natureza simbólica das relações sociais na sua definição “pós-moderna” de território. Para eles, a força desta carga simbólica assume tamanha importância, que o território é visto como um edificador de identidade, talvez o mais eficaz.

Haesbaert (2010) ressalta que um aspecto importante a ser lembrado é que mais do que território, o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural é territorialidade. Esse conceito, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é visto como a simples qualidade de ser território é muitas vezes concebida em sentido estrito como a dimensão simbólica do território.

Assim, na concepção de Haesbaert (2010), ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando destaque ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento predominante e muito menos esgote as características do território. A partir do próprio sufixo da palavra, muitas relações podem ser feitas com a noção de identidade territorial. Isso traz no seu bojo o significado de que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política.

2.1.3 Perspectiva integradora de território

Para Haesbaert (2010), nessa perspectiva se desenvolve outro debate de grande relevância, aquele que prima pela leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem exclusivamente político, econômico ou

cultural. Território só poderia ser imaginado por meio de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). Desse modo, o território cumpriria um pouco o papel que cabia à região como um grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica.

Desta forma, Haesbaert (2010) afirma que entre os conceitos geográficos, o de região foi o mais pretencioso, principalmente na análise “lablacheana”. Assim, embora haja uma tradição em dar maior relevância aos processos econômicos na construção de regiões, sem dúvida a ideia de fundo é, sempre, a de que haveria se não a famosa e dificilmente alcançável “síntese” geográfica, pelo menos um elemento estruturador, espécie de fundamento que serviria de amálgama na organização do espaço regional, seja ele a natureza, a economia ou a cultura.

Esse autor afirma que ainda hoje se reproduz nos debates sobre o território, um pouco destas leituras da região clássica, sendo que alguns, a fim de demonstrar os fundamentos da organização territorial da sociedade, elegem o poder político, outros os símbolos da cultura, outros a base técnico-econômica. O privilégio a uma dessas dimensões ocorre, principalmente, em função de nossos recortes disciplinares e das problemáticas que cada um deles pretende responder.

Desse modo, se a Etologia tende a colocar a questão de por que muitos animais se comportam “territorialmente”, a Ciência Política tende a discutir o papel do espaço na constituição de relações de poder, e a Antropologia trata da questão da instituição de símbolos através do território. Considerando essas reflexões, Haesbaert (2010) se questiona se não caberia a Geografia, devido ela privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão integradora do território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?

Na concepção de Haesbaert (2010) uma das questões mais sérias é que, ao contrário da região na perspectiva “lablacheana” do início do século XX, dificilmente encontramos na atualidade um espaço capaz de integrar de modo coeso as múltiplas dimensões ou lógicas econômica, cultural, política, natural. Decorre daí o fato de alguns defensores de uma visão integradora ou totalizante de território defender sua superação. Exemplificando tais fatos, o autor cita Chivallon (1999) que faz a defesa do uso da noção de espacialidade para substituir território, sendo que a define como uma espécie

de experiência total do espaço que faz conjugarem-se num mesmo lugar os diferentes componentes da vida social: espaço bem restringido pelo limite entre exterior e interior, entre o outro e o semelhante, e onde se pode ler, na relação funcional e simbólica com o extenso material, um aglomerado de idealidades partilhadas.

Estimulado por essa perspectiva, Haesbaert (2010) afirma que sobrariam então duas possibilidades, sendo que a primeira consistiria em admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um com uma dinâmica própria. A segunda seria trabalhar com a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma total, pelo menos articulada/conectada, ou seja, integrada. Pelo menos ao nível individual ou de grupo, carecemos de algum modo compartilhar um espaço que, no seu conjunto, unifique nossa vida econômica, política e cultural.

Após essa reflexão, Haesbaert (2010) relata que partindo de um ponto de vista mais pragmático, poderíamos afirmar que questões ligadas ao controle, “ordenamento” e gestão do espaço, onde se inserem também as chamadas questões ambientais, têm se destacado cada vez mais para alimentar esse debate. De certo modo, elas nos ajudam a repensar o conceito de território. A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial clareiam mais a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, originados e vividos no dia-a-dia das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e os grupos sociais em sua vivência concreta com os ambientes aptos de distinguir e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões.

Teorizando acerca da temática, Haesbaert (2010) sintetiza relatando que se abrem pelo menos três perspectivas:

a) Dialogando com Sack (1986), o autor entende o território como sendo uma área de feições ou, pelo menos, de relações de poder relativamente homogêneas, onde as formas de territorialização como controle do acesso de uma área seriam essenciais, seja

para desfrutar de seus recursos, seja para ter o controle de fluxos, especialmente fluxos de pessoas e de bens.

b) Citando Chivallon (1999) e Massey (1994), Haesbaert (2010) descreve uma perspectiva que, ao contrário da visão mais estável de território, promove uma releitura com base no território como rede, centrado no movimento e na conexão, o que inclui a conexão em diferentes escalas.

c) Ao descrever uma terceira perspectiva, Haesbaert (2010) afirma que, ao mesmo tempo em que inclui uma concepção multiescalar e não exclusivista de território (territórios múltiplos e multiterritorialidade) trabalha com a ideia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural).

Assim, Haesbaert (2010) entende que do mesmo modo que pode ou não ser um conceito capaz de responder a questões que integram todas as esferas sociais (ainda que por meio da vertente do poder em sentido lato), o território, numa perspectiva histórica, pode também ser amplo, generalizável a ponto de abarcar toda a história humana – constituindo dessa forma um de seus componentes “ontológicos” –, ou visto de modo mais restrito, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais.

Nesse sentido, Haesbaert (2010) aponta que todas essas abordagens encontram-se combinadas. Portanto, se privilegiamos as questões políticas e, dentro delas, a questão do Estado, o território pode se restringir às sociedades modernas articuladas em torno dos Estados nações. Nesse caso, a principal responsável pelos atuais processos de desterritorialização seria a crise do Estado.

Continuando sua exposição, Haesbaert (2010) assevera que para outros, o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espaciais ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a contextualização territorial é intrínseca à condição humana. O território está presente em todo o processo histórico, embora muito variável em suas manifestações. Para o autor, trata-se de uma noção mais ampla de território, e que muitas vezes se confunde com a noção de espaço geográfico.

O autor completa dizendo que o território define-se, antes de tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. Este sentido relacional do território se encontra presente também, de algum modo, na abordagem materialista de Godelier (1984). Haesbaert (2010) entende que para esse autor, as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens, sendo esta última dupla: uma relação entre as sociedades e ao mesmo tempo uma relação interna de cada sociedade entre os indivíduos e os grupos que a formam.

Haesbaert (2010) ainda alerta que é imprescindível que contextualizemos historicamente o território com o qual estamos trabalhando. Para ele, se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, dito de outra forma, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações se diferenciam consideravelmente ao longo do tempo. Desse modo, ao contrário de Chivallon (1999), poderíamos dizer que, se a ideia de território como experiência total do espaço, que conjuga num mesmo local os principais componentes da vida social, não é mais possível, não é simplesmente porque simplesmente não existe essa integração, pois não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura.

Considerando essas reflexões, Haesbaert (2010) assevera que poderíamos afirmar a experiência integrada do espaço (mas nunca total, como na antiga junção íntima entre espaço econômico, político e cultural num espaço ininterrupto e relativamente bem delimitado) é possível somente se estivermos articulados (em rede) por meio de múltiplas escalas, que muitas vezes progridem do local ao global. Para esse autor, não há território sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas. Se antes vivíamos sob o domínio da lógica dos “territórios-zona”, que mais dificilmente admitiam sobreposições, na atualidade temos o domínio dos “territórios-rede”, espacialmente descontínuos, mas intensamente conectados e articulados entre si.

Se contrapondo ao domínio da lógica dos “territórios-zona”, Haesbaert (2010) admite que seja em que sentido for uma leitura integrada do espaço social é, na atualidade, relativamente pouco comum, como se pode depreender das próprias abordagens “unidimensionais”. Dialogando com Gottman (1952) e Santos (1994), o autor relata que se evidencia a necessidade de uma visão de território a partir da

concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “íconografias”, ou o que melhor nos agradar. Tendo como pano de fundo essa noção “híbrida” (e, logo, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser representado a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

2.1.4 A perspectiva relacional de território de Robert Sack e Claude Raffestin

Haesbaert (2010) entende que existe outro debate central sobre o território e, consequentemente, sobre a desterritorialização que envolve seu caráter absoluto ou relacional. Esse autor trata absoluto no sentido idealista de um *a priori* da compreensão do mundo, como na visão “kantiana” de espaço e tempo, quanto no sentido materialista mecanicista de evidência empírica ou “coisa” (objeto físico, substrato material), sem, necessariamente, estar associada à uma dinâmica temporal. Dessa forma, o conceito de território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, de relações de poder.

Esse autor enfatiza que embora muitos materialistas, especialmente os mais mecanicistas, possam simplificar, assegurando que o território se reduz à base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade, outros, principalmente os muitos materialistas dialéticos, descreverão que o território é, antes de tudo, um conjunto de relações sociais. Aqui, entretanto, relata Haesbaert (2010) dialogando com Santos (1978) e Morales (1983), as divergências também podem ser acentuadas, desde aqueles que conferem à materialidade do território, seu substrato físico, um papel simplesmente acessório ou quase nulo (uma espécie de palco, reflexo ou produto) diante das relações social-históricas (vistas em geral de maneira dicotômica em relação à materialidade por

meio da qual se realizam), até aqueles que percebem esse substrato físico como mediador, elemento fundamental ou até mesmo determinante dessas relações.

Ao citar outros autores que enfatizam o sentido relacional do território, Haesbaert (2010) dialoga com Souza (1995) que tece críticas a Raffestin (1986) dizendo que esse, não esquadrinhou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não observou que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, portanto, sobre um substrato referencial. Sem sombra de dúvidas, pode o exercício do poder estar amarrado muito diretamente à organização espacial, as formas espaciais; aí falamos não do conceito de território em si, mas dos trunfos espaciais da defesa do território.

Haesbaert (2010) ainda relata que Souza (1995) ressalta este caráter relacional, tendo o cuidado de não cair no extremo oposto, o de deixar de observar o papel da espacialidade na construção das relações sociais. Assim, completa Haesbaert (2010) amparado em Souza (1988), diante de uma preocupação com a “espaciologia” ou com o determinismo das formas espaciais, devemos justamente levar em consideração o cuidado de não propor um excesso de “sociologização” ou “historicização” (no sentido agora de sobrevalorizar a dimensão temporal, a dinâmica social-histórica), de algum modo “desgeografizando” o território, apartado da base social-geográfica como pré-requisito indispensável à realização destas relações. Se a legitimidade, também aqui, está “no meio”, não é nada fácil localizá-la e, menos ainda, demonstrá-la em termos conceituais.

A partir dessas considerações, Haesbaert (2010) propõe uma leitura um pouco mais condescendente para com Raffestin (1993), na medida em que, também para ele, espaço pode ser um “trunfo” e território, “o campo de ação dos trunfos”, pois o espaço e o tempo são suportes, portanto condições, mas também trunfos. Em todo caso, o espaço e o tempo são suportes, mas é raro que não sejam também recursos e, portanto, trunfos. O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo, além de ser o espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos.

Ainda dialogando com Raffestin (1993), Haesbaert (2010) sugere que o fato de ser um trunfo procede da constatação de que o espaço é finito. “Noção banal”, sem

dúvida, mas cuja importância é relativamente recente, ligada aquilo que os politólogos nomeiam “cercadura do espaço”. Constituído-se de “duas faces”, “expressão” material e “conteúdo” significativo, simbólico, o espaço é relacional e inventado pelos homens. Haesbaert (2010) ainda mostra que Raffestin (1993) supera a diferenciação estanque proposta em outro momento entre espaço – “prisão original” – e território – a prisão que os homens edificam para si.

Considerando as reflexões de Godelier (1984), Haesbaert (2010) propõe que se pode afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também de abarcar uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como Marx (1984) propõe, como primeira ou segunda natureza. Além disso, destaca Haesbaert (2010), outra consequência muito importante ao ressaltarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não requer uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou “fronteira”.

Amparado nesse entendimento, Haesbaert (2010) relata que exatamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e um sentido mais amplo, temporalidade. Este ponto é determinante na crítica a algumas posições recentes sobre o domínio dos processos de desterritorialização, notadamente aquela que dissocia rede – mais vinculada ao tempo, à mobilidade – e território – que estaria aí mais vinculado à estabilidade, a uma noção estática de espacialidade.

Nesse sentido, Haesbaert (2010) expõe que enquanto relação social, um dos atributos mais significativos do território é sua historicidade. Voltando a este atributo, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada momento histórico, mesmo que consideremos o território ou a territorialidade um constituinte inerente a todo grupo social, ao longo de sua história.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2010) enfatiza que dentre as diversas definições de território, as mais divulgadas e que marcam a tradição do conceito são aquelas que destacam sua ligação com relações de poder, ou seja, a sua dimensão política. Assim, o autor cita Raffestin (1993) e Sack (1986) para afirmar que esses são dois autores fundamentais dentro desse enfoque, mas que não limitam a dimensão política ao papel

dos Estados, nem ignoram a interseção com as dimensões econômica e cultural da sociedade.

Tendo por base a leitura de poder do diálogo entre Raffestin (1993) e Foucault (1979, 1984, 1985), Haesbaert (2010) relata que a concepção de território torna-se bastante ampla, o território passa a ser visto como “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado. Está bastante evidente a ideia de controle através do termo “prisão”, contudo a territorialidade não se limita a um conjunto de relações de poder, ou melhor, a noção de poder em Raffestin (1993) é suficientemente ampla para incluir também a própria natureza econômica e simbólica do poder.

A partir dessas considerações, Haesbaert (2010) ainda dialogando com Raffestin (1993) assegura que o poder se enraíza no trabalho. Assim, o trabalho seria esse vetor mínimo e original, definido por duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é a energia informada. Todavia, mais do que energia, trabalho é força dirigida, orientada, canalizada por um saber. A sociedade capitalista destrói o trabalho ao se apropriar dele, separando a energia da informação, o trabalho manual do trabalho intelectual, impedindo o homem de dispor de uma ou de outra simultaneamente. Desse modo, através desse mecanismo, os homens perderam sua capacidade original de transformação, que transferiu para as organizações, para as empresas.

Estimulado pela perspectiva de Raffestin (1993), Haesbaert (2010) expõe que a destruição da unidade-trabalho se concretizou pela alienação, isto é, pelo fato de que os produtos do trabalho se tornaram *output* cristalizados, de que se apodera uma organização específica que projeta seus trunfos estruturais para auferir a equivalência forçada. Apesar disso, os homens podem almejar a retomada do controle de seu poder original, o que significa penetrar num universo conflitual, cuja natureza é meramente política. Portanto, a possibilidade do poder, e não o poder em si, se estabelece sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder pode ser definido quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu, não pelos seus meios.

Nesse sentido, Raffestin (1993) sob o escopo de Haesbaert (2010), considera então a população, os recursos e o território como “trunfos” do poder. Ainda desenvolvendo esse raciocínio, Haesbaert (2010) dialoga com Souza (1995) para

afirmar que, nesse caso, é melhor adotar “materialidade do espaço” ao invés de “território”, visto que não há território sem recursos e, muito menos, sem “população”. Dessa maneira, as organizações, que são aptas de associar energia e informação, pois se apropriaram da “unidade-trabalho”, alienando o trabalhador, terminam por privilegiar a dimensão simbólica desses trunfos do poder. Para Raffestin (1993), analisado por Haesbaert (2010), por seus atos, a organização que tende a extrema simplicidade, a expressão jamais atingida do poder absoluto, tende a se interessar apenas pelos símbolos dos trunfos. Jogar exclusivamente com símbolos é o ideal do poder. É talvez o que, por fim, torna o poder frágil, no sentido de que aumenta a distância entre o trunfo real – o referencial – e o trunfo imaginário – o símbolo.

Com base nessas reflexões, Haesbaert (2010) afirma que mais do que fragilidade, é de “força” que se trata, pois essa distância entre referente e símbolo, que hoje muitas vezes é indiscernível, confundindo-se completamente “realidade” e representação, altera a dimensão “concreta” do poder e o encaixa num emaranhado de relações simbólicas em que o próprio território passa a “trabalhar” mais pelas imagens que dele produzimos do que pela realidade material-concreta, que nele construímos.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2010) relata que Sack (1986), ao contrário desta evidência a “semiotização” do território (o domínio dos “territórios informacionais”) feita por Raffestin (1993), trabalha muito mais ao nível material. Na concepção de Sack (1986), a noção de territorialidade (que ele utiliza de maneira muito mais frequente do que território) é mais limitada: a qualidade necessária para a construção de um território – a territorialidade – é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais – tratam-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou recursos pelo controle de uma área. Portanto, a fronteira e o controle do acesso são características essenciais na definição de territorialidade defendida por Sack (1986).

Assim, Haesbaert (2010) descreve que Sack (1986) mantém uma escala muito ampla de território, que vai do nível pessoal, de uma sala, ao internacional, nunca restringindo ao nível do Estado nação. Haesbaert (2010) ainda descreve que tanto Sack (1986) quanto Raffestin (1993) propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana, social, completamente diferente daquela disseminada pelos biólogos, que a relacionam a um instinto natural ligado ao próprio comportamento dos animais.

Nessa direção, Haesbaert (2010) expõe que Sack (1986) apesar de reconhecer que a territorialidade é uma “base de poder”, não a encara como parte de um instinto, muito menos associa poder exclusivamente com agressividade. Outro aspecto importante é que nem toda relação de poder é “territorial” ou inclui uma territorialidade. Ao descrever a territorialidade humana, os autores afirmam que esta envolve o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado, no entanto ela é mais bem entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada. Portanto, o uso da territorialidade estar amarrado a quem está influenciando e controlando quem e aos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo. Sack (1986) apesar de centralizar-se na perspectiva política também reconhece as dimensões econômica (uso da terra) e cultural (significação do espaço) da territorialidade, fortemente ligada ao modo como as pessoas usam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Teorizando acerca do termo territorialidade, Haesbaert (2010) dialoga com Sack (1986) afirmando que esta é definida como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela limitação e estabelecimento do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território. No diálogo com Raffestin (1988), Haesbaert (2010) afirma que este entende o termo territorialidade através de uma visão bem mais ampla, como o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade por meio do auxílio de mediadores ou instrumentos.

Quando Sack (1986) afirma que a territorialidade pode ser ativada e desativada, nos mostra a mobilidade inerente aos territórios, sua relativa flexibilidade. Ou seja, nega a concepção tradicionalmente disseminada de território como algo estático, ou dotado de uma grande estabilidade no tempo. Assim, Haesbaert (2010) relata que do mesmo modo que ocorre com as identidades territoriais, a territorialidade impressa às relações de poder, em Sack (1986), é um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico.

Na concepção de Haesbaert (2010) os territórios juridicamente reconhecidos são as formas mais familiares de territorialidade humana, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se evidencia também em diversos outros

contextos sociais. Para esse autor, quando Sack (1986) afirma que a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social, quando ela é o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados, se aproxima de Raffestin (1988). Apesar haver efeitos territoriais universais, independentes do contexto histórico, outros são característicos de uma época. Na modernidade, por exemplo, a territorialidade tende a ser mais ubíqua e bastante variável.

Haesbaert (2010) corrobora com Sack (1986) afirmando que um local pode ser utilizado como um território num momento e não em outro, visto que nem todo espaço socialmente apropriado/dominado se transforma em território. Sack (1986) relata que circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo demarca uma área para explicar onde acontece de uma determinada cultura ou onde está centralizada a indústria, identifica lugares, áreas ou regiões no sentido comum, no entanto não produz por si mesmo um território. Esta delimitação somente se torna um território quando suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento pelo controle do acesso.

Contextualizando sua exposição, Sack (1986) descreve que uma região nos Estados Unidos, como a do “Cinturão do Milho”, somente se torna um território caso o governo a transforme numa região-programa de investimentos, pois, neste caso, as fronteiras da região estão afetando o acesso aos recursos e ao poder. Elas estão moldando o comportamento e assim o lugar se transforma em território.

Haesbaert (2010) dialogando com Sack (1986) diz que este reconhece também que existem vários níveis de territorialidades, conforme os distintos graus de acesso às pessoas, coisas e relações, ou seja, seus níveis de permeabilidade, desde uma prisão de segurança máxima até a sala de espera de uma estação de trem, dia e noite acessível ao público.

Ainda nesse diálogo, Sack (1986) adota três relações interdependentes que estão incluídas na definição de territorialidade:

- a) a territorialidade implica uma maneira de classificação por área (o que limita sua noção de território, ao que Haesbaert (2010) chama de territórios-zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os territórios-rede ou lógica reticular);

b) a territorialidade deve envolver uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (uma fronteira territorial pode ser o único modelo simbólico que ajusta uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão);

c) a territorialidade deve implicar uma tentativa de manter o domínio sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora por meio da repressão àquelas que estão no seu interior.

Ao sintetizar essas reflexões, Sack (1986) relata que a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle. Desse modo, o território se torna um dos instrumentos usados em processos que apontam algum tipo de padronização – internamente a este território, e de classificação – na relação com outros territórios. Todos os que convivem dentro de seus limites aspiram assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de ser subordinado a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de algum modo, se institui entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites.

Nesse sentido, postula Sack (1986), toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de algum modo nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa, pois todo processo de identificação social é também uma relação política, ativada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Haesbaert (2010) interpretando Sack (1986) relata que enquanto os “primitivos” utilizavam a territorialidade para delimitar e defender a terra como abrigo e como fonte de recursos, no mundo moderno a competição acirrada se dá ora sobre o próprio espaço, ora sobre as coisas e relações efetivadas nesse espaço. O Estado-nação aparece para provocar tanto uma territorialidade, no sentido de controle do acesso, quanto no sentido de qualificar e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. Dependerá de sua condição territorial nacional toda existência “legal” dos indivíduos.

Assim, Haesbaert (2010) destaca que mesmo enfatizando sempre o território como instrumento concreto de poder, Sack (1986) não ignora sua dimensão simbólica, pois leva em consideração o papel da cultura na definição da territorialidade,

especialmente ao comparar os contextos sociais do Primeiro e do Terceiro Mundos. Esse autor solicita cautela contra a total associação de mudanças territoriais com mudanças econômicas e políticas. Para Sack (1986), do mesmo modo como a cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica, elas também mediam o modo pelo qual as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam a terra.

Assim, Haesbaert (2010) corrobora com Sack (1986) apontando que mesmo na sociedade norte-americana são criadas “paisagens históricas” que dão robustez a ideia de pátria e de nação e o cotidiano das pessoas não envolve apenas um “espaço esvaziável”, frio e abstrato, onde o próprio ato de consumir propõe criar contextos de afeto e significação. Para esse autor, a territorialidade, como um artifício do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, porém é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Desse modo, Haesbaert (2010) compara Raffestin (1993) a Sack (1986) afirmando que se trata de uma visão ampliada de poder que apreende, pelo menos de um modo indireto, a concepção de poder simbólico na ótica de Bourdieu (1989). Apesar disso, esta relação indireta entre poder num sentido mais material e poder num sentido mais simbólico, envolvendo a chamada “semiosfera” ou esfera da produção de significados, aparece de maneira mais explícita em Raffestin (1988). Esse autor, na ótica de Haesbaert (2010), se refere a uma modernidade mais “temporalizada” do que “especializada” onde o território concreto tornou-se menos significativo do que o território informacional em se tratando de territorialidade.

Para Haesbaert (2010), Raffestin (1988) não percebe uma “materialidade neutra”, porém mergulhada em nosso sistema de significações. Na concepção de Raffestin (1988), o território é uma reordenação do espaço no qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto parte integrante de uma cultura. Assim, o território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera. O que comanda o processo de territorialização, desterritorialização das sociedades é o acesso ou não acesso à informação. Portanto, o que comanda nos nossos dias a ecogênese territorial e o processo de T-D-R (territorialização – desterritorialização – reterritorialização) é a teoria da comunicação.

De acordo com Haesbaert (2010), é muito relevante esta discussão que muitas vezes contrapõe uma dimensão material e uma dimensão imaterial do território. Para esse autor, duas leituras são possíveis: primeiro, no interior da esfera ontológica, entre aqueles que assumem uma existência efetiva do território – seja na visão materialista de um espaço geográfico concreto, empiricamente delimitável, seja na visão idealista de território como representação presente na consciência de determinada cultura ou grupo social; segundo, numa perspectiva epistemológica, entre os que fomentam a noção de território, fundamentalmente enquanto instrumento analítico para o conhecimento. Nesse caso, o território não é a realidade, não podendo ser demarcado nem no “terreno”, materialmente falando, nem na “cultura”, em sua realidade simbólica. Dialogando com Hartshorne (1939), Haesbaert (2010) continua o raciocínio afirmando que se constitui apenas num apoio ou instrumento, ainda que indispensável utilizado pelo geógrafo no caminho de entendimento da realidade.

Sob o ponto de vista de Haesbaert (2010), o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, evidência empírica, nem como um mero instrumento analítico ou conceito elaborado pelo pesquisador. Do mesmo modo como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise de estudiosos, seja como parte da “imaginação geográfica” dos indivíduos.

Haesbaert (2010) afirma que mesmo se focalizarmos nossa análise sobre essas “invenções” ou representações espaciais, elas também são instrumentos/estratégias de poder, na medida em que muitas vezes agimos e desdobramos relações sociais de poder em função das imagens que temos da “realidade”. Para Raffestin (1993) sob o escopo de Haesbaert (2010), a imagem ou o modelo, ou seja, toda construção da realidade, é desde as origens dos homens, uma ferramenta de poder. Uma imagem, um guia de ação, que assumiu as mais diversas formas. Até fizemos da imagem um “objeto” em si e, com o tempo, adquirimos o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos.

Assim, Haesbaert (2010) afirma que há quem diga que o caráter simbólico do território está se tornando cada vez mais presente, em detrimento de sua dimensão mais objetiva, material. Para ele, trata-se de um dos principais argumentos em favor dos processos ditos de desterritorialização, como se o território e, por extensão, o próprio

poder que o cinge, pudessem ser interpretados única e exclusivamente pela sua dimensão mais concreta.

Com base nessas reflexões, Haesbaert (2010) reforça que enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes (re)situa os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se juntam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas. Com base em Raffestin (1993), Haesbaert (2010) assegura que não se trata apenas de que estamos, genericamente, agindo mais sobre as imagens, os simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos. A exclusão social que tende a anular os laços territoriais acaba, em vários momentos, tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados tendendo assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade.

Desse modo, Haesbaert (2010) considera que está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aqueles que enfatizam seu caráter eminentemente político. De maneira alguma o poder pode se restringir a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e objetivado. Para esse autor, o poder como relação e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, todavia também as representações que elas veiculam e, de certo modo, também produzem. Portanto, não se pode separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Ainda segundo Haesbaert (2010), criar novos recortes territoriais como novos Estados ou municípios é, ao mesmo tempo, um ato de poder no sentido mais concreto e a consideração e/ou criação de novas referências espaciais de representação social. Com um novo recorte ou “fronteira”, podem-se legitimar certas identificações sociais previamente existentes ou, o que é mais comum, ao mesmo tempo instituir ou fortalecer outras. Já que todo processo de representação territorial é altamente seletivo, apenas alguns espaços serão “representativos” da(s) identidade(s) que eles ajudam a produzir ou reforçar.

Considerando essa premissa, Haesbaert (2010) relata que podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder deriva da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações no interior do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, afim de regular conflitos no interior da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos.

Nesse sentido, Haesbaert (2010) ao dialogar com Haesbaert (1997) propõe, com base na distinção entre domínio e apropriação do espaço discutido por Lefebvre (1986), que o território envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial conferida pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, assim, um modo de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (e político-econômico, deveríamos acrescentar): a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Desse modo, Haesbaert (2010) corroborando com Lefebvre (1986), caracteriza a dominação do espaço a partir da transformação técnica, prática, sobre a natureza. De acordo com esses autores, para dominar um espaço, especialmente na sociedade moderna, em geral a técnica impõe formas retilíneas, geométricas, “brutalizando” a paisagem. A dominação, que brota com o poder político, vai se aperfeiçoando cada vez mais. No entanto, o conceito de dominação só adquire sentido quando contraposto, de forma dialética, ao conceito de apropriação.

Ao refletir sobre a apropriação do espaço, Haesbaert (2010) se ampara em Lefebvre (1986) para relatar que de um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria dele. A posse (propriedade) não foi senão, uma condição e, mais frequentemente, um desvio desta atividade “apropriativa” que atinge seu auge na obra de arte, o que não significa que seja seu simulacro.

Em outro momento, Haesbaert (2010) expõe que a relação entre apropriação e dimensão simbólica se evidencia mais quando Lefebvre (1986) faz referências aos espaços mais efetivamente “apropriados” como aqueles ocupados por símbolos: os jardins e os parques que representam a natureza absoluta, ou os edifícios religiosos que representam o poder e o saber, ou seja, o absoluto puro e simples. Ao longo da obra de Lefebvre (1986) são encontradas várias associações entre dominação e apropriação e outros binômios, como quantidade e qualidade, diferença induzida e diferença produzida, Logos e Eros (desejo) e, notadamente, troca e uso.

Sobre troca e uso, Haesbaert (2010) descreve que Lefebvre (1986) aponta que o uso reaparece em aguçado conflito com a troca no espaço, pois ele sugere “apropriação” e não “propriedade”. A própria apropriação sugere tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto é mais controlado pelos “agentes” que o manipularam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Isso ocorre devido ele se colocar fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

Haesbaert (2010) narra que outra luta acirrada é identificada por Lefebvre (1986), entre as forças racionalizadoras do “Logos”, ligado à dominação, e as forças mais subjetivas do “Eros”, ligado à apropriação. Enquanto o Logos “inventoria, classifica”, associando saber e poder, Eros tenta ultrapassar as distâncias entre obra e produto, repetitivo e diferencial, necessidade e desejo. Do lado do Logos se apresentam as forças que objetivam controlar e dominar o espaço: a empresa e o Estado, as instituições e a família, o “estabelecimento” e a ordem estabelecida, as corporações e os corpos constituídos. Do lado de Eros estão as forças que apostam na apropriação do espaço: as diversas formas de autogestão das unidades territoriais e produtivas, as comunidades, as elites que querem mudar a vida e que apostam em sobrepujar as instituições políticas e os partidos e que se colocam abertamente ao lado da ideia de criação de contra-espços efetivamente autônomos.

Dessa forma, Haesbaert (2010) afirma que se poderia dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espço desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Ainda que seja inteiramente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição

pode “territorializar-se” por meio de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar no interior desse jogo de territorialidades.

Para Lefebvre (1986), segundo Haesbaert (2010), dominação e apropriação do espaço deveriam andar juntas, porém a história (aquela da acumulação) é também a história de sua separação, da sua contradição. Quem vence é o dominante. Ainda que primeiramente tenha havido apropriação sem dominação, gradativamente, com o papel crescente dos exércitos, da guerra e do poder político do Estado, crescem as contradições e os conflitos entre esses dois processos, e é a dominação que por fim se impõe, reduzindo drasticamente os espaços efetivamente “apropriados”. Deste modo, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável coesão entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados essencialmente através da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo.

Haesbaert (2010) ressalta que o fato dele considerar o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, sem jamais restringi-lo a um espaço uniescalar como o do Estado nação, não demanda menosprezar suas especificidades geo-históricas, sua distinção de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido.

No entendimento de Haesbaert (2010), mesmo se privilegiarmos a definição mais estrita de Sack (1986), do território como controle de processos sociais pelo controle da acessibilidade através do espaço, é necessário examinar o quanto este controle muda de configuração e de sentido ao longo do tempo. Enquanto nas sociedades modernas “clássicas”, ou sociedades disciplinares, dominavam os territórios-zona que demandavam a dominação de áreas (a expansão imperialista pelo mundo até “fechar” o mapa-múndi em termos de um grande mosaico estatal é o exemplo de maior magnitude), o que notamos hoje é a relevância de exercer controle sobre fluxos, redes, conexões.

Nesse sentido, Haesbaert (2010) afiança que territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. Esse autor ainda questiona acerca do seria fundamental “controlar” em termos espaciais para construir novos territórios no mundo contemporâneo. Para responder tal questionamento Haesbaert (2010) lembra que além de sua enorme variação histórica, é necessário levar em conta sua variação geográfica: obviamente territorializar-se para um grupo indígena da Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional. Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global.

2.2 PERCURSOS TEÓRICOS PARA REFLETIR SOBRE O CONCEITO DE IDENTIDADE

De acordo com os apontamentos de Cruz (2007), é muito complexa a discussão acerca da temática da identidade, especialmente devido esse conceito ser portador de uma grande ambiguidade teórica e política. Ao dialogar com Hall (2004), o autor cita que só é possível trabalhá-lo sob “rasura”, pois, a despeito de sua imprecisão e precariedade explicativa o conceito de identidade tem algo de “irredutível”, em outras palavras, significa que apesar de suas restrições, não há a possibilidade de substituí-lo, principalmente devido à identidade ser um desses conceitos que operam no intervalo da inversão e da emergência: uma ideia que não pode ser ponderada de forma antiga, mas sem a qual, certas questões-chaves não podem nem sequer serem pensadas.

2.2.1 Uma construção histórica

Teorizando a respeito do conceito em debate, Cruz (2006) parte do princípio de que a identidade é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo.

Ao citar Castells (1999), o autor relata que esse, ao tratar desse conceito, o entende como um processo de construção de significados com base em um predicado cultural ou, ainda, um conjunto de predicados culturais inter-relacionados o(s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado.

Estimulado por essa perspectiva, o autor relata querer distanciar sua visão de toda forma de “substancialismo” e “essencialismo”, visto que concorda com Hall (2004) quando esse afirma que a identidade é, e sempre se encontra em processo, em construção. Se pensada dessa forma, a identidade é dinâmica, múltipla, contingente e aberta. Assim, essas características nos remetem a algo em movimento, em curso, sempre se realizando. Nessa direção, o autor volta a se amparar em Hall (2004) para dizer que a identidade não se reduz à questão: “quem nós somos”, mas até mesmo “quem nós podemos nos tornar”; dessa maneira, a constituição da identidade tem a ver com “raízes” (ser), e também com “rumos” e “rotas” (vir a ser, tornar-se).

Levando em conta essas reflexões, Cruz (2006) completa dizendo que o conceito de identidade não se confunde com as ideias de originalidade, autenticidade ou tradição, uma vez que os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se estabelecem tanto pelas tradições (passado, memórias, heranças, “raízes”) quanto pelas traduções (projetos, estratégias para o futuro, “rumos”, “rotas”). Nesse sentido, o autor, tendo por base Hall (2004), entende que as identidades nunca são completamente determinadas, fixadas, unificadas, elas são, portanto, multiplamente construídas ao longo das práticas, posições e discursos que podem se cruzar ou se antagonizarem. Desse modo, estão sujeitas as identidades a uma historização radical, fazendo parte de um constante processo de transformação e mudança.

2.2.2 Relacional e contrastiva

Dialogando com Hall (2003; 2004) e Oliveira (1976), Cruz (2006) afirma que a identidade não é uma “coisa em si” ou “um estado ou significado fixo”, porém uma relação, uma “posição relacional”, uma “posição-de-sujeito” construída de modo relacional e contrastiva, até mesmo porque os processos de identificação e, logo, as identidades são sempre construídas na e pela diferença e não fora dela. Sendo assim, nenhuma identidade é autossuficiente, autoreferenciada na sua positividade, tendo seu significado no jogo da diferença, ou seja, cada identidade é radicalmente insuficiente em

relação a seus “outros”. Isso quer dizer que a identidade ganha sentido e eficácia apenas por meio da relação com o outro, na relação com aquilo que não é, precisamente com aquilo que falta, com aquilo que Hall (2004) diz ter sido chamado de seu exterior constitutivo.

Postulando esse entendimento, Cruz (2006) afirma que não é possível examinar a identidade de qualquer grupo social tendo por base apenas sua cultura, ou o seu modo de vida, as suas representações de forma introvertida e auto referenciada, uma vez que as identidades e os sentimentos de pertencimento são construídos de modo relacional e contrastiva e muitas vezes conflitiva entre uma auto identidade (autoconhecimento, auto atribuição) e uma hetero-identidade (atribuição e reconhecimento pelo “outro”). Para o autor, o diálogo e o conflito entre os grupos, forjando as identidades, se estabelecem nessas teias complexas de valoração e significados de reconhecimento e alteridade.

2.2.3 Material e simbólica

Na concepção de Cruz (2006), a superação de posições dualistas como material/simbólico e objetivo/ subjetivo, é outro cuidado teórico metodológico importante sobre a questão da identidade. Para esse autor, a identidade é construída subjetivamente, tendo por base as representações, os discursos, os sistemas de classificações simbólicas, ainda que não seja algo puramente objetivo e não se restrinja à “textualidade” e ao “símbolo”. Nessa perspectiva, o autor afirma que a identidade não é uma construção puramente imaginária que não preza a realidade material e objetiva das experiências e das práticas sociais, como muitos afirmam, e nem tampouco se trata de algo materialmente dado, objetivo, uma essência inalterável, definida e fixa.

Parafraseando Cuche (1999), o autor diz que se a identidade não é um dado e sim uma construção social, se ela é do âmbito da representação, isto não traz no seu bojo a significação que ela seja uma ilusão que dependeria da subjetividade dos agentes sociais. Para esse autor, o construto das identidades acontece no cerne dos contextos sociais que originam a posição dos agentes, e por isso mesmo, orientam suas representações e suas escolhas.

Partindo dessa premissa, Cruz (2006) relata que na construção da identidade não é possível pensar de maneira separada sua natureza simbólica e subjetiva (representações) e seus referentes mais “objetivos” e “materiais” (a materialidade da

experiência social). Dessa maneira, o autor ao dialogar com Alvarez; Dagnino; Escobar (2000) entende que posições deterministas e excludentes que privilegiem *a priori* o material ou simbólico/textual não cabem, uma vez que se há sempre algo mais afora a cultura, algo que não é bem apreendido pelo textual/discursivo, há também algo mais além do assim chamado material, algo que é sempre cultural e textual. Para o autor, Essa tensão e primazia só são provisoriamente solucionadas na prática concreta, não podem ser resolvidas no campo da teoria.

2.2.4 Estratégica e posicional

Considerando as reflexões de Silva (2004), Cruz (2006) propõe que a luta pela certificação da identidade, enquanto configuração de reconhecimento social da diferença possui o significado de lutar para manter visível a especificidade do grupo, ou melhor, dizendo, aquela que o grupo toma para si para apontar projetos e interesses distintos. Para os autores, isso possui significação de que sua definição – discursiva e linguística – se sujeita a vetores de força, a relações de poder. Nesse sentido, os autores postulam que há uma relação entre o “cultural” e o “político”, estando essas duas dimensões imbricadas num laço constitutivo no construto das identidades.

No ponto de vista de Alvarez; Dagnino; Escobar (2000), citado por Cruz (2006), esse laço constitutivo trás no seu bojo o entendimento de que a cultura compreendida como concepção de mundo, como um conjunto de significados que são parte integrante de práticas sociais, não pode ser entendido de forma adequada sem se levar em conta as relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão das configurações dessas relações de poder não se faz possível sem o devido reconhecimento do seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados.

Nesses termos, Cruz (2006) ao se amparar em Woodward (2004), entende que são carregados de poder, todos os sistemas simbólicos de classificação que organizam e dão significado à marcação das diferenças culturais e das desigualdades sociais na construção das identidades. Partindo desse entendimento, o autor complementa esse raciocínio dialogando com Hall (2004), advogando que as identidades são mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, pois para ele, elas emergem no interior do jogo de

modalidades específicas de poder. Devido a essa íntima relação com o poder, é que a identidade não pode ser considerada de maneira essencialista, porém estratégica e posicional.

Nesse sentido, o autor relata que devido a seu caráter estratégico, as identidades se sujeitam à manipulação dos indivíduos ou grupos sociais; elas não existem em si mesmas, independentemente dos meios que os atores sociais usam para se afirmarem. Assim, para Silva (2004) citado pelo autor, elas são concomitantemente produtos e produtoras das lutas sociais e políticas. Elas não são definidas simplesmente, elas são impostas. Não há uma convivência harmoniosa entre elas, lado a lado, em sem hierarquia em um campo, elas são disputadas.

Apoiando-se nesses argumentos, os autores defendem a ideia de que a disputa pela identidade trás no seu bojo a disputa por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. Desse modo, a afirmação da identidade e a enunciação da diferença demonstram o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente estabelecidos, de ter assegurado o acesso privilegiado aos bens sociais, pois a identidade e a diferença se ligam fortemente às relações de poder. Sob essa perspectiva, o poder de definir a identidade e dar realce à diferença não pode ser apartado das relações mais amplas de poder. Para esses autores, a identidade e a diferença não são, em nenhum momento, inocentes.

Amparado nessa premissa, Cruz (2006) ao dialogar com Bourdieu (1999), afirma que a eficácia das estratégias identitárias e o seu poder de legitimação serão dependentes da situação de cada grupo no jogo do poder. Essa dependência se liga ao capital econômico, político e, em especial, simbólico que cada grupo possui na estrutura assimétrica da sociedade. É pela autoridade legítima do poder simbólico que a identidade produz o consenso, a ação e a mobilização. Nesse caso, os autores entendem como poder simbólico, esse poder invisível que para a sua prática, traz implícito em si, a dependência da cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem, assim, é pela força do discurso performático, no poder quase mágico das palavras, num jogo de corte e recorte, colagem e repetição de enunciados, imagens e símbolos, que a identidade produz o consenso, a mobilização e a ação.

2.2.5 Hegemônica ou subalterna

De acordo com Cruz (2006), a constituição das identidades pode ser útil tanto para a sustentação e legitimação das relações de poder hegemônicas da sociedade, quanto para subvertê-las. Desse modo, o autor relata que o mesmo processo que serve à reprodução do poder hegemônico, e por consequência, das identidades hegemônicas, pode ser sustado e reorientado no sentido de originar novas identidades.

Refletindo sobre esse raciocínio, o autor ao dialogar com Silva (2004), relata que a mesma repetitividade que assegura a eficácia dos atos performativos que robustecem as identidades existentes, pode significar a possibilidade de suspensão das identidades hegemônicas. A repetitividade pode ser interrompida. A repetição pode ser contrariada e questionada. Desse modo, os autores entendem que é nessa interrupção que jazem às possibilidades de estabelecimento de identidades que não concebem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes.

Nesse contexto, o autor ao se amparar em Hall (2004), propõe que, para além das identidades hegemônicas existem outras subalternizadas, de sujeitos subalternizados no jogo do poder, no entanto, podem contrariar a hegemonia, até mesmo porque toda identidade tem à sua “margem” um excesso, algo a mais. Assim, tendo por base Silva (2004), o autor assevera que a identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu “outro”. Nesse sentido, Cruz (2006) ao trazer Hall (2004) novamente para o debate, advoga que toda identidade tem necessidade daquilo que lhe complete, mesmo que esse outro que lhe complete seja um “outro” silenciado, inarticulado.

Apoiando-se nessa premissa, o autor tece suas considerações de como as identidades não são nunca completamente unificadas, fixas, estáveis, o mesmo “discurso performático” que frequentemente tende a estabilizar e fixar uma identidade, silenciando outras, pode também desestabilizá-la e subvertê-la, ou seja, o que está na “margem” pode se tornar “centro”. Dessa forma, completa o autor, no jogo do poder pela hegemonia na sociedade, os diferentes atores sociais de acordo com o seu “posicionamento” no espaço social (também geográfico, muitas vezes) e, ainda, pelo acúmulo de “capitais” que têm, juntamente com a intenção em “investir” nos seus projetos políticos, podem certificar diferentes identidades em cada momento histórico.

A partir dessas considerações, Cruz (2006) se ampara em Castells (1999) que faz uma espécie de mapeamento dos projetos e das “posições” dos diferentes atores, propondo três tipos de identidades:

a) Identidade legitimadora –inserida pelas instituições em posição dominante na sociedade com o objetivo de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

b) Identidade de resistência –engendrada por atores que se encontram em condições e posições desvalorizadas e/ ou estigmatizadas pela lógica de dominação, edificando, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios distintos dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estes últimos;

c) Identidade de projeto – para a compreensão desse modelo deve-se considerar o momento em que os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu dispor, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição no seio da sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social.

Considerando essa perspectiva, Cruz (2006) postula que podemos constatar que conforme a “posição” do ator social, a construção das identidades adquire uma configuração específica, tanto no sentido da reprodução de uma ordem hegemônica quanto na contestação dessa ordem, assegurando a diferença subalternizada e rejeitando as identidades institucionalizadas e “normalizadas” ou, de forma mais ampla, a própria sociedade como instituição. Todavia, completa o autor, é importante que se perceba com clareza que cada “posição” é construída sempre de forma relacional em cada contexto de poder específico, e que qualquer “posição” não é estática, porém dinâmica, o que traz no seu bojo a possibilidade de uma identidade subalternizada ou de resistência tornar-se institucionalizada e hegemônica, da mesma forma que o que é hegemônico em um determinado contexto histórico, pode tornar-se não hegemônico em outro.

2.3 POPULAÇÕES TRADICIONAIS E IDENTIDADES TERRITORIAIS: ALGUNS APONTAMENTOS

Cunha e Almeida (2001) falam que o uso do termo “populações tradicionais” é propositalmente abrangente, todavia, essa abrangência não deve ser entendida com

confusão conceitual. A definição do termo populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais, como também, seria mera tautologia, defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis.

Dessa maneira, Cunha e Almeida (2001) entendem que se as definirmos como populações que estão fora do mercado, se tornará difícil encontra-las na atualidade. Para esses autores, os textos acadêmicos e jurídicos descrevem-se, em geral, as categorias por meio das propriedades ou características dos elementos que as instituem. Mas as categorias sociais também podem ser descritas “em extensão” – isto é, pela simples numeração dos elementos que as compõem. Portanto, esses autores entendem que a definição de populações tradicionais deve ocorrer de maneira “extensional”, isto é, enumerando seus membros atuais, ou candidatos a membros.

Para Cunha e Almeida (2001), essa abordagem está de acordo com o destaque que eles dão a criação e a apropriação de categorias, e, o que é mais importante, ela direciona para a formação de sujeitos por meio de novas práticas. Os autores relatam que isso não é nenhuma novidade, visto que termos como “índio”, “indígena”, “tribal”, “nativo”, “aborígene” e “negro” são criações da metrópole, são frutos do encontro colonial. Esses termos foram sendo aos poucos habitados por gente de carne e osso, embora tenham sido genéricos e artificiais ao serem criados. É o que acontece, mas não necessariamente, quando ganham status administrativo ou jurídico.

Nesses termos, Cunha e Almeida (2001) postulam que não deixa de ser notável o fato de que, com muita frequência, os povos começaram habitando essas categorias pela força tenham sido capazes de apossar-se delas, transformando termos impregnados de preconceito em bandeiras mobilizadoras. Nesse caso, os autores entendem que a deportação para um território conceitual estrangeiro acabou na ocupação e defesa desse território. É a partir desse momento que a categoria que começou a ser definida “em extensão” começa a ser redefinida analiticamente a partir de propriedades. No início, a categoria incorporava seringueiros e castanheiros da Amazônia, ampliando-se, para outros grupos que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina a babaqueiras do sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins.

Sob o ponto de vista de Cunha e Almeida (2001), o que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram, pelo menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e de que têm, na atualidade, interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. E, além do mais, estão dispostos a uma negociação: comprometem-se a prestar serviços ambientais em troca do controle sobre o território.

Já o Decreto Presidencial de n.º 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, no inciso I do Artigo 3.º, designa como “Povos e Comunidades Tradicionais”, os grupos culturalmente distinguidos e que se conhecem como tais, que possuem modos próprios de organização social, que ocupam e fazem uso de territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, fazendo uso de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No entendimento de Cruz (2009), as “comunidades tradicionais” são índios, pescadores, populações quilombolas, seringueiros, trabalhadores rurais, que lutam para permanecer nos territórios ocupados por elas historicamente. Esses territórios são caracterizados por formas de apropriação coletiva e familiar da terra e dos recursos naturais que garantem a reprodução física, social e cultural dessas comunidades.

Considerando essas reflexões, Cruz (2009) diz que o Estado é um dos principais antagonistas das comunidades tradicionais, pois atua como agente ordenador do território através da construção de infraestruturas como, barragens, campos de treinamento militar, base de lançamento de foguetes, áreas reservadas à mineração, áreas de conservação, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, e isso, têm afetado de várias maneiras, os territórios dessas populações.

Cruz (2009) ainda relata que esse cenário de antagonismos e conflitos se completa com a territorialização do Capital na região, expresso por meio das diferentes frações do capital – velhos e novos capitais – com suas estratégias territoriais de produção e reprodução que produzem, sistematicamente, a subalternização e a desterritorialização das comunidades tradicionais. Dentre as estratégias, o autor destaca a construção de usinas de ferro-gusa, mineradoras, madeireiras, carvoarias, empresas de

energia elétrica, siderúrgicas, indústrias de papel e celulose, refinadoras de soja, frigoríficos e curtumes, laboratórios farmacêuticos e de biotecnologias.

Refletindo acerca desse cenário, Cruz (2009) corrobora com Gonçalves (2001) que expõe que esse novo contexto aponta para a construção de “novas” identidades coletivas surgidas de velhas condições sociais e étnicas, como é o caso das populações indígenas e negras, ou remetendo-se a uma determinada relação com a natureza (seringueiros, castanheiros, pescador, mulher quebradeira de coco) ou, ainda, exprimindo uma condição decorrida da própria ação dos chamados “grandes projetos” implantados na região, como estradas, hidrelétricas, projetos de mineração, entre outros (“atingidos”, “assentados”, “deslocado”). Trata-se de um processo de re-significação político e cultural que esses grupos sociais vêm produzindo da sua experiência cultural e da sua forma de organização política.

Assim, Cruz (2009) assevera que vem ocorrendo à formação de novos sujeitos políticos e a emergência de “novas” identidades territoriais arquitetadas pelas comunidades tradicionais nas lutas sociais pela certificação material e simbólica dos seus modos de vida. Portanto, essas identidades emergentes na Amazônia, arquitetadas pelos diferentes movimentos sociais, estão norteadas no sentido da superação de velhas identidades coletivas ligadas a um discurso moderno/colonial que se baseava na invisibilização, na romantização e, em especial, na estigmatização e no estereótipo do “caboclo” para (des)qualificar as populações como “atrasadas”, “ignorantes”, “indolentes” e “improdutivas”, qualificando tais populações como obstáculo a um projeto moderno urbano-industrial para a Amazônia.

Nessa perspectiva, Almeida (2004) citado por Cruz (2009) entende que essa multiplicidade de identidades cinde e relativiza o monopólio político do significado das expressões “camponês” e “trabalhador rural”, que, até então, eram empregadas como identidades sociopolíticas estruturantes dentro das arenas de lutas. Isso não significa uma destituição do atributo político das categorias de mobilização como “camponês” e “trabalhador rural”, mas é evidente que emergências das “novas” denominações/identidades dos movimentos sociais refletem um conjunto de novas práticas organizativas que manifestam transformações políticas mais profundas na capacidade de organização/mobilização desses grupos, em face do poder do Estado e em defesa de seus territórios.

Nesse sentido, Cruz (2009) percebe que as reivindicações das “comunidades tradicionais” são contrárias aos interesses do Estado e das várias frações do capital presentes na região. Desse modo, tais conflitos apresentam-se com grande amplitude, pois se trata de conflitos pela afirmação de diferentes matrizes de racionalidades econômicas, ambientais e jurídicas que demandam em distintos modos de apropriação social da natureza, expressos em diversas formas de uso-significado da terra e dos recursos naturais. Essa confrontação de lógicas se materializa em distintos processos de territorialização e de constituição de territorialidades, identidades. E aponta para a alta complexidade que envolve esses conflitos, visto que não se tratam simplesmente de conflitos fundiários por redistribuição de terra, abarca também o reconhecimento de elementos étnicos, culturais e de afirmação identitária das “comunidades tradicionais”, assinalando para necessidade do reconhecimento jurídico de seus territórios e territorialidades.

Com base em Haesbaert (2002), Cruz (2009) diz que se trata de lutas pelo direito à territorialidade que é fundamental na reprodução dos modos de vida tradicionais, pois a territorialidade é, sem dúvida, uma dimensão basilar da afirmação desses direitos coletivos que se chocam com as concepções liberais de propriedade. É nela que reside a certeza do reconhecimento de uma identidade coletiva e dos direitos coletivos, pois o território é, para essas populações, ao mesmo tempo os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção; e ao mesmo tempo é um referencial simbólico e subjetivo essencial na construção das identidades, portanto o território é “abrigo” e “recurso”: abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção e, ao mesmo tempo, elemento fundamental de identificação, simbolização e pertencimento para esses grupos sociais.

Considerando essas reflexões, Cruz (2009) dialoga com Little (2002) para afirmar que os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A extensa duração dessas ocupações (domínio estratégico-funcional e apropriação simbólico-expressiva) provê um peso histórico às suas reivindicações territoriais e afirmações identitária. A manifestação dessas territorialidades, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que congrega dimensões simbólicas e identitária na integração do grupo com a sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Desse modo, no diálogo com Wolkmer (2003), Cruz (2009) assevera que essas comunidades tradicionais, na luta pelo reconhecimento de suas territorialidades, buscam novos padrões normativos que possam melhor solucionar suas necessidades, aproximando as leis e os direitos das práticas sociais cotidianas. Nessa direção, buscam estabelecer direitos para além das formas jurídicas positivas e dogmaticamente estabelecidas, legadas pelo processo de colonização; buscam o reconhecimento jurídico para existência de outras manifestações normativas informais, não decorridas dos canais estatais, mas emergentes de lutas, conflitos e das flutuações de um processo histórico-social participativo em permanente reafirmação capaz de dar conta das formas coletivas da terra e dos recursos naturais.

Assim, nessa dissertação o termo território é entendido como Haesbaert (2010) assegura ao analisar a concepção de Gottman (1952). Para ele, houve uma ampliação do conceito de território que, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito além do Estado nação, espraiando-se para o conjunto de terras agrupadas em uma unidade dependente de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime. Trata-se de um compartimento do espaço politicamente distinto e uma entidade jurídica, administrativa e política. Assim, sua característica fundamental permanece sendo o caráter político-administrativo do território. Haesbaert (2010) mostra que a conceituação de Godelier (1984) citada na discussão sobre a perspectiva materialista de território, apresenta importantes nuances, reivindicando também a inclusão de uma dimensão ideal ou apropriação simbólica, pois, o acesso, o controle e o uso é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

No que se refere ao conceito identidade, segundo Haesbaert (2007), pode-se afirmar que as nossas identidades – em seu caráter mais ou menos múltiplo – são sempre conformadas tanto em relação ao nosso passado, à nossa memória e imaginação, isto é, à sua dimensão histórica, quanto em relação ao nosso presente, ao entorno espacial que vivenciamos, isto é, à sua dimensão simbólica. Além do mais, o autor impetra que a identidade nunca é construída a partir da mera diferença ou de características “próprias”, “singulares”, pois tem sempre um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional, dialógico, e a

identidade, por mais essencializada que pareça, justamente devido a seu caráter simbólico, é sempre múltipla e/ou está aberta a múltiplas reconstruções.

Haesbaert (2007) ainda enfatiza que não é possível dissociar completamente a natureza eminentemente simbólica de seus referentes mais “objetivos”. Para Lévi-Strauss (1997), citado por Haesbaert (2007), melhor seria encarar as condições objetivas das quais a identidade é sintoma e as quais ela reflete. Para tanto, o autor ajuíza que se pode partir da própria discussão sobre natureza do “simbólico”. Se as identidades sociais são simbólicas, os símbolos que formam uma identidade não são construtos totalmente arbitrários ou aleatórios, eles precisam ter por base referentes materiais ou, em outras palavras, ter sempre uma fundamentação política “concreta”. Nesse caso, o autor se ampara em Penna (1992) para dizer que as marcas da identidade não estão inscritas no real, mas os elementos sobre os quais as representações de identidade são edificadas são selecionados. Para o autor, esta seleção deve estar sempre associada a determinadas estratégias sociopolíticas.

Considerando as reflexões de Woodward (2004), Haesbaert (2007) ressalta que a construção da identidade é tão simbólica quanto social, um de seus basilares aspectos é que ela está atrelada também as condições sociais e materiais. Ancorado em Lévi-Strauss (1997), o autor completa dizendo que, de alguma forma, a luta para afirmar as diferentes identidades apresentam causas e consequências materiais. Refletindo sobre essa fala, Haesbaert (2007) faz menção a estas causas e consequências materiais, afirmando que elas vão desde a alusão a objetos do cotidiano até espaços geográficos bastante amplos que se tornam então referenciais simbólicos através dos quais os grupos se reconhecem e afirmam suas identidades. Portanto, uma das bases pode dar mais firmeza e eficácia ao poder simbólico no construto identitários, diz respeito aos referenciais espaciais, materiais (nesse caso, do presente ou do passado) aos quais as identidades se referenciam.

Nesse sentido, a categoria identidade nesse trabalho será usada sempre como uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo, uma relação, como uma “posição relacional”, uma “posição-de-sujeito” construída de modo relacional e contrastiva. Se propõe que a luta pela certificação da identidade, enquanto configuração de reconhecimento social da diferença, possui o significado de lutar para manter visível

a especificidade do grupo, ou melhor, dizendo, aquela que o grupo toma para si para apontar projetos e interesses distintos.

2.4 PROJETO DE “MODERNIZAÇÃO” NA AMAZÔNIA

2.4.1 O projeto de modernização: integração e reestruturação sócioespacial regional

Ao falarem do processo de modernização conservadora, Becker e Egler (2011) relatam que o Estado autoritário militar procurando uma modernização acelerada, sustentou níveis elevados de desenvolvimento com grandes gastos governamentais e intervenção direta no aparato produtivo da economia, às custas do endividamento com o sistema bancário nacional e internacional. O programa desse Estado para a modernização baseou-se também num projeto territorial fundado no ideário da integração nacional e do Brasil potência.

Ao corroborar com Evans (1979), Becker e Egler (2011) relatam que a “modernização autoritária” se apoiou na compressão salarial e na expansão do capital multinacional, nacional e estatal, consolidando a “tríplice aliança”. Porém, o Estado aumentou de forma bastante ampla seu papel político e econômico visando sobrepujar os problemas para implementar a modernização acelerada: por um lado, a competição entre subsidiárias dos oligopólios estrangeiros e destas com as empresas privadas nacionais e, por outro lado, projetos que exigiam ações conjuntas e interdependentes envolvendo o suprimento de infraestrutura, matérias-primas e insumos básicos. Como consequência, montou-se uma complexa máquina estatal.

De acordo com Martins (1985), corroborando com Becker e Egler (2011), a organização do aparelho governamental foi o elemento-chave no reforço dos mecanismos de centralização do Estado, caracterizando-se um duplo processo de concentração/desconcentração. O processo de concentração se refere as reformas administrativa e fiscal que aumentaram a capacidade extrativa do governo federal, dotando-o de uma base própria de acumulação. Já o processo de desconcentração, realizado por meio de um complexo aparelho institucional, se refere à ampliação das atividades empresariais do Estado como produtor e investidor, através de múltiplas agências governamentais e empresas estatais.

No que tange a modernização da Amazônia brasileira, Becker e Egler (2011) descrevem que a integração dessa região foi considerada como prioridade máxima por razões de acumulação e de legitimação. Para Becker (1982), citada por Becker e Egler (2011), a ocupação foi vista como capaz de causar o “equilíbrio geopolítico” interno e externo, proporcionando uma solução completa para os problemas de tensão social na periferia e para o crescimento no Centro, como também servindo para incrementar a predominância do Brasil na América do Sul. Esperava-se sustentar a via da modernização autoritária com a ocupação territorial, desta vez numa escala gigantesca e num ritmo novamente acelerado. Isso ajudaria a evitar uma reforma agrária – necessária face à modernização da agricultura e a resultante liberação de mão-de-obra – movendo os pequenos produtores para o interior e encorajando as migrações de áreas com tensões sociais, especialmente do Nordeste e das grandes metrópoles; asseguraria, também, a reprodução dos grandes latifúndios. A ocupação da Amazônia daria ainda sentido à ideologia da “Nacionalização do Território” enquanto símbolo da construção de um projeto nacional, demandando a ocupação da área e a exportação das suas manufaturas.

Nesse sentido, asseguram Becker e Egler (2011), o governo federal assumiu o processo de ocupação da Amazônia por meio do Programa de Integração Nacional (PIN 1970). Uma vez mais, propôs-se a resolver ao mesmo tempo o problema do “povo sem terra” do Nordeste e da “terra sem povo” da Amazônia, por meio da construção de uma rodovia, na verdade um imenso corredor de exportação entre o Atlântico e o Pacífico: a Transamazônica. Assim, a intervenção estatal e a rapidez com que foram implementadas as políticas territoriais foram mais evidentes na Amazônia.

Nessa perspectiva, Becker e Egler (2011) dizem que todos os componentes da malha programada podem ser vistos na região. A inauguração de grandes redes transversais, para a integração espacial – rodoviária, urbana, de comunicações e hidrelétrica – recortou a floresta que recobre a região, revelando a fabulosa riqueza do seu subsolo. Para esses autores, foram construídos cerca de 12.000 quilômetros de estradas em menos de cinco anos, e um sistema de comunicações em micro-ondas (tropodifusão) de 5.110 quilômetros em menos de três anos. Por decreto, o governo federal criou novos territórios superpostos aos do Estado, nos quais desempenha jurisdição absoluta e/ou direitos de propriedade. Os subsídios aos fluxos de capital, que privilegiaram a apropriação privada da terra por empresas agropecuárias ou

mineradoras, e a indução de fluxos migratórios completaram a política orientada a viabilizar a ocupação das terras à frente da fronteira móvel, restrita às bordas da floresta.

Becker e Egler (2011) alegam que a estratégia espacial para a Amazônia expressou a “marcha forçada” e a crise econômica no início dos anos 80. A política regional colocada em prática pelas agências burocráticas convencionais foi trocada pela implantação de grandes projetos de exploração mineral visando manter o crescimento econômico por meio das exportações, geridos diretamente por empresas estatais dotadas de centros de P&D e de uma tecnoburocracia. Dito de outra forma, se iniciou uma nova fase de expansão da fronteira, na tentativa de atrair investimentos estrangeiros e também de expandir e transnacionalizar as empresas estatais.

Para Becker e Egler (2011), o Programa Grande Carajás (PGC) foi o marco desta nova estratégia. Assim, o papel do Estado se ampliou, pois necessitava ser compatível com a nova escala prevista de mobilização de recursos. Em primeiro lugar, o governo, em 1980, institucionalizou uma nova esfera de poder do Conselho Interministerial do PGC, junto a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) – diretamente ligada ao governo central, dando origem a um novo território de 90 milhões de hectares, correspondendo a 10% do território nacional. Em segundo lugar, estabeleceu a infraestrutura básica para a produção do espaço transnacional: o sistema viário logístico global e a rede hidroelétrica para produzir o insumo básico para a produção de alumina e alumínio, a rede ferroviária para promover a exportação, além de diversos núcleos urbanos. Em terceiro lugar, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a *holding* estatal que controlava a exploração mineral no país e era a maior exportadora mundial de minério de ferro, passou a ser a gestora exclusiva do Projeto Ferro Carajás, que inclui minas, ferrovia (900 quilômetros), porto, e o controle de um território de 2 milhões de hectares dentro do Programa Grande Carajás.

Becker e Egler (2011) ainda alegam que em consequência da dinâmica social e da intervenção estatal, os movimentos do capital e do trabalho foram intensos, modificando a estrutura regional centro-periferia. O Brasil transformou-se num país urbano, caracterizado não só pela expansão e diversificação dos seus centros populacionais, mas, acima de tudo, por um forte processo de metropolização simultaneamente com a expansão da fronteira num contexto de urbanização. Com base em grandes fluxos de trabalhadores, a urbanização associada à difusão dos valores

sociais urbanos reproduziu as desigualdades sociais do país ao nível sub-regional e local, aumentando o potencial de conflito.

2.5 EFEITOS E IMPACTOS SOBRE OS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA E PRODUÇÃO COMUNITÁRIA TRADICIONAL REGIONAL

De acordo com Almeida (1994), os movimentos sociais na área rural da Amazônia, que ultimamente vêm se consolidando fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico e tendo nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) uma de suas maiores expressões, conhecem no momento atual certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta diferem do sentido estrito de uma organização sindical e às formas de enquadramento forjadas pelo Estado.

Para esse autor, conflitos localizados têm se agravado até um ponto de extrema tensão, envolvendo aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo. O Projeto de modernização para a Amazônia urdido pelo Estado e, que culminou com a construção de barragens, campos de treinamento militar, base espacial, áreas reservadas à mineração, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, implantação de usinas de ferro gusa e outros projetos incentivados, no momento de sua implementação, têm gerado, segundo Almeida (1994), inúmeros conflitos com grupos de camponeses e povos indígenas. No bojo destes antagonismos aguçados, têm se manifestado, no entanto, desde meados de 1988, condições propícias à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais distintos. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador da ação do Estado. Em outras palavras e a outro nível de abstração, pode-se adiantar que as políticas públicas é que permitem os elementos básicos à formação de composições e vínculos solidários, tal como notados naquelas situações de confrontos. São elas que concorrem decisivamente para uniformizar ações políticas de grupos sociais não-homogêneos do ponto de vista econômico.

Almeida (1994) ainda relata que sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, tais grupos têm se organizado em consistentes unidades de mobilização, não somente na Amazônia, mas em todo o país. O valor da força de trabalho não estabelece sua base racional e declarada mas, a despeito disso, verifica-se um alto grau de coesão em suas práticas, tornando-as formas ágeis e eficazes

de organização política. Por se encontrarem vinculadas a lutas localizadas e imediatas, cujas particularidades se atém ao próprio tipo de interferência dos aparelhos de poder consorciados com interesses de empreendimentos privados, constituem uma articulação do político com o econômico. Estas unidades mobilizam-se pela manutenção das condições de vida nos mencionados programas e projetos, apesar de todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerrem. Compõem-se, objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados em territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive, para alguns deles, à sua afirmação étnica.

Na concepção de Almeida (1994), o caráter consensual desse objetivo superou reservas, ressentimentos, desconfianças e competições. O que antes dividia, erodiu temporariamente, permitindo convergências que não eram imaginadas noutros momentos. Assim, fatores étnicos, raciais e religiosos, usualmente utilizados para reforçar solidariedades e diferenciar as chamadas “minorias”, perdem relativamente, no contexto destes antagonismos, sua força de marcar diferenças intransponíveis. Sendo ameaçados pela perda de direitos às pastagens, às florestas densas e aos recursos hídricos e, por conseguinte, à caça, à coleta, à pesca e à agricultura, vivem a ruptura da estabilidade na combinação de recursos e no exercício de atividades elementares como prenúncio do que Wolf (1984) chamou de uma “crise ecológica” sem precedentes.

Assim, relata Almeida (1994), as terras indígenas, as chamadas “terras de preto” ou das comunidades remanescentes de quilombos, as áreas tituladas e aquelas de posse aparecem aí alinhadas, uma após outra, num bloco compacto de reivindicações em que grupos sociais atingidos lutam para não serem removidos compulsoriamente (caso de barragens, campo de treinamento militar, ferrovias, rodovias, Base de Alcântara) ou para que não sejam forçosamente fixados (caso de garimpeiros face ao anteprojeto que institui o “regime de permissão de lavra mineral”, onde mudar a área explorada constitui crime). Portanto, aparece como atributo e primazia de aparelhos de poder que representam os atingidos como cidadãos de segunda categoria, o direito de imobilizar ou de remover de forma compulsória. Para o autor, a “crise ecológica” vivida por segmentos do campesinato e por povos indígenas da Amazônia, apresenta uma dimensão marcadamente política e ideológica e não corresponde, necessariamente, à denominada “questão ecológica” que caracteriza hoje a sociedade abrangente.

Desse modo, Almeida (1994) mostra que nestes antagonismos, em que à primeira vista não há o predomínio político de classe, as categorias de mobilização refletem, na medida adequada, o tipo de intervenção dos aparelhos de Estado. Os grupamentos traduzem efeitos de ação, adstritos à sua própria definição social, senão vejamos: “atingidos por barragens”, remanejados”, “deslocados”, “reassentados” e “assentados”. Prevaecem também noções genéricas, que encobrem possíveis especificidades, tais como: “povos da floresta” e “ribeirinhos”. No contexto de conflitos abertos, o que parece importar é que categorias de circunstância (“atingidos”) surjam combinadas com outras de sentido permanente (povos da floresta).

Nesse sentido, de acordo com Almeida (1994), a nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política específica do termo camponês, que pode ser datada, no caso brasileiro, desde pelo menos os anos 50 do século XX com a formação das Ligas Camponesas. Politiza-se agora aqueles termos de uso local e referidos a realidades localizadas. Seu uso cotidiano e difuso não é visto como se opondo aos movimentos classistas, antes parece ser considerado como fator de educação política, estimulado tanto pela União das Nações Indígenas, quanto pelo Conselho Nacional de Seringueiros, pela Comissão Nacional dos Atingidos por Barragens ou pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Dessa forma, Almeida (1994) expõe que cinde-se com o monopólio político do significado dos termos camponês e trabalhador rural, que até então eram utilizados como prevalência por partidos políticos, movimento sindical dos trabalhadores rurais e entidades confessionais. Isto sem destituir o atributo político daquelas categorias de mobilização. A nova classificação, constatada na modificação das nomeações e num conjunto de práticas organizativas, demonstra transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos sociais face ao poder do Estado. “Seringueiros”, “castanheiros”, “juteiros”, “quebradeiras de coco babaçu”, “barranqueiros”, “assentados”, “colonheiros”, “posseiros”, “colonos” e pescadores aludem denominações de uso local e de condições econômicas que se derramam naquelas categorias de mobilização, de pretensão abrangente, como “povos da floresta”, “quilombolas” e “ribeirinhos”. Revelam-se ainda embutidas em outras derivações que eles vão conhecendo segundo a particularidade dos antagonismos: “os não-indenizados

de Tucuruí”, “os deslocados pela Base de Lançamento de Alcântara”, “os que serão atingidos pelas barragens de Altamira e do Rio Trombetas”.

Almeida (1994) ainda relata que os grupos sociais assim delineados mobilizam-se organizadamente em núcleos que recebem as seguintes denominações: “comissões” (de “atingidos por barragens”), “conselhos” (de seringueiros), “associações” (de garimpeiros e de “assentados”) e “comunidades negras rurais” ou “comunidades remanescentes de quilombos” e “comunidades” de resistência indígena. De acordo com as lutas localizadas e imediatas, constituem-se, pois, em unidades de mobilização de cuja coesão social não se pode duvidar, tanto pela uniformidade de suas práticas, quanto pela força com que se inserem nos enfrentamentos diretos. Conseguem múltiplas e bem sucedidas mobilizações com os “empates” intensificados pelos seringueiros, impedindo o desmatamento com centenas de famílias, embargando no local os serviços de derrubada, ou como as ocupações dos canteiros de obra no caso dos “atingidos por barragens”. Assim, o autor entende que tais mobilizações concorrem para tornar aquelas unidades organismos legítimos de representação, que não mais podem ser descartados da mesa de negociações, quanto das tentativas de resolução dos conflitos.

Na perspectiva de Almeida (1994), apesar dos diferentes níveis de prática e de organização e de relações diferenciadas com os aparelhos de poder, tais unidades de mobilização podem ser interpretadas como potencialmente tendendo a se constituir em forças sociais. Nesta ordem, elas não representam apenas simples respostas a problemas localizados. Suas práticas transformam padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com instâncias de intermediação, permitindo a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local. Destaque-se, neste particular, que mesmo distante da aspiração de serem movimentos para a tomada do poder político, conseguem generalizar o localismo das reivindicações e, mediante estas práticas de mobilização, fazem crescer seu poder de barganha face ao governo e ao Estado. Para tanto, suas formas de ação vão além das realidades localizadas e dão origem a movimentos de maior abrangência, que aglutinam as diferentes unidades, a saber: Comissões Regionais de Atingidos por Barragens, distribuídas por quase todo o país; Conselho Nacional dos Seringueiros, União dos Sindicatos e Associação de Garimpeiros da Amazônia Legal e Associação das Áreas de Assentamento do Maranhão.

2.6 O LUGAR DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: REIVINDICAÇÕES, TERRITÓRIOS E DIREITOS

Em artigo que trata da questão do reconhecimento dos saberes tradicionais no contexto de ambientalização dos movimentos sociais e de territorialização da ação pública que se acompanha habitualmente de reivindicação do território de pertencimento de grupos sociais, Teisserenc (2010) relata que tal reivindicação se manifesta como global que abrange o estatuto das populações tradicionais, o uso da terra, as formas de produção que elas desenvolvem, seu modo de organização coletiva e o reconhecimento de sua identidade em referência a uma cultura.

Desse modo, Teisserenc (2010) fala dessas reivindicações devido ao debate que toma lugar nos fins dos anos 80, em um contexto de fortes polêmicas sobre as relações possíveis entre a fragilidade do ecossistema amazônico e alternativas de desenvolvimento que eram buscadas naquele momento. A crítica deriva de um movimento social organizado em nível nacional e internacional e que, em respostas aos desafios da sobrevivência do planeta, prega uma quebra radical com o modo de pensamento que acompanhou seu desenvolvimento e o conduziu aos impasses conhecidos hoje. Esta quebra, no contexto amazônico, se apoiou sobre uma análise resultante de lutas sociais do ecossistema amazônico, apresentado como o resultado de lutas sociais pelo controle do patrimônio genético por meio do uso de tecnologias e do reconhecimento das formas de conhecimento e de gestão dos recursos naturais próprios às populações tradicionais. Se o ecossistema amazônico for apreendido dessa maneira, não se caracteriza somente pela riqueza de sua biodiversidade e de sua sociobiodiversidade, mas também, como resultado de um conjunto de relações sociais e de antagonismos que caracterizam cada território.

Nesse sentido, relata Teisserenc (2010), as alternativas de desenvolvimento que são então buscadas visam dois objetivos. De natureza jurídica, o primeiro, reporta-se particularmente à questão da criação de um direito sobre o patrimônio genético suscetível de reconhecer e de proteger as diferentes modalidades de uso dos recursos naturais e os reconhecimentos específicos desses recursos pelas populações que ocupam esses territórios. De natureza social e política, o segundo objetivo, reporta-se à apreciação sobre a eficiência das medidas tomadas pelos poderes públicos para acompanhar o reconhecimento e a valorização dos “saberes nativos”, em um contexto marcado pela conservação das tradições colonialistas. Esse autor ainda relata que,

observando experiências de reconhecimento desses saberes a partir de iniciativas concretas de comunidades locais, Almeida (2008) constata que tais iniciativas sempre consideradas “artesanais, pré-industriais ou limitadas”, não obstante sua eficácia, até então não tiveram condições históricas de ganhar corpo, especialmente devido a Amazônia ter sido sempre uma região “dominada”, pensada de fora e objeto permanente de projetos de inspiração colonialista.

Nessa perspectiva, Teisserenc (2010) mostra que antes da questão ambiental, o principal objetivo que os movimentos sociais perseguiam era a terra, assim como a propriedade e os recursos associados à questão agrícola e, em especial, à agricultura familiar. Quando o debate ambiental intervém, a partir dos anos de 1980, a questão se coloca para as reivindicações do território e da territorialidade – reivindicações que associam os fatores étnicos e a afirmação das identidades de diversos grupos sociais. De fato, esses debates sobre a questão ambiental envolvem distintos movimentos sociais que se constituem então, em redes nacionais e internacionais, geralmente formadas por atores heterogêneos, que se trata de associações voluntárias e de redes da sociedade civil, de novos sindicatos preocupados em promover a agricultura familiar, cooperativas agroextrativistas, assentados em áreas de reforma agrária, grupos indígenas.

Para Teisserenc (2010), o conjunto desses grupos sociais e atores heterogêneos vai então se encontrar no entorno das mais diversas reivindicações, em função de sua ocupação no território. Essas reivindicações são justificadas pela ligação desses atores e grupos ao território e pelo modo como eles o ocupam, o ordenam e exploram os recursos; elas dizem respeito principalmente ao direito de uso desse território e sobre o reconhecimento das identidades e das territorialidades que as caracterizam. No diálogo com Almeida (2008), Teisserenc (2010) relata que esse direito de uso se justifica não somente por sua ocupação e sua vinculação ao território, mas também, pela qualidade de seus saberes tradicionais, cujo reconhecimento eles esperam. Portanto, o debate sobre o reconhecimento dos saberes dessas comunidades como saberes tradicionais, toma forma nesse contexto de institucionalização de ações locais, ao mesmo tempo de sua internacionalização fundada nas reivindicações de territorialidade e de identidade.

Feitas essas considerações, Teisserenc (2010) fala dos desafios do reconhecimento dos saberes tradicionais na ambientalização das lutas. Para melhor apreender esses desafios é essencial voltar um instante sobre a natureza e as

características desses saberes. Ao corroborar com Almeida (2008), o autor detalha que uma das características desses saberes é sua apresentação como saberes práticos, no sentido em que se manifestam como o resultado de relações dialéticas entre saberes e saber-fazer, na maioria das vezes não formalizados e unificados na cultura do grupo ou da comunidade, e as ações e práticas que influem os engajamentos de cada um dos indivíduos que formam o grupo. Teisserenc (2010) cita o diálogo entre Sahlins (2007) e Sartre (1968) para dizer que a esta primeira característica ajunta-se uma segunda, aquela segundo a qual a cultura de referência desses grupos ou dessas comunidades comportavam uma pretensão e uma predisposição à universalidade. Nesse diálogo se percebe que o grupo confere seu poder e sua eficácia a indivíduos cuja particularidade irreduzível é um modo de vivenciar a universalidade; ou dito de outra forma, essa universalidade assume o rosto, o corpo e a voz dos líderes que deu a si mesma. Sahlins (2007) entende que essa atribuição de poder às pessoas, em si mesma, é uma determinação estrutural.

Ainda dialogando com Sahlins (2007), Teisserenc (2010) diz que este autor justifica essa segunda característica levando em conta a maneira como muitas comunidades tem conseguido, contrariando ideias recebidas, resistir às culturas dominantes, até mesmo se apropriar às suas maneiras disso que o capitalismo, enquanto sistema de dominação, comporta como características culturais e que, através da ideia de cultura como projeto, logo, esse projeto é a indigenização da modernidade.

Para Teisserenc (2010), a uma ideia de cultura das populações tradicionais que não seria mais que o resultado de uma tradição fora da história, Sahlins (2007) opõe uma concepção de cultura apoiando-se sobre uma tradição viva, que serve de meio e medida da inovação. Esse último autor refere-se para isso à constatação de “uma apropriação ativa” que a resistência desses grupos aos desafios que o capitalismo suscitou em termos de uma manifestação local de uma nova organização planetária da cultura. Ao invés de assistir a certo deslocamento das culturas indígenas em razão da empresa galopante do capitalismo, o mundo também está voltando se diversificar pelas adaptações indígenas a irresistíveis forças globais. Sahlins (2007) então conclui que a homogeneidade global e a diferenciação local se desenvolveram juntas, sendo que esta última, como resposta à primeira, em nome da autonomia cultural nativa.

Assim, relata Teisserenc (2010), é nessa perspectiva que se situa Castro (2000) quando, considerando os saberes das populações tradicionais na relação com seus territórios, afiança que os conhecimentos das comunidades tradicionais, ainda que gerados localmente, são objeto de discussão global, como, afinal de contas, também seu próprio destino.

Na perspectiva de Teisserenc (2010), a ambientalização das lutas sociais pela terra e pela apropriação do processo de produção mostram como o desenvolvimento desse processo se acompanhou de reivindicações de caráter cultural, simbólico e identitário que se exprimiam muito particularmente na ideia de território. Voluntariamente, esse autor tem deixado de lado as consequências que tais reivindicações poderiam ter em se tratando de saberes produtivos, tanto quanto de serem princípios de novas técnicas agroextrativistas, biotecnológicas e ecológicas.

Corroborando com Leff (2006), Teisserenc (2010) mostra que a consideração de tais saberes produtivos específicos às populações tradicionais, tornariam possível a construção de um novo paradigma de produtividade que articula os processos ecológicos, tecnológicos e culturais, internalizando seus saberes nas práticas produtivas das comunidades. Para Leff (2006), essa busca de um novo paradigma, em resposta a uma reivindicação dos movimentos sociais, pela reconstrução do processo de produção se encontra diretamente ligada a sua luta pelo território, pelas tradições e pelas suas identidades. Essa busca brota por intermédio de um amálgama entre os conhecimentos científicos e os saberes próprios da cultura de populações tradicionais e de suas práticas produtivas. Portanto, ela se ampara numa reapropriação dos saberes pelas populações tradicionais a partir de um novo estado de relações entre natureza e cultura, da inclusão dessas relações no processo de produção e de uma nova visão de mundo respeitosa às capacidades de autogestão da vida social e produtiva de cada comunidade.

Teisserenc (2010) cita Castro e Pinton (1997) numa perspectiva próxima a esse entendimento, sendo que esta, evocou antes o trabalho experimental dos movimentos sociais que reivindicam a recuperação de uma identidade “outra” de seu grupo por engajamentos políticos de afirmação territorial, a partir de uma reapropriação de suas tradições étnicas e de uma recriação de seus saberes tradicionais. Assim procedendo, esses grupos reinventam os modos de fazer a política, ao mesmo tempo em que eles reinventam seus saberes sobre a natureza e seu conhecimento acerca de suas tradições.

Agora dialogando com Castro (2000), Teisserenc (2010) relata que o que está em questão é a vida, sendo que, as populações tradicionais estão no meio dos processos de mudanças mais profundos de nossa contemporaneidade, marcado pela intensificação da lógica de mercado. Para Leff (2006), o desafio de um tal trabalho é aquele de um processo de “re-significação do mundo” que se nutre da perspectiva de uma alternativa ao desenvolvimento atual do planeta.

De acordo com Teisserenc (2010), do ponto de vista econômico, uma tal perspectiva de alternativa não pode ser inscrita a curto prazo, por si mesma. Ela necessita colocar em operação transições que se distinguiriam, segundo Leff (2006), por uma habilidade de articulação entre espaços econômicos autogeridos, a partir de uma apropriação comum dos recursos endógenos, e as forças onipresentes do mercado mundial. Logo, o objetivo a mais longo prazo é desenvolver novas formas de articulação entre economias locais autogeridas, que melhorem o potencial ambiental de cada comunidade e de cada território, e conserve os recursos naturais e a biodiversidade de cada um dos ecossistemas, com uma economia global sustentável.

Nesse sentido, Teisserenc (2010) propõe que apreendida a questão do reconhecimento dos saberes tradicionais no quadro de um processo de “re-significação do mundo”, significa que este reconhecimento vai de par com aquele da capacidade das populações concernidas, estabelecidas em comunidades, a desenvolver economias locais autogeridas, interligadas em uma economia global sustentável e que testemunhem a pertinência e a eficiência de seus conhecimentos tradicionais. Para esse autor, é, em grande parte, graças a suas habilidades de iniciativas locais e à sua organização econômica e social que essas populações podem almejar o reconhecimento de seus saberes tradicionais. Agindo assim, elas testemunham sua aptidão a fomentar um novo modo de produção que se imponha como uma alternativa ao modo de produção dominante. Seu projeto e as reivindicações que seguem sua realização não se restringem, deste modo, a questões econômicas e técnicas no sentido frequentemente entendido. Seu projeto e suas reivindicações são, ao mesmo tempo, de natureza social, cultural e política, na medida em que a concretização desse projeto traz no seu bojo a dependência de tudo o que a tornou possível. Dessa forma, compreende-se por que nessas condições, a questão do reconhecimento dos saberes tradicionais está estreitamente unida à capacidade de construção de um novo sistema produtivo articulado a um território e se apresentando como resultante das relações sociais entre as

populações, de suas qualidades e de seus modos de organização, isto é, de sua territorialidade e de sua identidade.

Na concepção de Teisserenc (2010), essa articulação do novo modo de produção inventado pelas comunidades tradicionais e seu sistema social é particularmente colocado em evidência por Castro (2000) que relata que encontramos uma integração entre a vida econômica e social do grupo, onde a produção é parte integrante da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, promovendo encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas.

A partir dessas considerações, Teisserenc (2010) expõe que a articulação forte entre o social e o econômico explica porque uma das consequências da ambientalização dos conflitos locais e dos movimentos sociais é que a reivindicação primeira é menos a do direito à terra de maneira específica, do que a do território como espaço de focalização e de convergência de reivindicações dos direitos ao uso da terra, das identidades etc. Disso resulta uma consequência considerável acerca dos fundamentos epistemológicos desses saberes tradicionais que questionam as relações do homem com a natureza. Por ora, o que se conhece desses saberes tradicionais é que eles repousam sobre o que Castro (2000) chamou de, uma concepção de terra, de direitos ao território de identidades, como elementos que formam um campo no qual a natureza e a sociedade são representados num universo unitário. Assim sendo, o reconhecimento desses saberes inevitavelmente se faz acompanhar de uma crítica ao modo de pensamento dicotômico, o que tem prevalecido na produção dos saberes acadêmicos.

Para Cruz (2009), as emergências e (re)configurações identitária não são gratuitas, são novas estratégias na luta por direitos, formas de garantias a direitos sociais e também a direitos culturais, especialmente, o chamado “direito étnico à terra”, e os direitos que asseguram a posse coletiva ou familiar das terras e dos recursos naturais. Portanto, essas (re)configurações identitária, a constituição de novos sujeitos políticos, novos sujeitos de direito e suas implicações na redefinição das táticas e estratégias pela luta da terra na Amazônia, sobretudo, pelo impacto da emergência da questão ambiental e da questão étnica vem redefinindo o padrão de conflitividade e o campo relacional dos antagonismos na região implicando numa espécie de “ambientalização” e “etnização”

das lutas sociais, tornando mais complexa a questão fundiária e agrária, foco irradiador dos principais conflitos na região.

Na concepção de Cruz (2009), essas “comunidades tradicionais”, na luta pelo reconhecimento de suas territorialidades, buscam novos padrões normativos que possam melhor solucionar suas necessidades, aproximando as leis e os direitos das práticas sociais cotidianas. Nessa direção, o autor se ampara em Wolkmer (2003) para dizer que essas “comunidades tradicionais” buscam instituir direitos para além das formas jurídicas positivas e dogmáticamente instituídas, herdadas do processo de colonização; buscam o reconhecimento jurídico para existência de outras manifestações normativas informais, não provenientes dos canais estatais, mas emergentes de lutas, conflitos e das flutuações de um processo histórico-social participativo em permanente reafirmação, capaz de dar conta das formas de apropriação coletivas da terra e dos recursos naturais.

Segundo Wolkmer (2003) citado por Cruz (2009), é nessa busca de afirmação de suas identidades coletivas e de suas territorialidades que esses movimentos vêm reivindicando ou mesmo inventando novos direitos, tais como: o reconhecimento de terras indígenas, o reconhecimento de terras das comunidades remanescentes de quilombolas, a criação de reservas extrativistas (seringueiros, castanheiros e outras populações extrativistas), acordos de pesca, entre outros. Para Little (2002), trata-se de uma estratégia de luta que vem implicando numa espécie de uma “outra” reforma agrária na Amazônia.

De acordo com Cruz (2009), as estratégias de defesa dos seus territórios têm colocado a necessidade de lutas pelo reconhecimento ou, mesmo, pela invenção de “direitos territoriais”. Os movimentos sociais batalham pelo reconhecimento, por parte do Estado, de uma ordem jurídica, uma matriz de normatividade alternativa, que dê garantias as diversas modalidades de territorialização que não se encaixam inteiramente dentro do modelo de propriedade capitalista e do direito liberal individual. Nessa direção, busca-se o reconhecimento de um quadro normativo capaz de reconhecer direitos pautados no uso, na tradição, nos chamados direitos consuetudinários ou “direitos costumeiros”, direitos esses ignorados ou invisibilizados no estatuto jurídico estabelecido. Portanto, é desse modo que a luta pelo reconhecimento dos chamados direitos territoriais das populações indígenas, das chamadas populações quilombolas, bem como a criação de reservas extrativistas e o surgimento dos chamados acordos de

pescas, apontam para uma nova relação entre afirmação identitária, a territorialidade e as lutas por direitos pelos movimentos sociais na Amazônia apontando para um horizonte emancipatório.

3. A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS E O ESPAÇO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

3.1 DO MÉDIO TOCANTINS A R. I. CARAJÁS: MUTAÇÕES E RECOMPOSIÇÃO ESPACIAL

3.1.1 Configurando espaço-temporalmente o Médio Tocantins

Ao tratar da ascensão e declínio das atividades econômicas predominantes no vale do Tocantins a partir do século XIX, Emmi (1988) relata que a extração do caucho não desfrutou de período de longa duração em Marabá, uma vez que sua descoberta nessa área se deu justamente em época próxima ao declínio da borracha amazônica. Uma série de problemas econômicos e sociais se desencadeou com a crise da borracha na Amazônia. As manifestações dessa crise ocorreram em proporções distintas nos vários municípios da região. A autora se apoia em Ianni (1978) para falar que a forma que Marabá foi atingida por tal crise, se não foi tão drástica como o vizinho município de Conceição do Araguaia, também se manifestou de forma bastante forte, quer abalando a economia do município, quer colaborando para um relativo despovoamento, principalmente no ano de 1919 em que problemas econômicos se juntaram a conflitos políticos.

Considerando esses apontamentos, Emmi (1988) descreve que com o declínio da borracha na Amazônia, o capital e a força de trabalho disponíveis são orientados para a cata de outros produtos de origem extrativa, como madeiras, cacau, sorva e, no caso do Tocantins, a castanha, que encontrava boa receptividade no mercado exterior em crescimento.

Desse modo, essa autora assevera que a economia de Marabá continuava girando em torno do extrativismo ao longo da década de 1920 e em outras posteriores, uma vez que até mesmo a agricultura e a criação de gado que eram praticados em pequena escala, pois destinava-se basicamente ao consumo local, sendo comercializado apenas um pequeno excedente. Se plantava arroz, milho e feijão, além de se criar gado bovino para o consumo e jumentos para o transporte (Figura 1). Dentre os diversos produtos

oriundos de Marabá que chegavam a Belém em 1928, Emmi (1988) cita a castanha, o caucho, o cacau, o babaçu, couros de boi, couros diversos e óleo de copaíba.

De acordo com essa autora, a exploração da castanha que era regionalmente usada para a alimentação humana e sustento de animais domésticos, ganha mais força a partir das primeiras décadas do século XX. Nesse período, a produção brasileira era dirigida especialmente aos Estados Unidos e a Inglaterra. Os principais produtores eram Manaus e Itacoatiara no estado do Amazonas, que só são suplantados pela produção paraense a partir da década de 1930, sendo os municípios de Óbidos e Alenquer os maiores produtores.

Emmi (1988) aponta que a região do Tocantins começa com uma produção relativamente modesta no conjunto do estado, sendo que essa região só vai ficar conhecida pela riqueza de seus castanhais a partir de meados da década de 1920. Desse modo, o Tocantins manteve uma produção média de 115.000 hectolitros entre 1925 e 1928 com safras de importância alternada. A partir de 1927 a região se torna a maior produtora, pois nesse ano o município de Marabá suplanta Alenquer e Óbidos.

Na perspectiva de Emmi (1988), o sistema de comercialização da castanha tinha por base os moldes da comercialização da borracha e se fazia por meio de casas aviadoras e de firmas exportadoras. Para essa autora, havia monopólio que era exercido pelo grupo de exportadores e pelas casas receptoras. Desse modo, havia um grupo que dominava o extrativismo vegetal, quer se especializando na exportação de um produto, quer diversificando a exportação.

Essa autora relata que até meados da década de 1920, os produtores iam se aviar em firmas como Bittar, Roffé, A. Borges e outros que eram em Belém casas receptoras de produtos extrativos desde a época da borracha. Por sua vez, esses exportavam ou vendiam para casas exportadoras. Todavia, já nessa época, os Chamon, que eram um grupo de comerciantes de Marabá, controlavam boa parte da comercialização interna, pois tinham uma cadeia de depósitos em Marabá, Alcobaça (atual Tucuruí) e Belém, já que o transporte de Marabá para Belém implicava um transbordo e novo armazenamento em Tucuruí em razão das cachoeiras, seguindo de lá para Belém.

Nessa conjuntura, de acordo com Emmi (1988), Marabá foi elevada à categoria de cidade em 1923. Sua população totalizava aproximadamente 2.000 pessoas e era composta de índios e colonos, entre estes, comerciantes nacionais e estrangeiros, criadores de gado, lavradores, além dos trabalhadores da castanha que em sua maioria eram migrantes, principalmente dos estados do Maranhão e de Goiás. Constituindo mão de obra excedente em seus lugares de origem, vinham a Marabá no período da safra da castanha, que por ser uma atividade sazonal, só os mantinha ocupados durante alguns meses do ano. Se amparando em Lageneste (1958), a autora relata que nesses fatos residem a explicação para a enorme “flutuação da população”, que em 1905, oscila de 1500 habitantes na época da safra, para menos da metade em outros meses do ano.

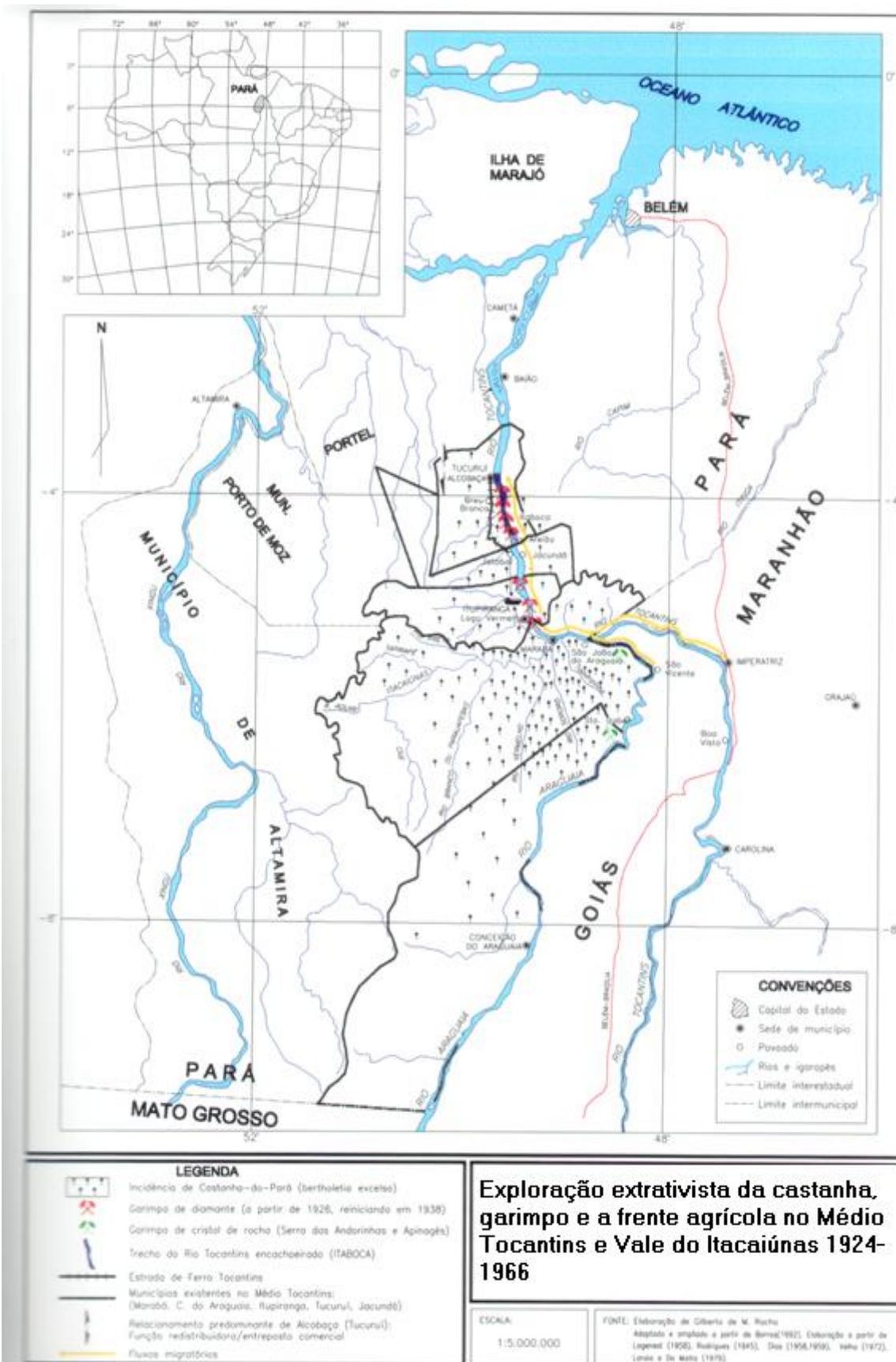


Figura 1 – Exploração extrativista da castanha, garimpo e a frente agrícola no Médio Tocantins e Vale do Itacaiúnas 1924 – 1966.

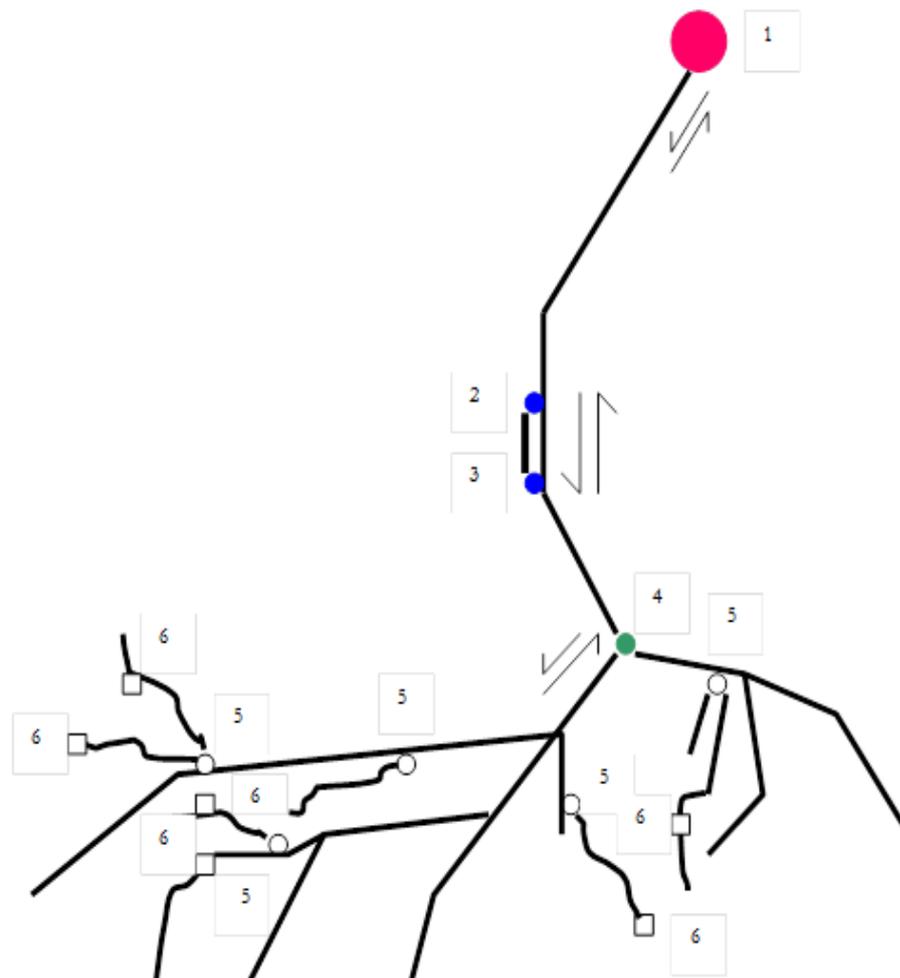
Fonte: adaptado de Rocha (1998).

Ainda refletindo acerca do processo de formação de Marabá, Emmi (1988) revela que em meados da década de 1920 essa cidade era muito mais que um simples “acampamento” de caucheiros, era um produto das relações dos homens com a natureza, da qual extraíam não apenas os meios necessários à subsistência, mas principalmente a matéria-prima, a busca da qual, em certo momento, implicava até mesmo a destruição dessa natureza. Dialogando com Paternostro (1945), essa autora relata que essa cidade era também um produto das relações dos homens entre si, relações em que a exploração não conhecia limites, em que a sede de lucro mercantil reduzia os homens a simples mercadorias – “alugadas” ou “compradas”, colocadas à disposição do patrão. No entanto, essas relações não eram aceitas pacificamente, geravam diferentes tipos de reações por parte dos dominados, que variavam do roubo da castanha, às fugas quando endividados e até mesmo o enfrentamento com os “homens do patrão”, em que a violência se traduzia em mortes, quer a mando dos patrões, quer da parte dos castanheiros, revidando assim a exploração a que eram sujeitos.

Após essas considerações, Emmi (1988) descreve a organização da economia da castanha no vale e a base econômica da sociedade marabaense. Para essa autora, houve períodos em que, do mesmo modo como aconteceu no início com o caucho, a exploração da castanha até o início da década de 1920, também assistiu a uma época de extração “livre”. Livre em alguns casos, no sentido da organização do trabalho sem dependência de um “patrão” e livre no sentido do acesso à terra de castanhal.

De acordo com essa autora, a extração também era organizada por pessoas que eram financiadas pelo comércio de Marabá e formavam grupos de trabalhadores para catar a castanha: não tendo, inicialmente, o controle da terra da qual pudessem tirar renda, apropriavam-se do trabalho de terceiros. Assim, raramente pagavam os coletores em dinheiro, mas em gêneros. Tratava-se do conhecido sistema de “aviamento” praticado em grande escala na exploração dos seringais (Figura 2).

Nessa perspectiva, Emmi (1988) reforça que com o sucesso da castanha no mercado exterior e a queda do preço da borracha, o capital mercantil liberado e tornado ocioso se volta para a castanha, passando a reproduzir na extração desta, essas formas de organização e de exploração similares à da extração da borracha. Entretanto, o sistema passou por adaptações para atender as particularidades próprias da castanha.



- 1 – Belém – grande comerciante “aviador” e exportador
 2 – Tucuruí – entreposto comercial, comerciantes e pequeno “aviador”
 3 – Jatobal – entreposto comercial, estocagem/embarque/desembarque da castanha
 4 - Marabá – centro produtor, dono de castanhal/comerciante e médio “aviador”
 5 – “Barracão” – de propriedade do comerciante/dono do castanhal e “aviador”
 6 – “Barracão” – castanheiro “aviador”

 - Rede hidrográfica

 - Caminhos da floresta

 - Estrada de ferro

 - Fluxo ascendente – bens de consumo + instrumentos de trabalho + dinheiro (verão)

 - Fluxo descendentes – castanha + lucros (inverno)

Figura 2 – O sistema de “aviamento” e a organização espacial no Médio Tocantins (PA).
 Fonte: adaptado de Rocha (1998).

Para essa autora, o processo produtivo da castanha inclui a colheita e beneficiamento primário para a exportação em Belém e os serviços de entressafra. Estes serviços compreendem a conservação das estradas, a limpeza dos igarapés, a conservação das pastagens, de roçados, dos armazéns. Emmi (1988) relata que esse trabalho era realizado pelo juqueiro que era contratado por empreita durante aproximadamente três meses (setembro, outubro e novembro). A coleta e a reunião de ouriços caídos tem início em janeiro quando é mais intensa a queda dos frutos.

Ainda refletindo acerca da organização do trabalho, Emmi (1988) descreve que os serviços do castanhal envolviam uma divisão técnica do trabalho e sua distribuição entre os trabalhadores. A presença do “barracão” indica que o castanhal tem um “dono”. Os trabalhadores se especializavam em diferentes atividades, como coleta, lavagem e transporte. Além desses trabalhadores diretos, havia aqueles que trabalhavam no barracão recebendo e controlando a produção, significando a figura do patrão nos castanhais. Já em fins da década de 1950, quando se achava em vigor o sistema de aforamento perpétuo, como regra geral na apropriação dos castanhais – quando o “dono” do castanhal passa a ser não só o organizador da produção, mas o dono de fato da terra – o processo de trabalho da castanha envolvia as seguintes categorias de trabalhadores: castanheiro, tropeiro, lavador, barqueiro, cantineiro, encarregado, escrivão, empreiteiro ou gerente.

Para Emmi (1988), estas são as categorias básicas mas não as únicas. Havia casos em que o mesmo trabalhador executava diferentes tarefas, como era o caso do castanheiro/lavrador e do cantineiro/escrivão. A figura do encarregado geral ou empreiteiro era mais comum quando o dono do castanhal não morava em Marabá. Quando o dono do castanhal residia em Marabá, normalmente ele dirigia o processo produtivo intermediado por um gerente.

Na concepção dessa autora, a referência ao processo produtivo do castanhal questiona a essência do processo de apropriação do excedente, notadamente no que concerne à forma e à vigência dessa apropriação. A apropriação do excedente aconteceria por meio da troca desigual entre a castanha coletada e as mercadorias obtidas no barracão, no monopólio da compra da castanha acrescido a mecanismos de forçar dívidas antecipadas e difíceis de serem saldadas, além da fraude na medida do hectolitro.

Nesse sentido, Emmi (1988) descreve que era o dono de castanhal que iria estimar ou estipular o preço do hectolitro que seria trocado, não por dinheiro mas por mercadorias do barracão que eram vendidas por preços muito superiores aos seus custos. Além do mais, a troca desigual era obrigatória e antecipada, porque quando o castanheiro ia para o castanhal, ele já recebia a mercadoria/dinheiro que deveria trocar pela castanha coletada. Raramente o produto do trabalho do castanheiro era avaliado de maneira que fosse suficiente para cobrir o valor do aviamento, ficando este, preso por dívidas junto ao dono do castanhal que deveriam ser quitadas na próxima safra.

Nesse período histórico descrito por Emmi (1988), o espaço que viria a ser a vila de São Domingos das Latas (anteriormente conhecido como Centro das Latas e depois como São Domingos do Araguaia), era dependente política e economicamente de São João do Araguaia, sendo que, também já foi dependente de Marabá. Esse era um período em que grande parte das casas aviadoras e proprietários de castanhais residiam em Marabá. Portanto, a configuração espaço-temporal descrita pela autora revela também como se organizava o espaço de São Domingos das Latas.

Assim, para descrever as primeiras atividades econômicas desenvolvidas no território em que hoje se localiza o município de São Domingos do Araguaia, Velho (1981) relata que antes da fundação da vila que viria a ser a referida cidade, era extraído o caucho, em um primeiro momento, e a castanha-do-pará (*Bertholettia Excelsa*) depois. Essas extrações cíclicas sempre foram incentivadas por interesses externos à região, na maioria das vezes obedecendo a uma hierarquia em que o topo era ocupado pela procura externa dos produtos citados acima, e, a base, era ocupada pelos extratores ou coletores, que eram a grande maioria e trabalhavam através do sistema de aviamento.

Ao falar do sistema de aviamento, Gonçalves (2001) revela que as casas aviadoras de Belém ou Manaus, a qual os seringalistas estavam vinculados, adiantavam víveres e utensílios necessários à extração da borracha, na condição de que esses mesmos seringalistas fossem obrigados a entregar toda a sua produção a essas casas aviadoras. Quando os trabalhadores agenciados chegavam aos seringais, já traziam consigo, uma dívida dos custos da própria viagem e dos utensílios e víveres que iriam

utilizar, pois tudo isso lhes eram adiantados pelos seringalistas. Os seringalistas por sua vez, estavam vinculados a algum comerciante que tinha alguma ligação com alguma Casa Aviadora. Esse sistema de aviamento se estruturava dessa forma, e era uma espécie de crédito sem dinheiro que se sustentava com base em relações clientelísticas por todo o vale amazônico.

No entendimento de Velho (1981), esse modelo exploratório da força de trabalho, também foi utilizado durante algum tempo pelos donos de castanhais e casas aviadoras, no período em que a castanha do Pará passa a ser o principal produto extrativo na área de influência do Centro das Latas¹. O comerciante, que algumas vezes era o próprio dono de castanhal, vendia o material² necessário ao coletor de castanha, para que ele se internasse na mata por semanas e meses a fio. No entanto, o pagamento desse material deveria ser feito com a produção, ou seja, a castanha. A regra geral era que a venda fosse feita a crédito, em um primeiro momento, o que implicava, seguidamente, que o “aviado” já se comprometia, de antemão, a entregar toda a sua produção a quem o “aviasse”, geralmente as casas comerciais.

Nesse período, prevalecia um padrão de organização do espaço onde o rio era a principal via de acesso às florestas e às cidades. As cidades e vilas de maior importância se localizavam, na sua maioria, próximas ao rio. Os recursos explorados, geralmente eram extraídos da floresta, como a castanha, por exemplo. Como as cidades e vilas de maior importância se localizavam na várzea, Velho (1981) as chama de “beira”, que é entendida como o lugar da civilização, ou o lugar onde se situam os aglomerados maiores e mais antigos. Esse autor, ainda entende a “beira” como sendo o lugar melhor para se viver, como o lugar dos que querem sobreviver sem se esforçar muito, pois para a vida na cidade ou vilas e praticava a pesca, o lazer e o contato com outras pessoas. A “beira” era também o local onde se localizavam a maioria das casas comerciais que aviavam a força de trabalho. O labor da coleta da castanha, do roçado, do trabalho duro

¹ Essa foi a primeira denominação recebida pelo povoado que mais tarde viria a ser a cidade de São Domingos do Araguaia. Essa denominação se dava, segundo Velho (1981), devido às localidades que se encontravam distante da principal via de circulação, o rio, serem conhecidas como Centros.

² Geralmente, os materiais fornecidos aos aviados eram gêneros alimentícios, ferramentas de trabalho, armas e munições.

e do isolamento, longe da civilização, que por sua vez teria de ser realizada, na maioria das vezes, longe da “beira”, ocorria no que esse autor chama de “centro”³.

Velho (1981) mostra que no período em questão, os rios prevaleciam sobre as estradas na região mencionada, pois o fluxo maior de pessoas e bens era feito pelos tempos lentos dos rios. As distâncias eram medidas através da utilização de medidas de tempo, como horas, dias, semanas, etc. As pequenas estradas da época eram utilizadas de forma complementar, e não como principal via de acesso às localidades.

Nesse contexto, os primeiros moradores da vila que viria originar o Centro das Latas começam a chegar e se fixar a terra a partir de 1951, encontrando muitas latas espalhadas pelo chão deixadas pelos castanheiros⁴. Por isso, a localidade passou a ser conhecida como Centro das Latas. A primeira atividade econômica no referido território, depois da chegada dos primeiros moradores, foi à agricultura de subsistência, que era complementada pela compra de alguns mantimentos em Apinagés, a localidade mais próxima. Essa comunicação entre Apinagés (beira) e o Centro das Latas⁵, era feita através de uma picada feita na floresta (VELHO, 1981).

Esse autor ainda entende que, com a vinda de novos migrantes, principalmente do estado do Maranhão, a pequena vila cresceu e em 1961 já contava com 90 casas, o que devia corresponder a uma população de cerca de 500 pessoas. Nesse período, predominavam os pequenos roçados e as atividades extrativas, como a caça e a coleta de frutos na floresta. Os roçados, na maioria das vezes, eram trabalhados por ocasião da entressafra da castanha do Pará.

Assim, Velho (1981) relata que o povoado sofreu uma pequena melhoria na sua comunicação com Apinagés, logo após a melhora da trilha que ligava São João do Araguaia a Apinagés. Uma equipe de homens de São Domingos das Latas promove a

³ O local onde se encontra a roça de um ou mais lavradores é entendido por Velho (1981), como “centro”, e define-se no contexto da oposição a outra categoria, a “beira”, nesse caso, a do rio.

⁴ Pessoas que coletavam a castanha do Pará (*Bertholettia Excelsa*), geralmente trabalhavam para os donos de castanhais e comerciantes através do sistema de aviamento, sendo que, a coleta era feita sazonalmente e no período da entressafra, ocupavam-se nos roçados, garimpos e na caça de animais silvestre para o comércio de peles (VELHO, 1981).

⁵ O Centro das Latas passou a ser chamado de São Domingos por um frade dominicano de Marabá, chamado Frei Gil Gomes, na década de 50. No entanto, a população passou a chamar a vila de São Domingos dos Latas, sendo que, essa denominação muda a partir de 1967, após uma resolução da Câmara (VELHO, 1981).

melhoria desse novo elo de comunicação com as outras localidades, munidos de facões, foices, enxadas e machados, no final do ano de 1961. A partir desse momento, São Domingos das Latas passa à “beira” (da estrada), em relação às localidades (roças e castanhais) que se situam nas proximidades, e passam a utilizar a estrada para chegar mais rapidamente à outra beira, só que agora, a do rio. Em relação à Apinagés, São João do Araguaia e Marabá, São Domingos das Latas continua sendo “centro”, porém, com uma importância maior, devido à possibilidade de maior fluxo de e para as mencionadas localidades.

Na concepção de Velho (1981), a construção da estrada ligando Apinagés a São Domingos das Latas possibilitou um aumento no movimento comercial, pois, os lavradores passaram a concentrar nessa vila, a produção que traziam em lombo de burro. Assim, além do aumento no fluxo de mercadorias, ocorre também, o crescimento do “centro” que agora é “beira” ao mesmo tempo. Somente com a abertura da estrada Transamazônica (BR – 230), na década de 1970, é que São Domingos do Araguaia troca definitivamente de lugar com São João do Araguaia e Apinagés, que de “beira” (do rio) passam a “centro”, pois, a partir da construção da mencionada rodovia, o padrão de organização do espaço muda.

De acordo com Velho (1981), agora as principais vias de acesso passam a serem as estradas, sendo que as cidades e vilas que surgem e as que já existem às margens das estradas, passam a ter maior importância, pois o fluxo de pessoas e mercadorias agora se dá pelos tempos rápidos desses “novos” meios de ligações. Os recursos a serem explorados, além de se situarem em florestas de terra firme (atividade madeireira, agropecuária, etc.) situam-se também no subsolo (mineração). Desse modo, a partir de 1969 acontece o início da decadência da navegação fluvial, devido à abertura da precária estrada de 54 km entre São João do Araguaia e Marabá, e a inauguração de um ramal que ligava a estrada Belém-Brasília a Marabá (PA-70). No entanto, a rodovia Transamazônica só chega a Marabá, passando cerca de 5 km de São Domingos do Araguaia e deixando São João do Araguaia e Apinagés mais distantes, em outubro de 1971. A partir desse momento, o rio perde sua importância como via de acesso às localidades que a estrada passa a ligar. Encerra-se também a utilidade da precária estrada aberta em 1969, ligando Marabá a São João do Araguaia, porém, antes disso, serviu para o transporte de homens e materiais necessários à construção da Transamazônica.

3.2 SITUANDO A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS

A estrutura espacial da Região de Carajás tem sua origem associada ao processo histórico de ocupação do Médio Tocantins no século XIX. Dois grandes períodos caracterizam espaço-temporalmente a região de Carajás. No primeiro, a região é caracterizada pela economia extrativa da castanha do Pará alicerçado num sistema de circulação flúvio-ferroviário tendo a Estrada de Ferro Tocantins como eixo central do escoamento da produção extrativa (EMMI, 1988). O segundo período tem início com as políticas nacionais de integração da Amazônia na década de 1970. A abertura de novos eixos de penetração e circulação com as rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, assim como os projetos integrados de colonização (PIC Marabá), a implantação de atividades agropecuárias e as imigrações, redefiniram, ainda nas décadas de 1970, o espaço regional de Carajás. Porém, a implantação do projeto Ferro-Carajás no âmbito do Polamazônia e posteriormente a criação do Programa Grande Carajás entre 1980 e 1991, transformam a região em um espaço basicamente alicerçado na mineração através da empresa Vale (MONTEIRO et al., 1997).

Assim, caracterizando a Região de Integração Carajás na atualidade, o Idesp (2013) relata que ela se localiza na região sudeste do estado do Pará e é entrecortada pela rodovia PA-150. Compreende uma área de 44.814,51 km², o que corresponde a 3,59% do território paraense. A dinâmica socioeconômica e espacial condicionada aos processos oriundos da exploração mineral é uma das características mais marcantes da Região de Integração Carajás. Essa região é afetada por intensos processos migratórios e possui a segunda maior participação no PIB do estado do Pará (atrás apenas da Região Metropolitana), correspondendo a 17,54%.

De acordo com esse instituto, os municípios formadores da RI Carajás são: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia (Figura 3).

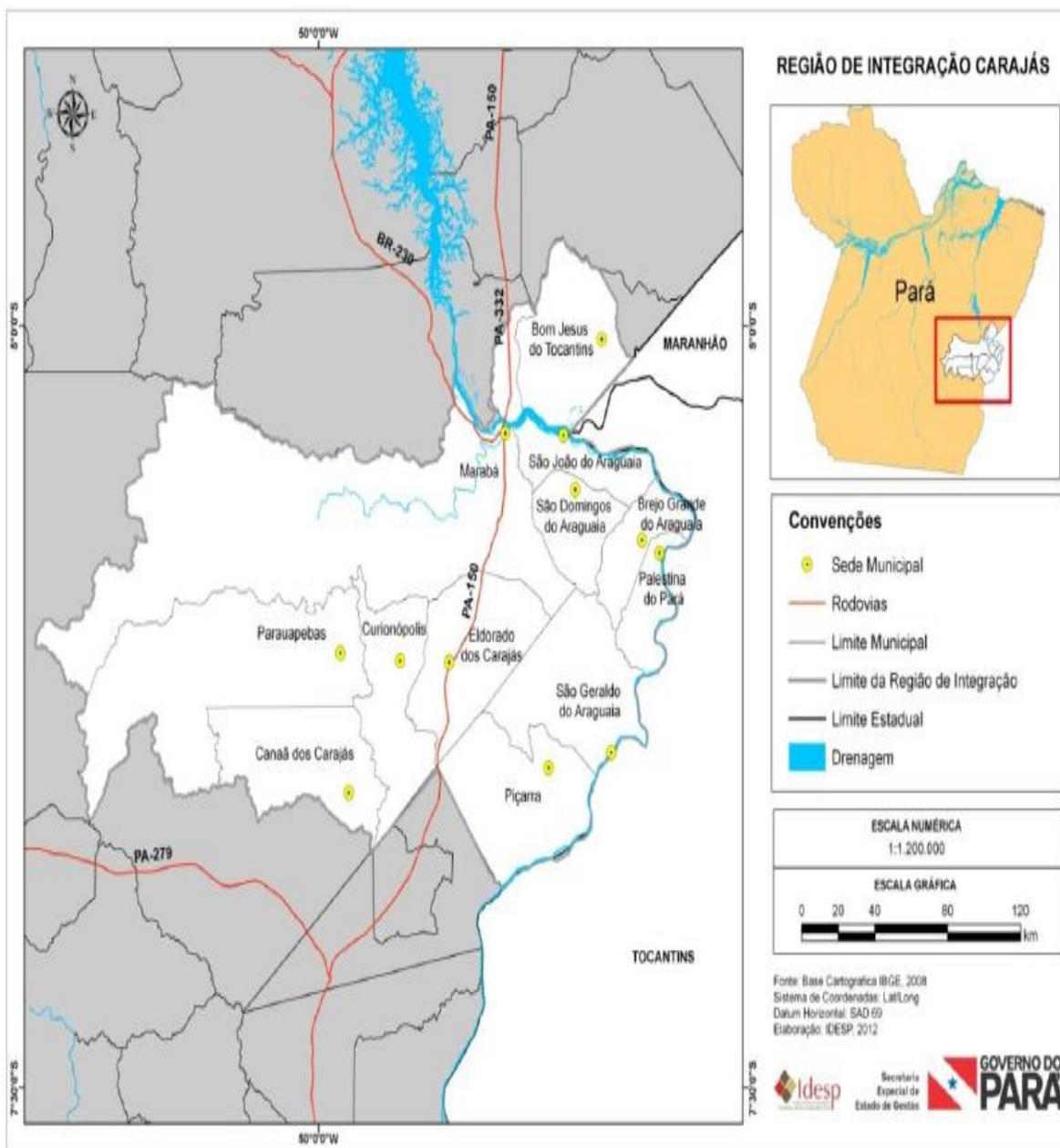


Figura 3 – Municípios que compõem a Região de Integração Carajás.
Fonte: adaptado de Idesp (2013).

3.2.1 Características socioeconômicas e demográficas da R.I. Carajás (1991 – 2010)

Na concepção do Idesp (2013), a população da Região de Integração Carajás é de 569.026 mil habitantes, correspondendo a 7% da população do estado do Pará. Essa população vem se concentrando em áreas urbanas ao longo das últimas décadas, superando a rural na década de 1990 e chegando a 426 mil habitantes em 2010, o que corresponde a 70,04% do total da população da região (Gráfico 1).

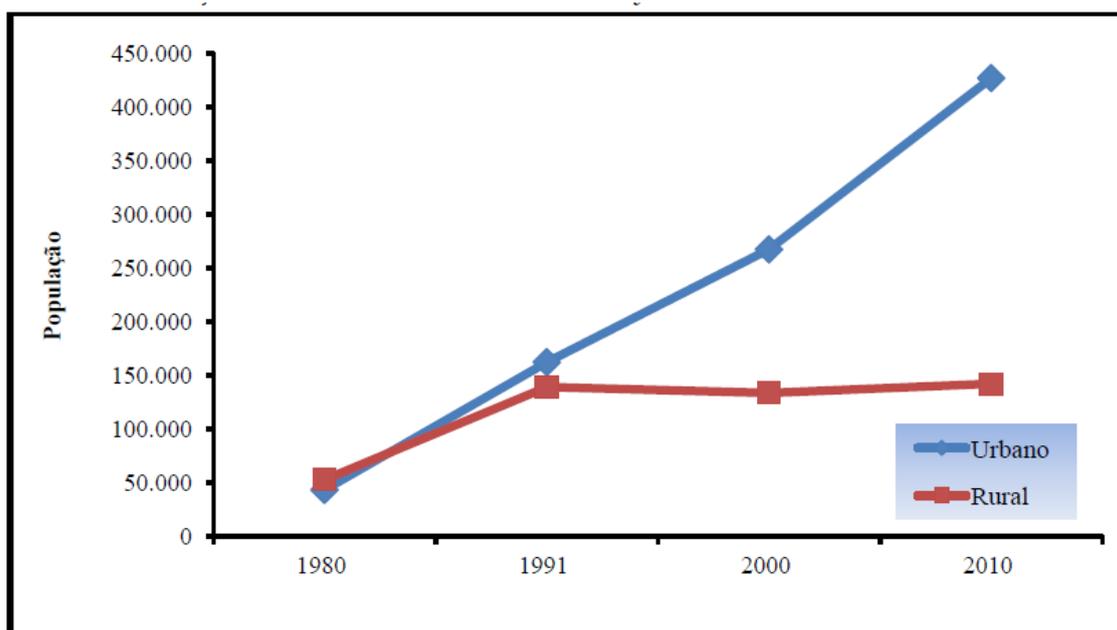


Gráfico 1 - Evolução do número de habitantes da RI Carajás nos últimos 30 anos.

Fonte: adaptado de Idesp (2013).

Para o Idesp (2013), verifica-se que nas últimas décadas ocorreu um crescimento significativo da população nas áreas urbanas, enquanto que na área rural houve uma estagnação desse crescimento, pois a população não ultrapassa o contingente de 150 mil pessoas. Esse fato se deve aos projetos mineradores para a região que servem de atrativo para um grande contingente populacional que se concentra na zona urbana.

Ao tratar da economia da Região de Integração Carajás, o Idesp (2013) faz uso do Índice de Gini que é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda e se torna um indicador conveniente para uma sociedade que pretende ser equitativa. O cálculo, em escala de 0 (zero) a 1 (um), considera variáveis econômicas a fim de verificar o grau de distribuição da renda. Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a sociedade. Quanto mais se aproximar de um, maior é a desigualdade. O Idesp (2013) ainda ressalta que índice em torno de 0,5 já se torna representativo de fortes desigualdades.

Nessa direção, esse instituto destaca que em 1991 o Índice de Gini brasileiro era de 0,64 e do estado do Pará era 0,62. No ano de 2000, os índices de Gini brasileiro e paraense aumentaram e apresentaram o mesmo valor de 0,65. Quando observado o ano de 2010, verifica-se uma redução no índice, chegando a 0,63 a nível estadual e 0,61 para o nacional (Tabela 1).

| ÍNDICE DE GINI | | | |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Municípios | 1991 | 2000 | 2010 |
| Bom Jesus do Tocantins | 0,57 | 0,58 | 0,53 |
| Brejo Grande do Araguaia | 0,49 | 0,56 | 0,58 |
| Canaã dos Carajás* | - | 0,63 | 0,57 |
| Curionópolis | 0,58 | 0,59 | 0,55 |
| Eldorado dos Carajás* | - | 0,68 | 0,58 |
| Marabá | 0,60 | 0,63 | 0,60 |
| Palestina do Pará* | - | 0,65 | 0,56 |
| Parauapebas | 0,60 | 0,67 | 0,55 |
| Piçarra* | - | 0,54 | 0,53 |
| São Domingos do Araguaia* | - | 0,57 | 0,59 |
| São Geraldo do Araguaia | 0,46 | 0,62 | 0,53 |
| São João do Araguaia | 0,54 | 0,61 | 0,56 |
| Pará | 0,62 | 0,65 | 0,63 |
| Brasil | 0,64 | 0,65 | 0,61 |

Tabela 1 – Índice de Gini dos municípios da Região de Integração Carajás.

Fonte: adaptado de Idesp (2013).

* Municípios criados após o censo demográfico de 1991.

Quando o Idesp (2013) avalia o índice de Gini da região do ano de 1991, verifica que os municípios possuíam valores abaixo da média nacional e estadual. No ano 2000 houve um aumento no índice, neste ano os municípios de Eldorado dos Carajás e Parauapebas possuíam valores acima da média, enquanto Palestina do Pará apresentava valor igual à média estadual e nacional. Já no ano de 2010, observa-se uma redução do índice da maioria dos municípios, quando comparados aos dados do ano 2000, sendo que todos estiveram abaixo da média estadual e nacional.

Desse modo, o Idesp (2013) mostra que no ano de 2010 o maior índice observado foi o do município de Marabá (0,60), seguido pelo município de São Domingos do Araguaia (0,59). Para esse instituto, pode-se inferir que houve uma

melhoria quanto à distribuição de renda em alguns municípios da Região de Integração Carajás.

Outro indicador econômico usado pelo Idesp (2013) é o rendimento médio mensal. Esse instituto mostra que este indicador expressa a distribuição do rendimento médio mensal *per capita*, ou seja, a soma do rendimento mensal referente ao trabalho formal de cada indivíduo. A partir desse indicador é possível reconhecer e avaliar a distribuição de renda da população nos municípios. Atribui-se que sua importância se deve ao motivo dele ser um dos indicativos das condições de vida da população.

Para o Idesp (2013), no ano de 2000, a renda *per capita* média do Brasil era de R\$ 585,94 e a do estado do Pará era de R\$ 331,96 (Tabela 2). No ano de 2010, a renda brasileira aumentou para R\$ 767,02 e a estadual para R\$ 429,02. A maioria dos municípios da Região de Integração Carajás apresentou valores abaixo dos registrados a nível estadual e nacional. Somente os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá possuíam renda *per capita* acima da média estadual, todavia, ainda inferior à média nacional, nos anos de 2000 e 2010. A menor renda *per capita* observada na região no ano de 2010 foi a de São João do Araguaia, com apenas R\$ 214,22. No entanto, o Idesp (2013) ainda destaca que todos os municípios apresentaram evolução positiva da renda *per capita*.

Nessa conjuntura, o Idesp (2013) trata também da densidade demográfica. Para esse instituto, a densidade demográfica é expressa pelo número de pessoas habitando em um determinado território, dividido pela área total. A concentração populacional em uma determinada área é um indicador da qualidade ambiental, uma vez que uma alta densidade demográfica pressiona o ambiente, influenciando aspectos físicos, atividades econômicas, bem como a infraestrutura urbana e serviços públicos disponibilizados pelo município.

| RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (domiciliar) | | |
|--|-------------|-------------|
| Municípios | 2000 | 2010 |
| Bom Jesus do Tocantins | R\$ 211,02 | R\$ 325,60 |
| Brejo Grande do Araguaia | R\$ 222,67 | R\$ 297,30 |
| Canaã dos Carajás | R\$ 332,77 | R\$ 490,67 |
| Curionópolis | R\$ 212,53 | R\$ 314,70 |
| Eldorado dos Carajás | R\$ 206,43 | R\$ 274,97 |
| Marabá | R\$ 372,93 | R\$ 505,03 |
| Palestina do Pará | R\$ 233,93 | R\$ 276,35 |
| Parauapebas | R\$ 438,56 | R\$ 600,75 |
| Piçarra | R\$ 236,73 | R\$ 259,69 |
| São Domingos do Araguaia | R\$ 224,78 | R\$ 385,20 |
| São Geraldo do Araguaia | R\$ 268,81 | R\$ 317,65 |
| São João do Araguaia | R\$ 130,62 | R\$ 214,22 |
| Pará | R\$ 331,96 | R\$ 429,02 |
| Brasil | R\$ 585,94 | R\$ 767,02 |

Tabela 2 – Renda *per capita* média na Região de Integração Carajás.
Fonte: adaptado de Idesp (2013).

Ao analisar a densidade demográfica da Região de Integração Carajás, o Idesp (2013) aponta que passou de 2,14 hab./km², na década de 1980, para 12,70 hab./km² em 2010 (Tabela 3); conservando-se acima da média estadual (6,08 hab./km²), todavia abaixo da densidade demográfica brasileira, que nesse mesmo ano foi de 22,43 hab./km² (Tabela 4).

| Ano | População (hab) | Área territorial/km² (km²) | Densidade demográfica (hab/km²) |
|------------|------------------------|---|---|
| 1980 | 95.687 | 44.814,51 | 2,14 |
| 1991 | 301.930 | | 6,74 |
| 2000 | 400.287 | | 8,93 |
| 2010 | 569.026 | | 12,70 |

Tabela 3 – Densidade demográfica – Região de Integração Carajás (1980/2010).
Fonte: adaptado de Idesp (2013).

No que se refere aos municípios, o Idesp (2013) relata que a maioria apresentou na densidade demográfica, as exceções foram Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Palestina do Pará e São Geraldo do Araguaia, no período entre os anos de 2000 e 2010. No período analisado o município de Piçarra manteve-se com o mesmo índice (Tabela 4).

Ainda analisando os dados da densidade demográfica dos municípios da Região de Integração Carajás (Tabela 4), o Idesp (2013) destaca que no ano de 2010, Bom Jesus do Tocantins e Piçarra apresentaram densidade populacional abaixo da média paraense. Dentre as demais, o município de Parauapebas apresentou a maior densidade (21,96 hab./km²), superando a média paraense e aproximando-se da nacional (22,43 hab./km²).

| Municípios | População (hab) | | | Área (km ²) | Densidade Demográfica (hab/km ²) | | |
|---------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------------------|--|-------|-------|
| | 1991 | 2000 | 2010 | | 1991 | 2000 | 2010 |
| Bom Jesus do Tocantins | 15.952 | 13.106 | 15.298 | 2.816,43 | 5,66 | 4,65 | 5,43 |
| Brejo Grande do Araguaia | 11.939 | 7.464 | 7.317 | 1.187,82 | 10,05 | 6,28 | 6,16 |
| Canaã dos Carajás* | 0.00 | 10.922 | 26.716 | 3.146,61 | 0,00 | 3,47 | 8,49 |
| Curionópolis | 38.672 | 19.486 | 18.288 | 2.368,70 | 16,33 | 8,23 | 7,72 |
| Eldorado dos Carajás* | 0.00 | 29.608 | 31.786 | 2.956,71 | 0,00 | 10,01 | 10,75 |
| Marabá | 123.668 | 168.020 | 233.669 | 15.092,27 | 8,19 | 11,13 | 15,48 |
| Palestina do Pará* | 0.00 | 7.544 | 7.475 | 983,89 | 0,00 | 7,67 | 7,60 |
| Parauapebas | 53.335 | 71.568 | 153.908 | 7.007,74 | 7,61 | 10,21 | 21,96 |
| Piçarra* | 0.00 | 12.671 | 12.697 | 3.312,49 | 0,00 | 3,83 | 3,83 |
| São Domingos do Araguaia* | 0,00 | 20,005 | 23.130 | 1.392,33 | 0,00 | 14,37 | 16,61 |
| São Geraldo do Araguaia | 38.540 | 27.646 | 25.587 | 3.269,54 | 11,79 | 8,46 | 7,83 |
| São João do Araguaia | 19.824 | 12.247 | 13.155 | 1.280,01 | 15,49 | 9,57 | 10,28 |
| Pará | 4.864.585 | 6.192.307 | 7.581.051 | 1.247.689,52 | 3,90 | 4,96 | 6,08 |
| Brasil | 146.917.459 | 169.590.693 | 190.755.799 | 8.502.728,27 | 17,28 | 19,95 | 22,43 |

Tabela 4 – Densidade demográfica dos municípios da Região de Integração Carajás (1991/2010).

Fonte: adaptado de Idesp (2013).

* Municípios criados após a realização do Censo 1991.

Para dar maior destaque a densidade demográfica dos municípios da Região de Integração Carajás, o Idesp (2013) apresenta a disposição dos municípios em uma figura, diferenciando-os conforme sua densidade (Figura 4). Para esse instituto, é possível perceber que há uma proximidade entre os municípios com densidades semelhantes. Além do mais, observa-se ainda a intensificação desse indicador entre os anos 2000 e 2010; enquanto no ano 2000 apenas o município de São Domingos do Araguaia tinha a maior densidade demográfica da região, em 2010 essa característica foi verificada nos municípios de Marabá e Parauapebas.

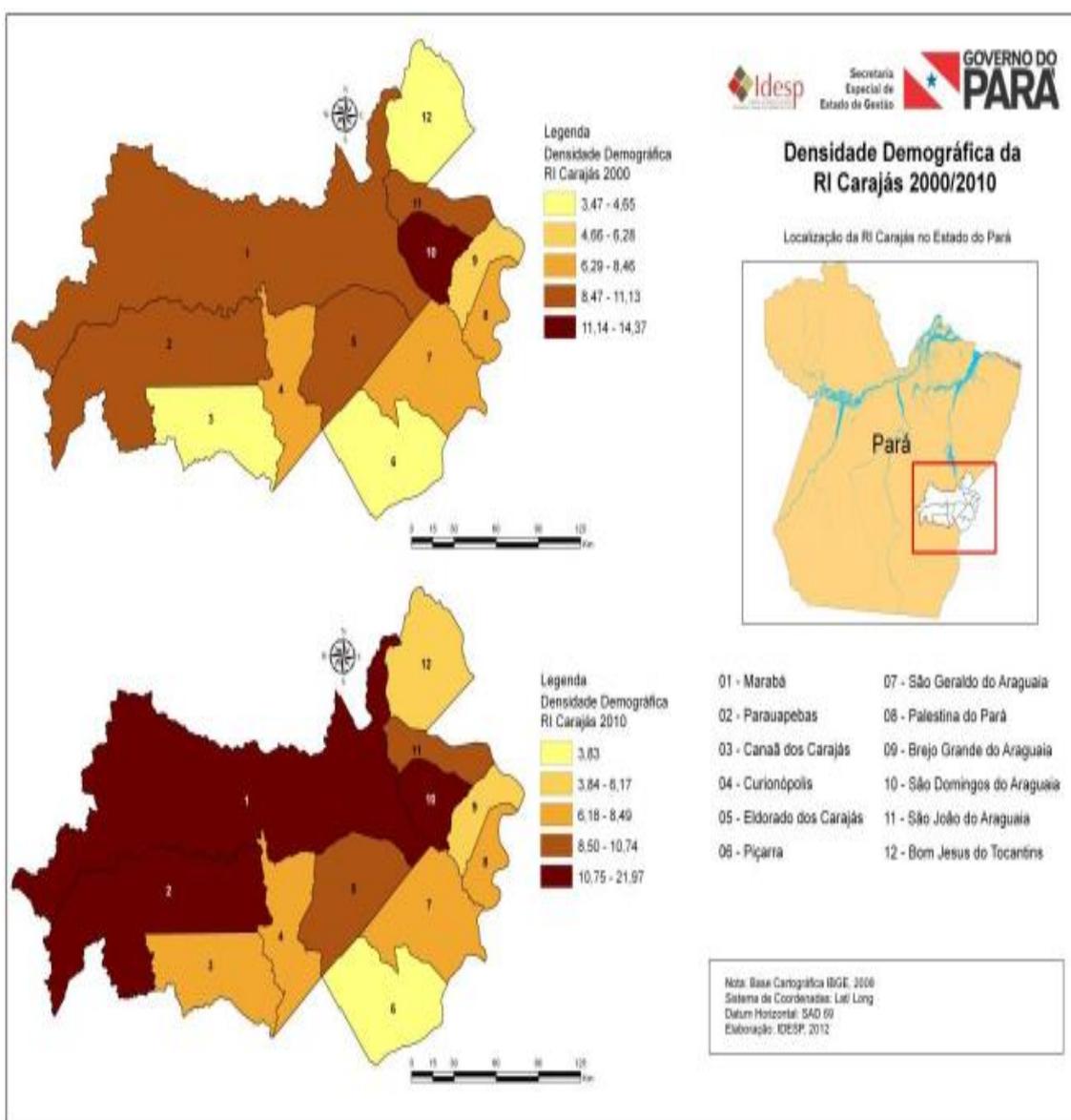


Figura 4 – Densidade demográfica da Região de Integração Carajás (2000/2010).
Fonte: adaptado de Idesp (2013).

Após essa exposição, o Idesp (2013) fala de outro indicador, a taxa de crescimento populacional que expressa o ritmo de crescimento populacional anual para cada década. Por meio da intensidade e das tendências de crescimento da população podem ser estimados investimentos necessários para determinada região. Este é um importante indicador, haja vista que a taxa é calculada a partir da variação de tempo, a médio e longo prazo, servindo como auxílio para a elaboração e implementação de políticas públicas de natureza social e ambiental. A taxa média geométrica anual de aumento da população faz uso das variáveis referentes à população residente em dois marcos temporais distintos.

Segundo esse instituto, a Região de Integração Carajás apresentou no período de 1980 a 1991, taxa média geométrica anual de crescimento de 11,02%, diminuindo para 3,18% entre 1991 e 2000, tornando a aumentar até atingir a taxa de 3,58% no período entre os anos 2000 e 2010 (Tabela 5).

| Década | Taxa Média geométrica anual de crescimento (%) | |
|-----------|--|------|
| | RI Carajás | Pará |
| 1980-1991 | 11,02 | 3,46 |
| 1991-2000 | 3,18 | 2,52 |
| 2000-2010 | 3,58 | 2,04 |

Tabela 5 – Taxa média anual de crescimento geométrico populacional – RI Carajás.
Fonte: adaptado de Idesp (2013).

Ao analisar o Gráfico 2, o Idesp (2013) demonstra que é possível perceber que, apesar da redução brusca entre as décadas de 1980 e 1990, a taxa de crescimento da região permaneceu acima da taxa estadual (que apresentou constante declínio). Assim, a diminuição da taxa média anual de crescimento geométrico populacional observada, expressa redução no ritmo de crescimento populacional na região.

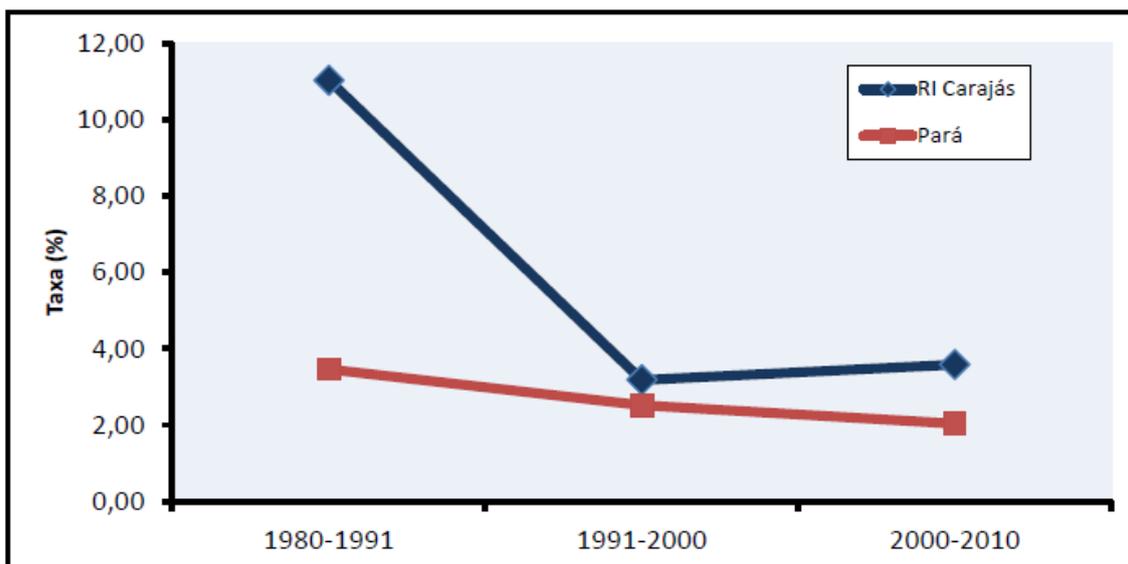


Gráfico 2 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional da Região de Integração Carajás.
Fonte: adaptado de Idesp (2013).

Finalizando, o Idesp (2013) ainda relata que na última década, a maior taxa anual de crescimento geométrico populacional foi observada no município de Canaã dos Carajás (9,36%), entre os anos de 2000 e 2010. Enquanto que Palestina do Pará apresentou a menor taxa percentual (-0,09%) no mesmo período, não possuindo registros em anos anteriores (Tabela 6).

| Taxa média geométrica anual de crescimento (%) | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Municípios | 1980-1991 | 1991-2000 | 2000-2010 |
| Bom Jesus do Tocantins | - | -2,16 | 1,56 |
| Brejo Grande do Araguaia | - | -5,09 | -0,2 |
| Canaã dos Carajás* | - | - | 9,36 |
| Curionópolis | - | -7,33 | -0,63 |
| Eldorado dos Carajás* | - | - | 0,71 |
| Marabá | 6,81 | 3,46 | 3,35 |
| Palestina do Pará* | - | - | -0,09 |
| Parauapebas | - | 3,32 | 7,96 |
| Piçarra* | - | - | 0,02 |
| São Domingos do Araguaia* | - | - | 1,46 |
| São Geraldo do Araguaia | - | -3,62 | -0,77 |
| São João do Araguaia | -5,22 | -5,21 | 0,72 |
| Pará | 3,46 | 2,52 | 2,04 |
| Brasil | 1,93 | 1,64 | 1,17 |

Tabela 6 – Taxa média geométrica anual de crescimento populacional dos municípios da Região de Integração Carajás.

Fonte: adaptado de Idesp (2013).

* Municípios criados após o Censo demográfico de 1991.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido no Município de São Domingos do Araguaia – PA, com as quebradeiras de coco babaçu. Para verificar as formas de territorialização das quebradeiras, como se apropriam dos recursos naturais e como percebem seus territórios, foi realizado uma pesquisa de campo, através de dezoito entrevistas com mulheres que se autodeclararam quebradeiras de coco babaçu e que se distribuem geograficamente da seguinte forma: cinco em Vila São José, cinco em Vila Açaizal, três em Vila São Benedito, duas em Vila Santana e três na sede municipal, sendo uma no bairro Liberdade, uma no bairro Novo Planalto e uma no Centro (figura5). Assim, essas

vilas e bairros da cidade de São Domingos do Araguaia que possuem babaçuais são identificados como territórios das quebradeiras de coco babaçu.

Foram realizadas três visitas às quebradeiras de Vila São José, três visitas às quebradeiras de Vila Açaizal, duas visitas às quebradeiras de Vila Santana, duas visitas às quebradeiras de Vila São Benedito, duas visitas às quebradeiras do bairro Liberdade, duas visitas às quebradeiras do bairro Novo Planalto e uma visita à quebradeira do bairro Centro. Essas visitas foram realizadas nos meses de dezembro de 2013 e janeiro de 2014. As entrevistas foram realizadas, principalmente, em momentos em que as quebradeiras estavam em casa realizando outras tarefas e, somente quatro entrevistas foram realizadas no momento em que elas realizavam a quebra dos cocos.

A metodologia adotada para desenvolver os objetivos propostos nesta dissertação constaram de uma releitura conceitual de território e identidade, o uso de cartografia, entrevistas semiestruturadas (anexo A), levantamento de dados secundários que visaram a observação da atividade produtiva das quebradeiras, o modo como elas usam os recursos naturais e a caracterização da área de estudo.

Quanto ao posicionamento teórico, corroborou-se com Haesbaert (2010) que defende a ideia de que a resposta a estes referenciais irá depender, especialmente, da posição filosófica adotada pelo pesquisador. Para ele, um marxista, dentro do materialismo histórico e dialético, tenderá a defender uma noção de território que destaque sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico, que aparece contextualizada historicamente e define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido nitidamente relacional. Porém, postula Haesbaert (2010), que devemos reconhecer que vivenciamos na atualidade um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitos os que rebatem a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Então, somos levados a superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações acerca do espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.

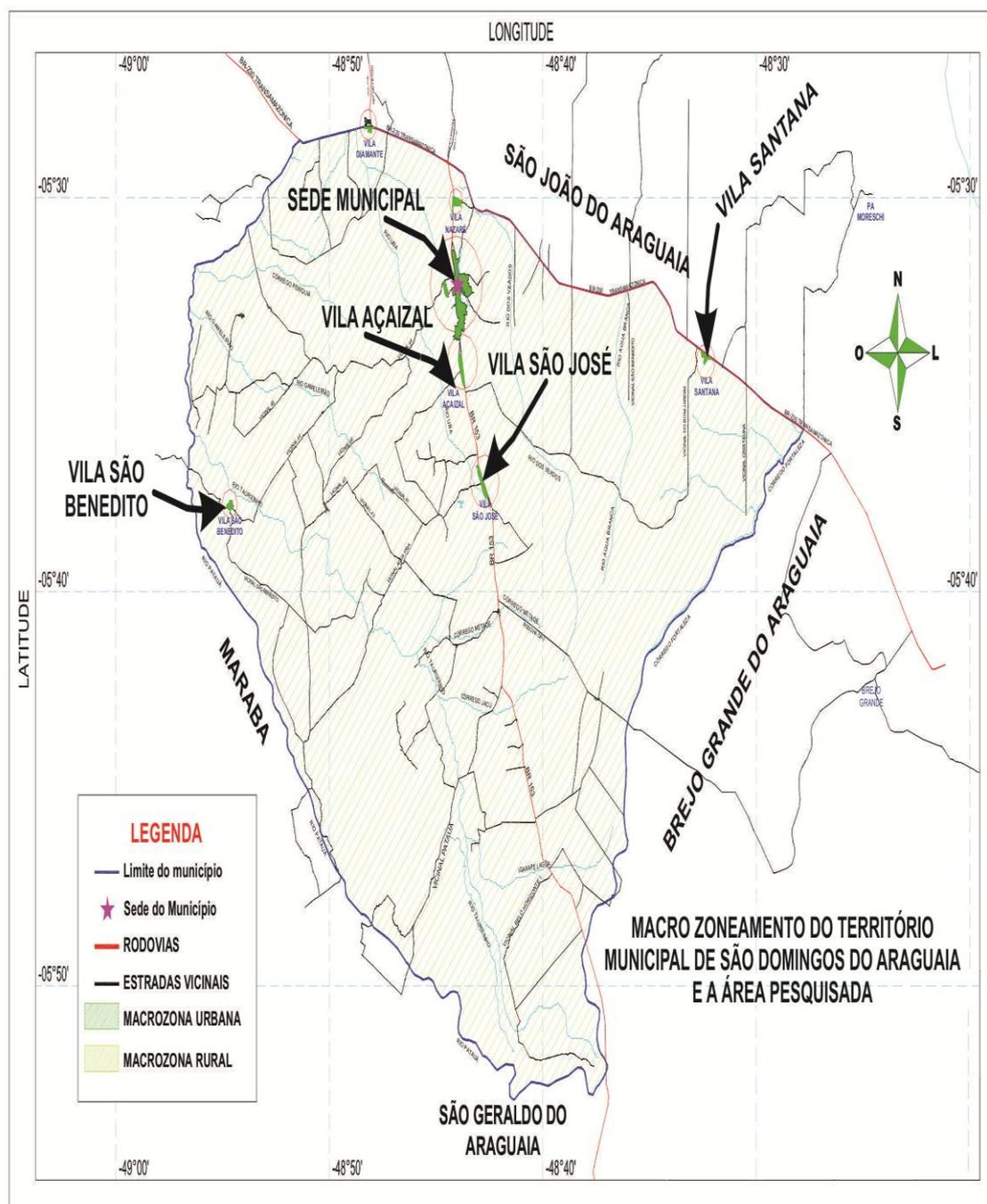


Figura 5 – Macrozoneamento do território municipal de São Domingos do Araguaia e a área pesquisada. Fonte: adaptado de Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará.

Assim, esta dissertação se estruturou em uma revisão conceitual acerca das temáticas território e identidade, em uma revisão da literatura que tratou do processo de “modernização” e dos modos de vida tradicionais na Amazônia e seus efeitos e impactos na produção comunitária tradicional regional, na caracterização da Região de Integração Carajás e o espaço de São Domingos do Araguaia, bem como a caracterização das quebradeiras e do MIQCB no contexto geral e no município de São Domingos do Araguaia, e a ação e percepção do Estado sobre o território das

quebradeiras locais, e em uma pesquisa empírica que visou observar o modo pelo qual as quebradeiras agem e percebem seus territórios no contexto local.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS E DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB) NO CONTEXTO GERAL E DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA

4.1.1 Caracterização das quebradeiras e do MIQCB no contexto geral

Para descrever o MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - se faz necessário, primeiramente, discorrer sobre as mulheres quebradeiras de coco que são as principais extratoras do babaçu (*Orbignya phalerata; Mart.*), e que nem sempre moram no interior da floresta. Ao analisar Almeida (1995), verifica-se que a coleta de produtos da floresta, em especial o coco babaçu, é feita principalmente por mulheres e crianças⁶. Segundo esse autor, o extrativismo praticado pelas catadeiras não se enquadra como atividade principal das famílias, que na maioria das vezes cuidam de pequenos roçados.

Ao analisar Almeida (1995), nota-se que as quebradeiras de coco foram auto definidas pela atividade complementar e extrativa, onde envolveram critérios ecológicos e de gênero simultaneamente, alcançando dessa forma, certo consenso que serve de alavanca para reposicioná-las política e economicamente frente à ação governamental e aos circuitos de mercado.

O (MIQCB) se constitui em importante elemento de luta e de afirmação da identidade territorial das mulheres quebradeiras de coco babaçu, pois segundo relatos do MIQCB (2005), tal movimento se estabeleceu a partir de um trabalho conjunto que envolveu uma rede de organizações voluntárias tais como: associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas que apresentam como bandeira de luta, a preservação dos babaçuais, a garantia do acesso à terra, a formulação de políticas

⁶ Segundo Shiraishi Neto (2005), essa atividade extrativa é realizada predominantemente por mulheres, embora tenha a participação dos homens, recebendo também colaboração das crianças, que nesse caso, auxiliam na coleta e quebra do coco para a extração das amêndoas. Isso se explica porque as amêndoas além de serem utilizadas para o consumo da própria família quando são transformadas em óleo, leite e sabão, principalmente, são também comercializadas visando à aquisição de produtos básicos para o uso comum da família.

governamentais voltadas para o extrativismo⁷, o livre acesso aos babaçuais e a igualdade de gênero e, segundo Barbosa (2007), étnico-racial.

Na percepção de Almeida (1995), este movimento não é visto como uma entidade que substitua o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas que o complementa. Por não possuir sede, nem mesmo quadro de associados, sua representatividade é diferenciada. Além do mais, Almeida (1995) entende que, se tomarmos como critério a relação com os meios de produção, se verificará que acontece uma diferenciação econômica entre as quebradeiras de coco. Dentre elas, algumas não possuem acesso direto a terra, cultivo e extração, residindo na maioria das vezes, nas chamadas ponta de rua e na beira das rodovias exercendo atividades acessórias de assalariamento eventual e de prestação de serviços. Outras trabalhadoras extrativas possuem acesso à terra garantido e localizam-se em terras desapropriadas, adquiridas e decretadas (o caso de Reserva extrativista) por órgãos governamentais ou com posses concretizadas. Há ainda, mulheres quebradeiras em terras de herança com titulação ou não, com ou sem protocolar partilha; bem como as que se situam em terras de terceiros, pagando aforamento ou ocupando-as centenariamente com ou sem permissão de terceiros.

No olhar de Barbosa (2007), esse movimento se concentra basicamente em quatro estados da federação, tendo como área de abrangência, centenas de povoados distribuídos desde o Vale do Parnaíba, no Estado do Piauí, até o Vale do Tocantins, nos Estados do Pará e do Tocantins, cortando diagonalmente o Estado do Maranhão. Segundo essa autora, estima-se que mais de 300 mil pessoas realizem o extrativismo do babaçu no Brasil hoje em dia.

Assim sendo, Almeida (1995) entende que a existência grupal objetivada em movimento mesmo pressupondo áreas geográficas descontínuas, vale-se da designação interestadual como uma forma de interlocução e de injeção do reconhecimento requerido.

Nesse sentido, Almeida (1995) ainda relata que uma das principais características básicas de movimentos como o das mulheres quebradeiras de coco – MIQCB - revela que são raízes locais mais profundas, que apresentam como objetivo a

⁷ Para Shiraishi Neto (2005), tem ocorrido uma negação do Estado brasileiro no que se refere à existência desses grupos, na medida em que as políticas públicas são pensadas de forma “universal”, levando a formação do “reino de um único direito”, que mais tem servido para “apagar” as diferenças existentes do que para garantir o direito às diferenças.

organização da produção, e uma visão mais extensa dos circuitos internacionais de mercado, através da agregação de valor (como os empreendimentos de refinamento do óleo de babaçu em prensas e centrífugas próprias) e de contatos particulares no intuito de usos industriais de definidas matérias-primas e a exportação.

Barbosa (2007) ressalta que as mulheres quebradeiras de coco vêm desenvolvendo cursos de formação e capacitação de suas lideranças, seminários, encontros, oficinas, o que também tem contribuído para discussões sobre os problemas relacionados com a mobilização e com a economia do babaçu. Sob esse enfoque, a autora tem destacado que a educação formal se tornou um instrumento importante, inclusive no que tange a igualdade de gênero, pois tem sido uma alternativa educar suas crianças questionando falas e práticas de dominação masculina, uma educação que realça as diferenças entre homens e mulheres, mas procura não vincular desigualdades.

Nesse cenário, Almeida (1995), ao tratar do modo como acontece à coleta, nos mostra que a cooperação simples que ocorre na coleta e na quebra do coco babaçu, torna as mulheres mais próximas e agrupadas, pois o processo extrativo não acontece isoladamente. Assim, as mulheres dirigem-se em grupo para os babaçuais e, apesar do ato da quebra ser individual, elas o fazem próximas umas das outras, conversando. Suas posições, intercaladas com seus respectivos monte de coco, delineiam a figura aproximada de um círculo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS E DO MIQCB LOCAL

Para caracterizar as quebradeiras do município de São Domingos do Araguaia, que é parte integrante do estado do Pará (figura 6), Souza (2012), com base em seus estudos, relata que Almeida (1995) tinha razão ao afirmar que a maioria das mulheres quebradeiras vivia às margens das rodovias ou nas pontas de ruas, pois foi verificado que cerca de 73% das quebradeiras entrevistadas habitam as vilas ou as margens das estradas (BR-230 e 153). Nesse caso, suas moradias além de serem bastante humildes (grande parte delas são cobertas com a palha do babaçu), situam-se principalmente nas áreas menos valorizadas, denotando desse modo, um estilo de vida mais integrado ao ambiente rural.

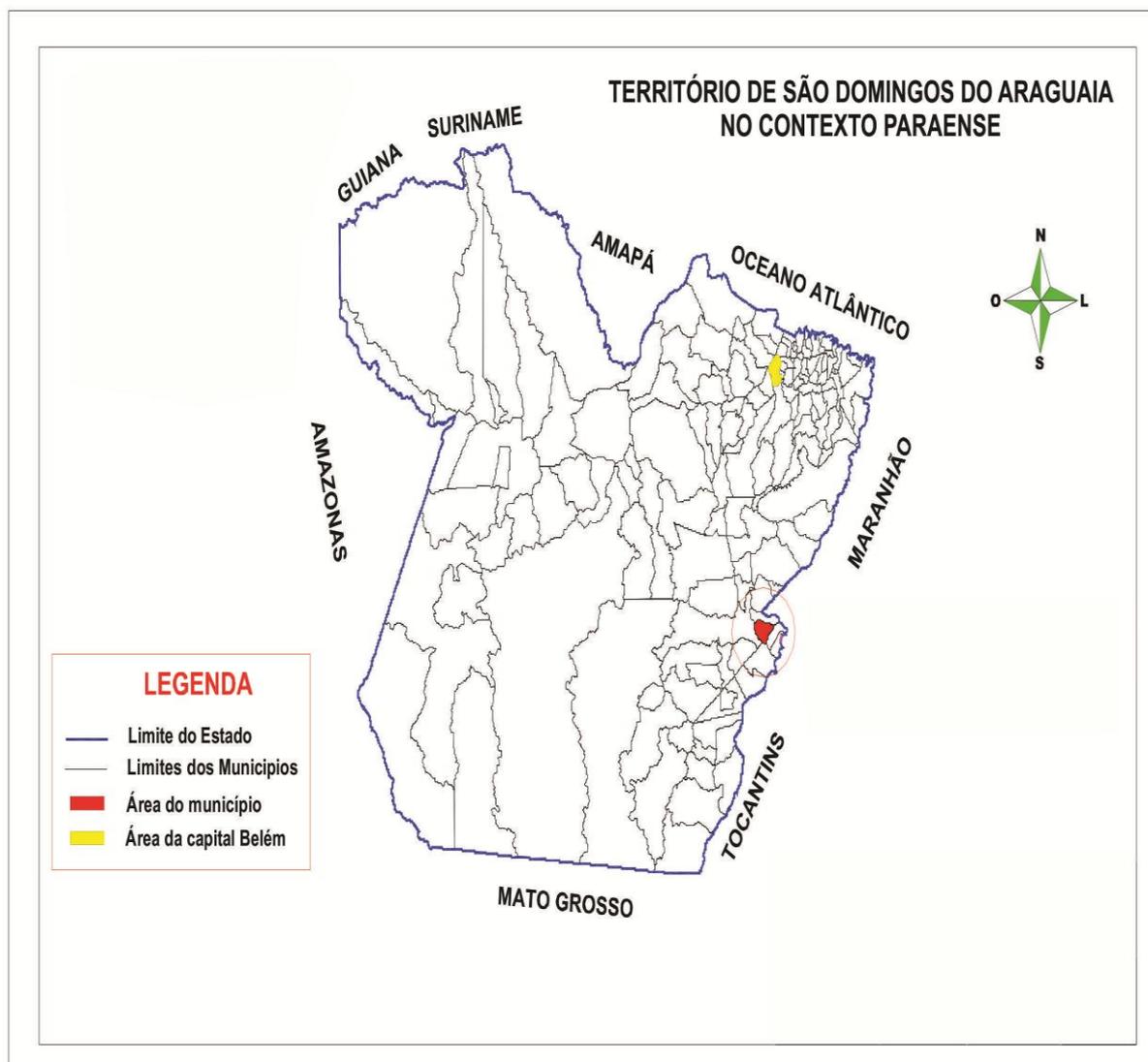


Figura 6 – Território de São Domingos do Araguaia no contexto paraense.

Fonte: adaptado de Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará.

Também foi verificado que a coleta e a quebra do coco, é feita em 80% dos casos na companhia de um ou mais familiar. Esses dados corroboram com os de Shiraishi Neto (2005), quando afirma que isso se explica porque as amêndoas além de serem utilizadas para o consumo da própria família, quando são transformadas em óleo, leite e sabão, principalmente, são também comercializadas visando à aquisição de produtos básicos para o uso comum da família.

Ainda foi verificado que as quebradeiras encontravam problemas para realizar a coleta e a quebra do coco babaçu, sendo que a maioria, 76,66% afirmaram não encontrar nenhum problema. Entretanto, 16,66% alegaram que os donos de terras não as deixavam fazer a coleta e a quebra em suas propriedades, assim, os motivos podem ser aqueles elencados anteriormente. Porém, 6,66% lembraram que houve a diminuição na

quantidade de cocos. Foi verificado que estas quebradeiras de coco babaçu moravam na Vila São José, e que nestas imediações há um empresário que compra a saca de coco por R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), sendo que os cocos são triturados inteiros para fazer ração para animais, principalmente porcos. Esse empresário instalou ali uma pocilga com cerca de 800 porcos (entre matrizes, filhotes e reprodutores). Nessa propriedade, os cocos verdosos são transformados em ração para animal, e os mais secos, são transformados em carvão para ser repassado às siderúrgicas de Marabá. Assim, esse processo tem provocado à diminuição na quantidade de cocos disponíveis para as mulheres quebradeiras.

Observa-se que estes resultados corroboram com os de Barbosa (2007), pois essa revela que as quebradeiras de coco diferenciam coletar o coco de catar o coco. Para elas, a coleta do babaçu é a prática de juntar o coco que já se desprendeu dos cachos da palmeira ou mesmo derrubar o coco que já está maduro para quebrá-lo. A ação dos “catadores de coco” é inversa a das quebradeiras, pois os primeiros atuam cortando o cacho inteiro das palmeiras, tirando o coco ainda verde e destinando-os a empregadores de indústrias de ferro-gusa. Nesse caso em específico, o destino é também a produção de ração para animais.

Neste sentido, Souza (2012) questionou acerca do destino das amêndoas dos cocos que elas quebravam. Todas as entrevistadas afirmaram que produzem o azeite, sendo que algumas delas ainda disseram produzir sabão e leite. Em nenhum momento elas citaram a venda da amêndoa, e isso pode significar que não há mercado para a venda desse produto em São Domingos do Araguaia. A produção do azeite pode ser entendida como uma forma de se agregar mais valor ao produto final das mulheres quebradeiras, corroborando assim com a fala de Buarque (2002) no diálogo com Amaral Filho (2001), que descrevem o desenvolvimento endógeno. Na fala dos autores, o desenvolvimento endógeno pode ser compreendido como um processo de aumento econômico dependente de uma constante ampliação da capacidade de agregar valor à produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico que é gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Dessa forma, esse modelo de desenvolvimento foi constatado nas alegações das entrevistadas que afirmaram vender o azeite em Marabá e nas margens das estradas

(figura 7). Além de passarem por um processo de aumento econômico devido agregar maior valor as suas produções, conseguem atrair excedentes de outras regiões, especialmente com a venda do azeite para pessoas de fora do município.

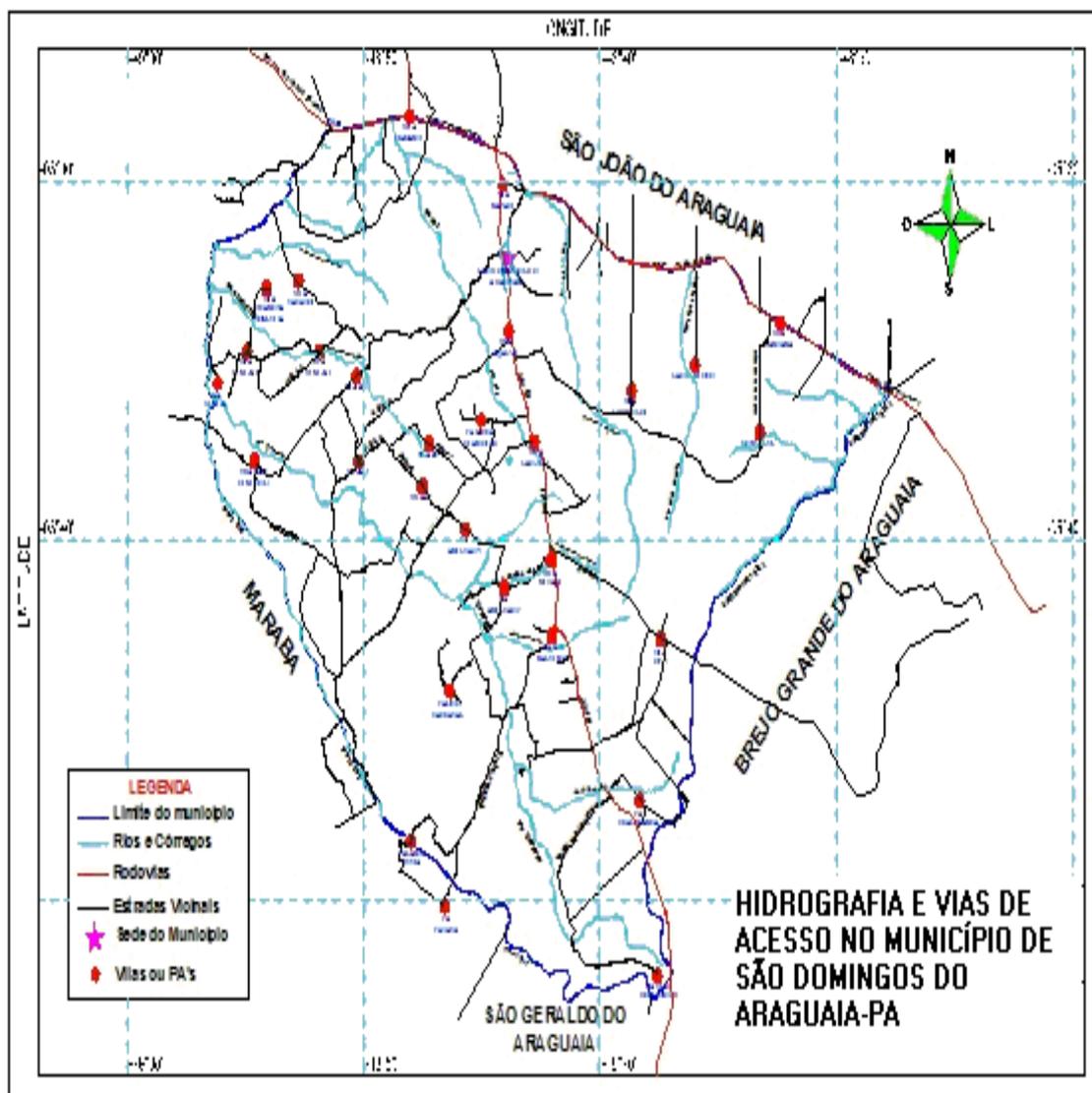


Figura 7 – Hidrografia e vias de acesso no município de São Domingos do Araguaia-PA.
Fonte: adaptado de Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará.

Ainda Souza (2012), verificou que as quebradeiras aproveitam outras partes do coco, além da amêndoa. Todas elas usam as cascas para produzir o carvão utilizado para cozinhar, sendo que mais da metade delas ainda fazem uso do mesocarpo (grande parte delas chamam de “massa” essa parte do coco) para produzir bolo e mingau. Assim, ao fazerem uso de outras partes do coco, as mulheres quebradeiras acabam por gerar renda e ainda complementam suas alimentações. Geram renda quando vendem, embora em

pequenas quantidades, parte do carvão que elas produzem. Além disso, essas mulheres contribuem enormemente para o desenvolvimento sustentável, especialmente por fazerem uso, principalmente, do carvão vegetal, que é renovável, o que não acontece com os combustíveis fósseis como o gás de cozinha, por exemplo.

Ao inquirir sobre se elas enfrentam algum problema com os catadores que produzem carvão para as siderúrgicas, foi observado que a grande maioria delas disseram que não, no entanto, algumas mencionaram que notaram a diminuição na quantidade de coco devido aos mencionados catadores cortarem os cachos ainda verdes. Porém, a diminuição na quantidade de cocos, também se relaciona com a derrubada de palmeiras e o envenenamento das pindovas. Assim, essa prática está presente em todos os locais visitados, especialmente nas proximidades de Vila São José.

Ainda foi verificado que todas as entrevistadas fazem uso de outras partes das palmeiras, como a palha para fazer côfo⁸, abano e esteiras. Usam também, o tronco apodrecido das palmeiras, especialmente para adubar os canteiros onde produzem vegetais que servem como complemento ou condimento alimentar.

Quanto a identificação do território das mulheres quebradeiras de coco babaçu residentes no município de São Domingos do Araguaia, de acordo com Oliveira (2013), uma das dirigentes do MIQCB local, durante a realização do Primeiro Seminário Internacional sobre a Gestão Sustentável da Palmeira Babaçu, ocorrido na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá e organizado pelo IRD – *Institut de Recherche pour le Développement*, relata que são todas as localidades do município que existam quebradeiras, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Para essa dirigente, embora as quebradeiras estejam espalhadas pelas roças, fazendas, assentamentos (PA – projetos de assentamentos- figura 8), vilas, margens das estradas, beiras dos rios e na sede do município, a grande maioria se declara quebradeira mais não fazem parte do MIQCB.

Desse modo, Souza (2012) ainda analisa o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará, através de uma pesquisa de campo em que as entrevistadas foram as próprias quebradeiras e os dirigentes do MIQCB. Assim, observou-se que o MIQCB possui sede

⁸ Cesto trançado com palhas da palmeira do babaçu que é utilizado pelas quebradeiras para coletar o coco.

própria que se localiza em Vila São José (cerca de sete quilômetros da sede municipal – figura 9) e 38 mulheres se vinculam a sub-sede do estado do Pará. As quebradeiras do município que se vinculam a esse movimento são dez e vivem em localidades como Vila Açaizal, Vila São José, Vila São Benedito, Vila Santana e sede municipal. Na casa que sedia esse movimento, pode-se notar energia elétrica, água encanada e uma máquina forrageira de pequeno porte para triturar as amêndoas após o processo de cozimento. Além disso, ao lado da sede existe uma pequena barraca utilizada pelas quebradeiras para a quebra do coco. Foi observado também que algumas delas produzem o carvão da casca do coco babaçu, ao lado da sede do MIQCB, onde elas cavam um pequeno buraco no chão e encaixam o latão no qual serão depositadas as cascas de coco.

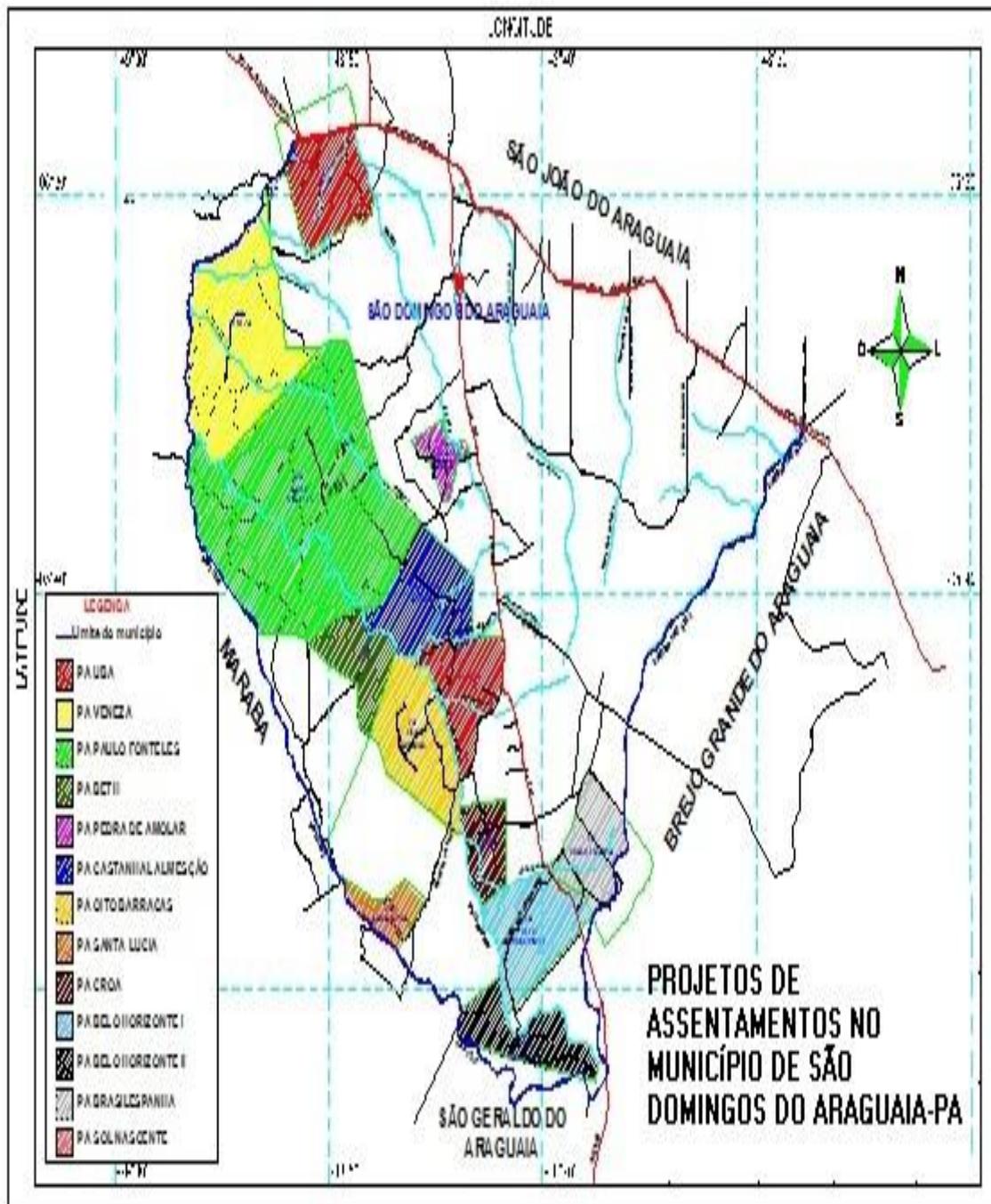


Figura 8 – Projetos de assentamentos no município de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: adaptado de Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará.

No entanto, algumas quebradeiras preferem coletar e quebrar o coco babaçu de forma individualizada, apesar de fazer parte do movimento. É o caso de Dona Maria Helena de Vila São José, que o marido faz a coleta e os dois quebram o coco na própria residência. Lá eles também produzem o carvão das cascas do coco quebrado, além do azeite e a “massa” (mesocarpo) para produzir bolo e mingau.



Figura 9 - Sede do MIQCB em Vila São José, distrito de São Domingos do Araguaia-PA.
Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Nessas condições, foi verificado que as associadas produzem principalmente o azeite (óleo extraído das amêndoas do coco babaçu que é utilizado como condimento alimentar ou na produção de sabão artesanal), que algumas delas repassam para o MIQCB por R\$ 7,00 (sete reais) que o revende a R\$ 8,00 (oito reais). Segundo uma das dirigentes do movimento, Cledeneuza Maria Bezerra Oliveira, o lucro serve para a manutenção da sede e da forrageira, que na percepção dela, já conta com mais de cinco anos de uso.

4.3 CIDADANIA DAS QUEBRADEIRAS, AÇÃO E PERCEPÇÃO DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO DAS QUEBRADEIRAS

4.3.1 Cidadania das quebradeiras

Entende-se que as mulheres quebradeiras de coco buscam também uma maior participação, principalmente aquela que Steinbrenner; Hurtienne e Pokorny (2007) preconizam. Para eles, recentemente surgiu à noção de participação cidadã ou participação plena, que é vista como um processo capaz de promover a geração de uma nova dinâmica de organização social, promovendo a ação interventora da população nas políticas públicas. Esses autores ainda pregam que, a participação em processos de tomada de decisão que envolve a geração de bem comum insinua conscientização e aprendizagem, especialmente quando for fator transformador da realidade social.

Visto sob essas condições, Almeida (1995) corrobora afirmando que os vínculos entre as participantes desse grupo de extrativistas mais se consolidam, especialmente

devido ao cercamento dos babaçuais, pois a entrada nas pastagens artificiais pode trazer a possibilidade do confronto direto com os pecuaristas e seus prepostos⁹. O ato de produzir, nesse quadro adverso, estimula a criação de laços solidários e apanha uma dimensão político-organizativa. A representação vai sendo erigida a partir de uma relação de credibilidade mútua reafirmada cotidianamente nos riscos que passam a demandar a quebra do coco. Desse modo, os babaçuais são transformados em domínios de disputa.

Dessa maneira, Almeida (1995) entende que a limitação dos direitos da coleta tem vínculo direto com o processo de concentração fundiária nas regiões dos babaçuais. Para ele, o acesso aos babaçuais, nesses quarenta anos, foi sendo mais e mais limitado ou eles foram desmatados sendo substituídos por pastagens artificiais. Por isso, na memória camponesa, o “coco era liberto¹⁰” e, neste quadro em que lhe é cercado o direito de coleta, não lhes sendo permitido o livre acesso às terras públicas e privadas onde ocorre os babaçuais, as quebradeiras o representam através da imagem do “coco preso”.

Completando esse raciocínio, Barbosa (2007), afirma que além do corte das palmeiras e da queima dos cocais, se tornaram muito comuns às práticas de envenenamento das pindovas através do uso de agrotóxicos¹¹ (figura 10). Embora a entrada dos extrativistas nas áreas dos babaçuais não seja impedida pelas cercas elétricas, nos discursos das quebradeiras, propriedades com cercas elétricas aparecem como intimidação ao trabalho extrativista e como mais uma tática de fazendeiros/grileiros para restringir a entrada de trabalhadores(as) que extraem o coco babaçu. No entendimento dessa autora, ainda são recorrentes práticas como ameaças a

⁹ De acordo com Rêgo e Andrade (2006), a brusca redução do estoque de terras disponibilizada para a agricultura camponesa e para o extrativismo proporcionou o surgimento, além do confronto direto com vaqueiros, capangas, milícias privadas a serviço daqueles proprietários e policiais, outras formas de relações econômicas, afora as situações conflitantes durante as práticas extrativistas.

¹⁰ Esse termo também é entendido como “babaçu livre” e, Shiraishi Neto (2005) o compreende como o direito ao livre acesso e uso comum das palmeiras, o que de fato se traduz no modo como as mulheres quebradeiras tradicionalmente se apropriam do recurso natural, que é tido como de uso livre e comum.

¹¹ No município em questão se tornou muito comum envenenar as pindovas com uma mistura de GLIZ 480 SL e óleo diesel, sendo que o primeiro é da classe dos herbicidas e do grupo químico Glicina; a sua composição é à base de Glifosato {sal de isopropilamina de N-(fosfonometil) glicina; CAS 38641-94-0} = 480 g/L. Para mais informação visitar *Dow Agrosiences* no sítio http://af.com.uy/sitio/pdf/p46_seguridad.pdf.

integridade moral e física das quebradeiras, sistemas de quebra de meia e sistema de barracões¹².



Figura 10 - Pindovas envenenadas em São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Também foi verificado que a queima do coco inteiro, para a fabricação de carvão, tem se tornado um problema para as mulheres quebradeiras. Isso ocorre porque as empresas siderúrgicas têm produzido utilizando carvão do coco babaçu que é comprado das mãos de proprietários ou diretamente da mão de trabalhadores(as) assalariados(as). Fazendeiros contratam trabalhadores(as) para o serviço de cata do coco babaçu, em sistema de semiescravidão, pagando-os(as) por coco coletado. Essa prática, além de ameaçar o próprio critério mobilizatório das quebradeiras, acaba por se tornar cada vez mais comum. Desse modo, para além de um conflito de natureza socioeconômica, essa realidade coloca em evidência também um conflito de gênero, uma vez que a maioria das pessoas envolvidas na cata do coco ser do sexo masculino. Nota-se um embate que não ocorre tão somente entre quebradeiras de coco e

¹² No sistema de quebra de meia, Shiraishi Neto (2005), fala que as mulheres são obrigadas ao pagamento de uma renda formada por meio das amêndoas, que são transformadas em moeda de troca. Esse autor nos revela que as quebradeiras só terão acesso as palmeiras, se houver a garantia de se entregar como pagamento, metade ou mais da produção ao fazendeiro, que controla o recurso. No caso do sistema de barracões, as quebradeiras trabalham de maneira similar ao sistema de aviamento, recebendo principalmente gêneros alimentícios e ferramentas de trabalho em troca das amêndoas do coco babaçu que elas quebram. O autor citado anteriormente entende que essa é outra forma de sujeição, pois acontece a venda ou a troca de toda a produção por mercadorias. Nesse caso as quebradeiras se subordinam até mesmo ao dono da terra.

fazendeiros/grileiros, mas também entre as primeiras e os chamados catadores de coco¹³.

Assim, foi verificado que as mulheres quebradeiras não exercem os direitos básicos de sobrevivência na sua plenitude, pois às vezes são impedidas de extrair o coco babaçu em terras públicas e particulares. Deste modo, suas cidadanias são afetadas, porém, para lutarem por seus direitos fundamentais essas mulheres se organizam em movimentos como o MIQCB.

Sob essas condições, foi observado que além dos proprietários de terras não permitirem que as mulheres quebradeiras de coco babaçu tenham acesso aos babaçuais¹⁴, desmatam sem licença ambiental para isso. Assim, esses proprietários estão desrespeitando um dos princípios fundamentais do Direito Ambiental, que é o “Princípio da função socioambiental da propriedade”. Segundo Leite e Pilati (2011), esse princípio é contemplado pelo ordenamento jurídico brasileiro no Art. 1.228, parágrafo único, do Código Civil, uma vez que:

“O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas (p. 23)”.

Assim, pode-se concluir que aqueles que provocam danos ambientais¹⁵ devem ser responsabilizados. Ao falarem de responsabilidade civil ambiental, tem-se que entender a responsabilidade civil como a obrigação de reparar danos acarretados a pessoas, ao patrimônio, ou a interesses coletivos ou transindividuais, sejam eles difusos ou coletivos *stricto sensu*.

¹³ Na concepção de Barbosa (2007), as quebradeiras de coco diferenciam coletar o coco de catar o coco. Para elas, a coleta do babaçu é a prática de juntar o coco que já se desprendeu dos cachos da palmeira ou mesmo derrubar o coco que já está maduro para quebra-lo. A ação dos “catadores de coco” é inversa a das quebradeiras, pois os primeiros atuam cortando o cacho inteiro das palmeiras, tirando o coco ainda verde e destinando-os a empregadores de indústrias de ferro-gusa.

¹⁴ De acordo com Shiraishi Neto (2005), devido à importância desse recurso na reprodução das famílias das quebradeiras de coco, não importa o local onde as palmeiras situam-se, se em área de domínio privado ou público, como o nosso ordenamento jurídico tem classificado, a despeito de haver sinalização de que essa forma, datada e periodizada, se encontra falida frente a situações reais. Isso quer dizer que o uso suplanta o domínio, sem, contudo, diminuir a importância do domínio da terra para a reprodução social.

¹⁵ Para Lyra (1997), dano ambiental é entendido como, toda e qualquer maneira de degradação que afete o equilíbrio do meio ambiente, tanto físico quanto estético, inclusive, a ponto de causar, independentemente de qualquer padrão pré-estabelecido, mal-estar à comunidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os direitos das mulheres quebradeiras deveriam ser mais bem balizados e respeitados, pois, nem sempre são levados em conta os seus costumes e tradições quando se trata do uso do solo ou de seus recursos. No entendimento de Shiraishi Neto (2005), a concepção de que a palmeira do babaçu é mais importante que a terra em si mesma, traz no seu bojo uma “prática social” que tem relação com o uso do recurso, que se realiza de forma comum a todas as famílias, ou seja, não há proprietário dessas ou daquela árvore; as palmeiras são utilizadas de forma comum. Além do mais, o seu uso se relaciona com a capacidade de trabalho e necessidade de cada família frente ao recurso. Dessa forma, o direito deriva das “práticas sociais” e, por isso mesmo, a regra de maior importância é aquela que diz respeito à garantia do recurso para a reprodução social e física das quebradeiras de coco e de seus familiares. Dessa maneira, o direito ao livre acesso e uso comum das palmeiras de babaçu se torna um direito que garante a própria existência.

4.4 AÇÃO E PERCEPÇÃO DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO DAS QUEBRADEIRAS LOCAIS

Silva (2011) afirma que a atuação do Estado sobre o território é uma relação muitas vezes interpretada de forma difusa, em que ora tem-se um Estado hipossuficiente, controlador de todos os espaços, ora tem-se um Estado espectador, apático, submetido aos interesses de uma minoria.

É por meio da lei que o Estado se faz presente em todos os campos sociais e estabelece, no imaginário das pessoas, o binômio Lei-Terror. Porém, ao analisar Poulantzas (1991), Silva (2011) afirma que os elementos que sempre estiveram presentes na constituição do poder, são a lei e a regra. Além do mais, a falsa ideia de oposição entre lei e terror só colabora para aumentar o poder do Estado, que nas sociedades contemporâneas detém única e exclusivamente o monopólio da violência.

Assim, Silva (2011) ao corroborar com Souza (2006), faz uma análise sobre as metrópoles na atualidade, chega à conclusão de que se tem feito muita política e pouca prática no que se refere às ações sobre o território nacional. Pois, devido à falta no discurso político da compreensão do território, ocorre a ausência de política territorial no país. O conjunto de ações, expresso em políticas setoriais, por intermédio de vários ministérios, procura atender mais aos interesses hegemônicos do que aos excluídos,

porque o planejamento nacional não incorpora a visão territorial. Sendo que, a política territorial deve satisfazer a quem usa o território, portanto a todos.

Para Poulantzas (1991), corroborando com Silva (2011), o território tende a alterar-se de acordo com os modos de produção e, sob o capitalismo moderno, passa a ser fundamentalmente político na medida em que o Estado tende a monopolizar os procedimentos de organização do espaço e usar esses mesmos procedimentos como objeto de dominação e coerção sobre a população que se acha sob sua jurisdição.

Nesse cenário, Santos e Silveira (2001) entendem que na atualidade, que é um período de globalização, quando existe uma grande empresa global em um dado espaço local, essa presença incorre sobre toda a política de infraestrutura e econômica desse espaço, pois a presença e a influência dessa empresa dará a direção onde serão aplicadas as verbas públicas. Assim, as empresas escolhem os pontos que consideram mais logísticos para seus desenvolvimentos e suas lucratividades, resultando no que os autores chamam de “espaços luminosos” (os locais melhores) e “espaços opacos” (o resto), mesmo que o melhor para uns não o seja para outros.

Dessa forma, esses autores entendem que para conseguirem atingir seus objetivos, tais empresas fazem pressão sobre o governo local em busca de benefícios com a clara intenção de tornar esses espaços “corporativos”. Assim, o processo de produção do espaço corporativo se fortalece, na medida em que as corporações encorajam, segundo várias formas de convicção, a construção dos sistemas de engenharia de que necessitam, e quando os governos decidem realizar tais obras.

Para Silva (2011), um dos modos de resistir a essa situação seria seguir a solução apontada por Santos e Silveira (2001), que indica o reconhecimento da importância do mercado interno¹⁶ como uma forma de diminuir as desigualdades sociais, onde os governantes dos países pobres teriam o papel de reavaliar as políticas de exportação, já que estas tem se mostrado agravadoras da desigualdade social e não o contrário.

¹⁶ No entanto, não se podem deixar as forças de mercados atuarem por si só, pois a participação do Estado é muito importante nesse processo. Sobre as forças de mercado, Lenzi (2006), discorre sobre elas afirmando que quando a maioria das decisões tomadas por consumidores e firmas individuais acontece em contextos em que ninguém em particular determina as consequências coletivas, predominam as forças de mercado. Desse modo, as forças de mercado se concretizam a partir de milhões de determinações tomadas por indivíduos ou firmas que se encontram separados uns dos outros. Então, no sistema de mercado capitalista, a alocação de recursos (entendidos como energia, matéria-prima, força de trabalho, lixo) tem a tendência de ser decidida, não por uma agência central (o Estado), mas por deliberações de agentes individuais (consumidores/produtores) que agem no mercado.

De acordo com Santos e Silveira (2001), em tempos de globalização, o uso do território tende a ser definido pelas grandes empresas “globais”, o que reflete na preferência de vários governos de se privilegiar o setor exportador em detrimento do mercado interno. A recessão, o desemprego e o empobrecimento das populações, resultam do abandono das preocupações com o mercado interno, pois, essa parece ser (para os vários governos) a única opção para uma participação no mercado dito global.

Para Silva (2011), num dado território é que passa toda a ação de uma sociedade, sendo que, habitado pelo homem, esse é um lugar que não foge de ações políticas. Para esse autor, o Estado, na concepção gramsciana¹⁷ do termo, ainda desempenha um papel central no uso do território, seja na interferência direta, através de um programa urbanístico, seja na formulação de políticas errôneas ou mesmo equivocadas e imprudentes.

Silva (2011) ainda completa dizendo que o Estado se omite, principalmente quando não é o agente de transformação direta sobre o território – aqui considerado no seu sentido mais amplo – o que também significa uma ação, pois essa omissão está a serviço de um grupo específico, podendo ser econômico ou político. Assim sendo, para a compreensão dos usos que são feitos do território, deve-se levar em conta o papel desempenhado pelo Estado e as relações de poder presentes nessa instituição, pois essa é condição *sine qua non* para que não continuemos a assistir políticas que em nada se identificam com o ideal de *res publica* que deveria guiá-las.

Neste contexto, observa-se que a ação e percepção do Estado sobre o território do MIQCB se dá em três níveis: federal, estadual e municipal. Assim, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA – elaborou uma proposta para a redução da desigualdade social no meio rural brasileiro, que se chama “Territórios da Cidadania” e abrangeu o território das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Pará. Essa ação é articulada e compartilhada entre os três níveis, segundo Quast (2011).

¹⁷ Para Simionatto (1997), uma das preocupações constantes no pensamento gramsciano, o estudo sobre a complexidade das relações Estado/sociedade próprias do capitalismo desenvolvido, também se apresenta hoje como eixo fundamental para pensar as transformações do capitalismo contemporâneo, as novas formas de expressão do Estado, da sociedade civil e, conseqüentemente, os processos de construção da hegemonia neste cenário histórico.

De acordo com Quast (2011), a origem do Programa Territórios da Cidadania, remonta a 2003, momento em que o Governo Federal deu origem a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) que, no interior de suas ações implementou o Programa “Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais” (PRONAT). Neste contexto, os “Territórios Rurais” foram demarcados a partir de uma identidade político cultural e de suas referências históricas. Assim, definiu-se, naquele momento pela delimitação geográfica de 164 “Territórios Rurais” a serem contemplados pelo PRONAT. Depois, já em 2008, a partir da criação do “Territórios da Cidadania” (TC) foram incorporados – inicialmente – 60 destes 164 Territórios. Foi a partir do ano de 2008 que o Governo Federal definiu como foco de sua agenda social as áreas rurais com maior concentração de pobreza rural e baixo dinamismo econômico, instituindo assim, um Programa especial denominado “Territórios da Cidadania”.

A SDT/MDA (2008) entende que o Programa de Territórios da Cidadania é parte do esforço conjunto do Governo Federal para dar prioridade a suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para assegurar o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub-regionais que aumentem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões.

Para a SDT/MDA (2008), trata-se de um programa de apoio e estímulos a processos de desenvolvimento organizados territorialmente com certo grau de endogenia, descentralizados e sustentáveis, articulados a redes de apoio e cooperação solidária que, pouco a pouco, passam integrar populações e territórios do interior do Brasil aos processos de crescimento e desenvolvimento em curso.

De acordo com essa secretaria, a concepção da estratégia de desenvolvimento rural sustentável com enfoque no território, tendo como referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas é oriunda principalmente, da necessidade de se adotarem concepções inovadoras para encarar problemas que, a despeito dos avanços conseguidos, continuam atingindo fortemente algumas regiões e grupos sociais. Especificamente diz respeito ao combate à pobreza e à exclusão social, à

degradação ambiental e às desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro.

Na concepção da SDT/MDA (2008), a estratégia do enfoque territorial busca promover a articulação e a gestão, descentralizada e participativa, de ações para alcançar o desenvolvimento social e sustentável das populações que vivem em territórios rurais de todo o país. O objetivo dessa estratégia é apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de autogestão dos processos de promoção do desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos agricultores(as) familiares e dos(as) trabalhadores(as) rurais protagonizem as iniciativas.

A SDT/MDA (2008) entende que se trata de uma ação de Estado dirigida para regiões rurais nas quais se constroem, historicamente, relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas. Portanto, para que este processo ganhe força e densidade, foram e estão sendo criados mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação dos atores e atrizes dos territórios para que possam discutir e deliberar publicamente acerca de políticas, programas e projetos que afetem diretamente suas vidas.

A SDT/MDA (2008) ainda relata que, na atualidade, está apoiando diretamente 120 territórios rurais (figura 11) que compreendem 1.833 municípios com população média inferior a 50 mil habitantes e densidade populacional média menor que 80 habitantes por quilômetro quadrado. Nesses municípios vivem 37,4 milhões de brasileiros(a), abrangendo 32% da superfície nacional. Nesses territórios encontram-se 42% da demanda social do Ministério do Desenvolvimento Agrário, constituída por agricultores(as) familiares, assentados(as) pela reforma agrária, trabalhadores(as) rurais que buscam acesso à terra, além de outros segmentos de populações tradicionais que habitam os espaços rurais.

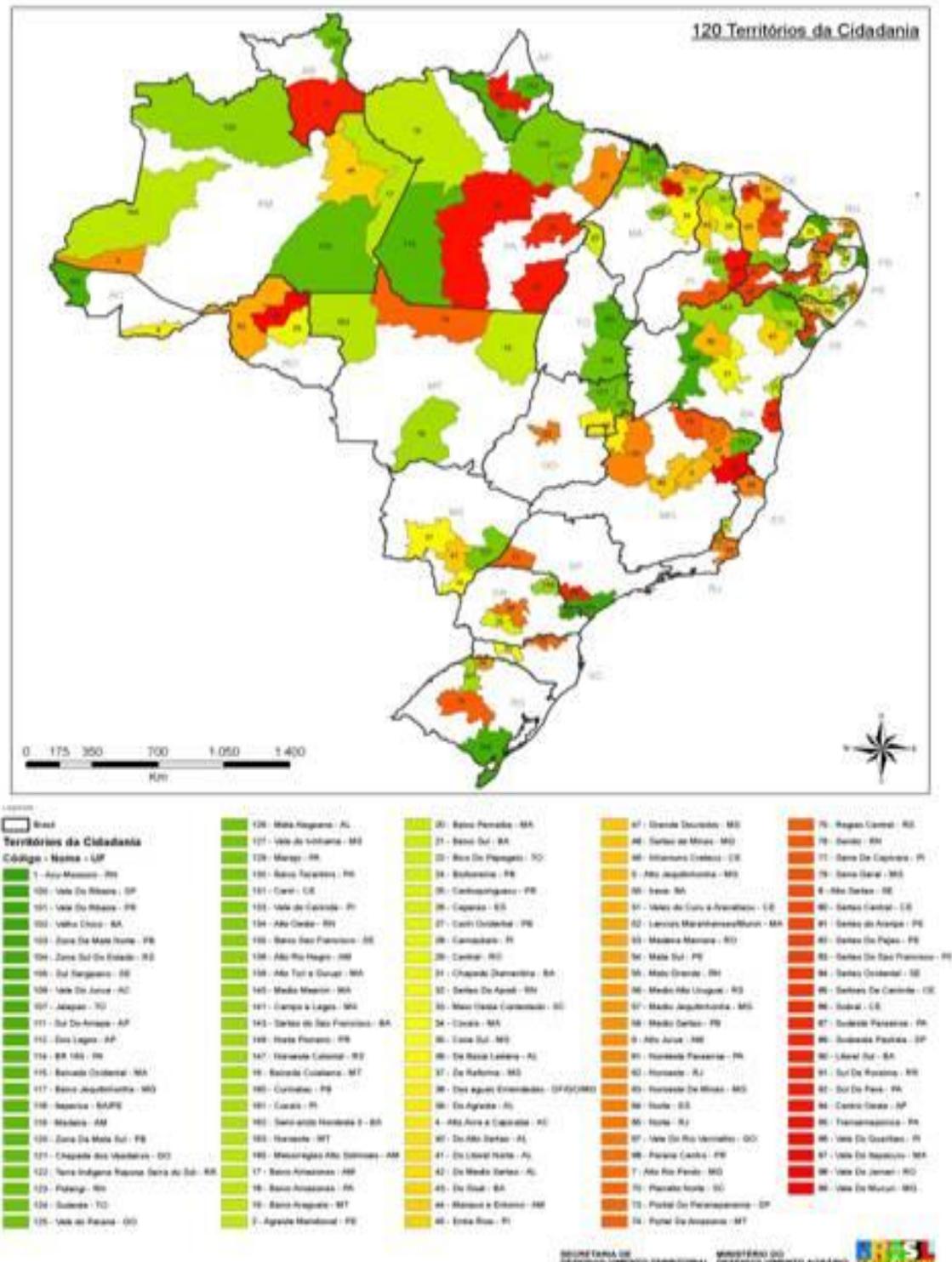


Figura 11: Disposição dos “Territórios da Cidadania” no Brasil.
 Fonte: adaptado de Quast (2011).

Desse modo, os objetivos do programa se referem a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial com integração de políticas públicas a partir do planejamento territorial; ampliação dos mecanismos de participação social na

gestão das políticas públicas; ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; e inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas (SDT/MDA, 2008).

Para alcançar esses objetivos, a SDT/MDA (2008) relata que o Programa Territórios da Cidadania têm duas linhas de ações, sendo que a primeira se refere ao apoio à atividade produtiva e, a segunda, se relaciona a direitos e fortalecimento institucional.

No que tange a linha de ação apoio à atividade produtiva, a SDT/MDA (2008) afirma que ela é focada na oferta de políticas públicas destinadas à geração de renda e inclusão social em atividades produtivas, considerando as vocações e potencialidades do território e a preservação do meio ambiente e a promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, a partir das discussões produzidas com participação social nos planos de desenvolvimento territoriais, plano safra e outros planos coordenados pelo colegiado territorial¹⁸.

De acordo com essa secretaria, são eixos estruturantes da atuação visando ao apoio das atividades produtivas, aquelas relacionadas, principalmente, a assistência técnica; acesso ao crédito rural e seguros; organização econômica; agregação de valor e comercialização; infraestrutura produtiva; e reforma agrária e acesso à terra.

No que refere-se a linha de ação acesso a direitos e fortalecimento institucional, a SDT/MDA (2008) relata que esta reúne um conjunto de políticas públicas essenciais para assegurar a condição básica de cidadania às populações do meio rural e proporcionar sua participação na gestão social do desenvolvimento, por meio do uso de instrumentos de planejamento territorial, garantindo maior transparência, controle social, foco, eficácia na utilização dos recursos e apoio ao fortalecimento de entidades públicas e civis, tais como: documentação civil e trabalhista; fortalecimento institucional; segurança alimentar e nutricional; saúde; educação e cultura; organização social; e infraestrutura (habitação, estradas de acesso, energia e saneamento).

¹⁸ Para a SDT/MDA (2008), os colegiados territoriais são instâncias já existentes ou a serem constituídas com integração ou articulação entre esses e outras instâncias colegiadas municipais ou intermunicipais (CONSAD's, Comitês de Bacias, Comitês Municipais de Saúde, entre outros).

Assim, segundo a SDT/MDA (2009), dos 120 Territórios da Cidadania que foram instituídos, 27 se localizam na região Norte, sendo que oito deles estão no estado do Pará. Os Territórios da Cidadania localizados neste estado são: Baixo Amazonas; Baixo Tocantins; Marajó; Nordeste Paraense; Sudeste Paraense; Sul do Pará/Alto Xingu; e Transamazônica.

4.4.1 Sudeste Paraense

De acordo com o Portal da Cidadania ligado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial que é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA, o território Sudeste Paraense compreende uma área de 54.469,20 km² e é formado por 14 municípios: Bom Jesus do Tocantins, Eldorado dos Carajás, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia. A população total do território é de 634.707 habitantes, dos quais 179.680 vivem na área rural, o que corresponde a 28,31% do total. Possui 14.647 agricultores familiares, 26.146 famílias assentadas e 5 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,69. (Disponível em: http://territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sudesteparaensepa/one-community?page_num=0).

Para a SDT/MDA (2013), através da matriz de ações 2013 para o Sudeste Paraense, constavam 25 ações a serem desenvolvidas, sendo elas: apoio à formação profissional e tecnológica – Pronatec Campo; computador interativo; laboratório de informática para as escolas do campo; ProInfância; programa laptop educacional para as escolas no campo; programa mais educação no campo; funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira; incentivo financeiro aos entes federados em vigilância em saúde; piso de atenção básica fixo; ampliação e manutenção de conexão à internet para inclusão digital; apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais; apoio ao planejamento e à gestão social com perspectiva de gênero no desenvolvimento territorial rural; apoio à elaboração e gestão social dos planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS; aquisição de alimentos da agricultura familiar – PAA; aquisição de máquinas e equipamentos para municípios com até 50.000 habitantes; assistência técnica especializada para mulheres rurais; assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária; capacitação de agentes de

desenvolvimento; concessão de crédito-instalação às famílias de assentados; disponibilização de insumos para a agricultura familiar; documentação da trabalhadora rural; implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento; organização produtiva de trabalhadoras rurais; aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar – Plano Brasil sem Miséria; proteção social para criança e adolescente identificadas em situação de trabalho infantil – Plano Brasil sem Miséria.

4.4.2 Município de São Domingos do Araguaia-PA

O Estado em seu nível municipal, no contexto do território do MIQCB local, se faz presente principalmente por meio de leis, em especial a Lei municipal n.º 934/2004 de 30 de novembro de 2004, sendo que tal dispositivo jurídico dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências (anexo B). Nesse dispositivo legal, em seu artigo 1.º, pode-se fazer a seguinte leitura:

As palmeiras de coco babaçu nativas, existentes no Município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, são de uso comum das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias, em face da relevância ambiental e social, que as exploram em regime de economia familiar e comunitária, ficando garantido o acesso destas ao coco babaçu que deve ser efetivado conforme entendimento entre as quebradeiras de coco e fazendeiros.

Assim, entende-se que somente serão retirados os cocos babaçu que se encontrarem no chão, ficando proibida a quebra de coco ou abertura de buracos (usados para produção de carvão) nas propriedades alheias. Esse parágrafo ainda proíbe a retirada de quaisquer outros frutos, sementes, mudas, flores e demais objetos da propriedade.

Nesses termos, observa-se que o seu artigo 2.º proíbe a realização de qualquer ato que venha provocar danos diretos ou indiretos às palmeiras nativas de babaçu jovens e adultas, tais como a derrubada, o corte de cachos, a queimada sem controle, o uso de agrotóxico e defensivo agrícola e outros.

O artigo 3.º trata da permissão para o raleamento, assim, mostra que pode ocorrer, desde que mantenha a densidade de no mínimo 60 palmeiras adultas e 60 palmeiras jovens (capoteiras ou pindovas) em cada hectare desmatado, preferencialmente as palmeiras nativas improdutivas. Para que o raleamento aconteça é necessário que se faça a comunicação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com

no mínimo quinze dias de antecedência, sendo que o trabalho deve ser acompanhado por representantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura, além de representantes das entidades representativas da classe dos trabalhadores rurais do município e das quebradeiras de coco babaçu.

No artigo 4.º se nota a proibição da venda em massa do coco inteiro, salvo aqueles cocos que não tiveram utilização para extração de amêndoas ou outro produto decorrente destes. As sanções relativas às infrações pelo não cumprimento desta Lei (artigo 5.º) passam de advertência à multa, que pode variar de 1 a 10 salários mínimos, conforme a gravidade do dano causado, podendo ser dobrada caso o infrator seja reincidente. Esse instrumento jurídico ainda assegura as entidades representativas dos trabalhadores rurais e das quebradeiras de coco babaçu, o direito ao acesso as informações sobre as aplicações de multas e advertências (artigo 6.º).

Nesse contexto, as mulheres quebradeiras de coco babaçu do município de São Domingos do Araguaia, Pará, se articularam coletivamente em “unidades de mobilização”, que é entendido como um conjunto de movimentos distintos e locais, que, estrategicamente, se reúnem para pressionar o Estado na busca de soluções para suas demandas (ALMEIDA, 1994), e provocaram uma intervenção nas políticas públicas locais através de pressões junto aos governantes que acabaram por aprovar uma lei municipal que objetiva a proteção dos babaçuais e, por consequência, protege também os costumes, a cultura e a identidade delas. Desse jeito, a percepção que o Estado perpetra sobre o mencionado território, se faz notar principalmente pela implementação de projetos de “desenvolvimento” e de leis.

Portanto, a percepção do Estado em seu nível municipal sobre o território das quebradeiras de coco babaçu do município de São Domingos do Araguaia, se assemelha com a concepção de território de Gottman (1952) que Haesbaert (2010) diz que marcou o debate na Geografia Política. Percebe-se, no diálogo entre esses dois autores, que houve uma ampliação do conceito de território que, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, vai muito além do Estado nação, espraiando-se para o conjunto de terras agrupadas em uma unidade dependente de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime. Trata-se de um compartimento do espaço politicamente distinto e uma entidade jurídica, administrativa e política. Assim, sua característica fundamental permanece sendo o caráter político-administrativo do território.

4.5 AÇÃO E PERCEPÇÃO DAS QUEBRadeiras EM SEUS TERRITÓRIOS

Foi verificado que no momento da coleta dos cocos babaçus, 61,11% das quebradeiras usam saco de fibra, 5,55% disseram usar o côfo e 33,33% relataram usar saco em um momento e côfo em outro (quadro 1). Para 88,88% dessas quebradeiras a coleta ocorre em terras de terceiros, inclusive as duas quebradeiras residentes nos bairros Liberdade e Novo Planalto que fazem a coleta nas proximidades de suas residências (figura 12), e, somente 11,11% coletam em terra própria. Quanto às distâncias entre as residências das quebradeiras e os locais de coletas, 5,55% disseram coletarem a menos de cem metros, 55,55% relataram que percorrem até quinhentos metros na busca dos cocos, 11,11% contaram percorrer uma distância que chega a mil metros, e 27,77% relataram andar mais que mil metros.

| Objetos usados na coleta | (%) | Local de coleta | (%) | Distância média entre a residência e o local de coleta | (%) | Necessidade de autorização para a coleta | (%) | Com quem faz a coleta | (%) |
|--------------------------|-------|---------------------|-------|--|-------|--|-------|-------------------------|-------|
| Só o saco | 61,11 | Terras de terceiros | 88,88 | Até 100 metros | 5,55 | Sim | 22,22 | Sozinha | 27,77 |
| Só o côfo | 5,55 | Terra própria | 11,11 | Até 500 metros | 55,55 | Não | 72,22 | Com familiar | 22,22 |
| Saco e côfo | 33,33 | ----- | ----- | Até 1000 metros | 11,11 | Sim em umas propriedades e não em outras | 5,55 | Com outras quebradeiras | 22,22 |
| ----- | ----- | ----- | ----- | Acima de 1000 metros | 27,77 | ----- | ----- | Com outros coletores | 5,55 |

Quadro 1 – Dados relativos à coleta do coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA.
Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Ao questionar se as quebradeiras necessitavam ou não de autorização para coletar o coco babaçu em terras de terceiros, 22,22% afirmaram que sim, que necessitam de autorização, 72,22% falaram que não, e, apenas 5,55% disseram que em algumas propriedades se necessita de tal autorização e em outras não. Houve até relato

de uma quebradeira em Vila Açaizal que afirmou que um dos fazendeiros eletrificou suas cercas para impedir a entrada delas.

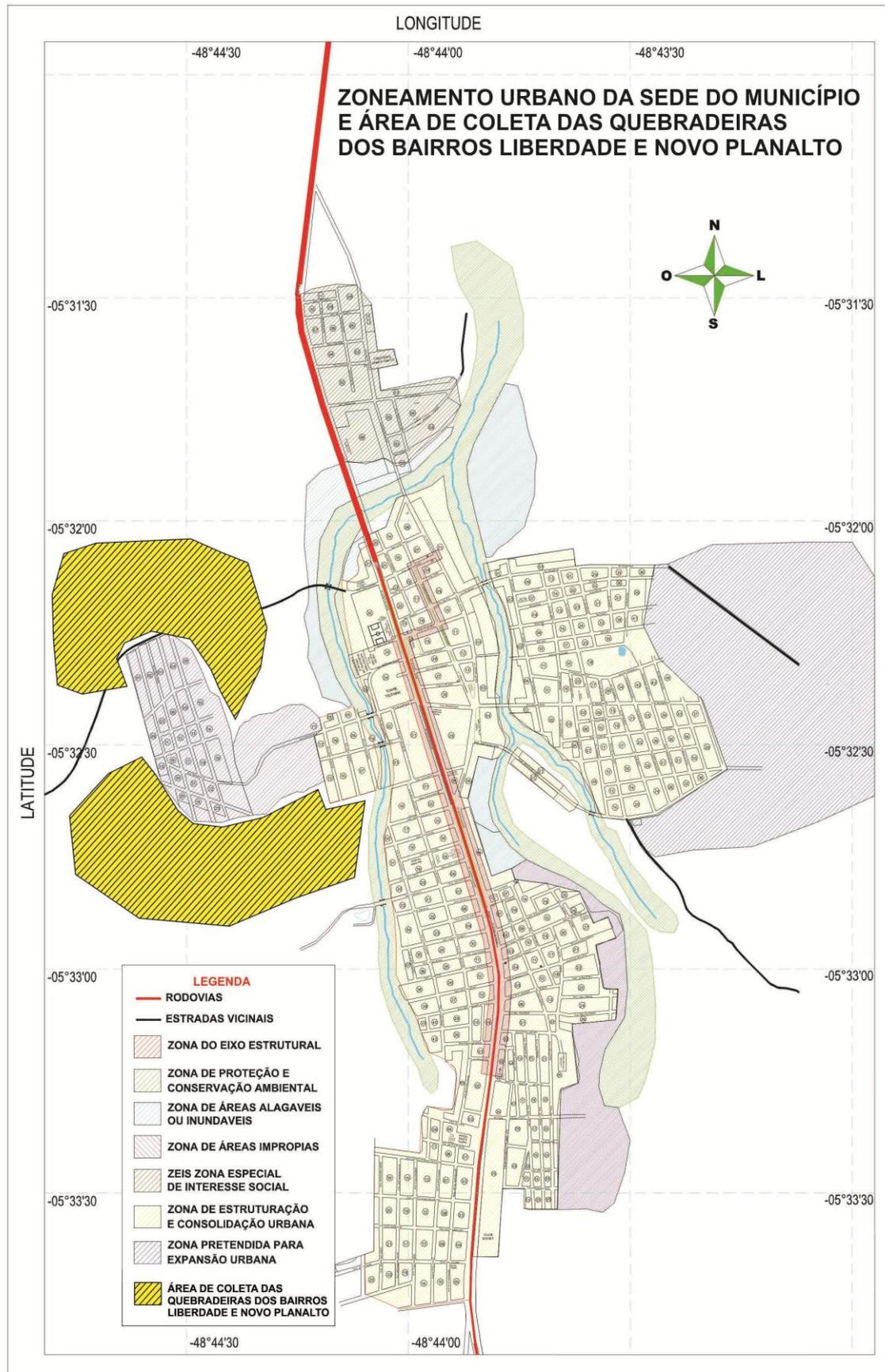


Figura 12 – Zoneamento urbano da sede do município e área de coleta das quebradeiras dos bairros Liberdade e Novo Planalto.

Fonte: adaptado de Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia, Pará.

Buscou-se também verificar com quem as quebradeiras realizavam a coleta, assim se verificou que 27,77% coletam sozinhas, 44,44% coletam com familiares, 22,22% coletam com outras quebradeiras, e, apenas 5,55% coletam com terceiros (coletor autônomo e produtor de carvão). Quanto ao transporte dos cocos do local da coleta até o local da quebra, algumas quebradeiras alegaram usar mais de um tipo, sendo que, 11,11% relataram usar animais, 77,77% falaram que transportam os cocos nas costas ou na cabeça, 11,11% disseram que também usam bicicletas, 33,33% falaram que usam carrinho de mão, 16,66% falaram usar carro ou trator (essas compram os cocos de terceiros e esses entregam em suas residências – quadro 2). Para realizar a quebra dos cocos, 100% das quebradeiras disseram que usam o machado e o cacete, 16,66% falaram fazer uso também da cunha (ferramenta artesanal – figura 13).

| Meio de transporte dos cocos até o local da quebra* | (%) | Ferramentas utilizadas na quebra* | (%) | Local da quebra | (%) | Com quem faz a quebra* | (%) |
|---|-------|-----------------------------------|-------|----------------------|-------|-------------------------------|-------|
| Lombo de animais | 11,11 | Machado e cacete | 100 | No local da coleta | 5,55 | Sozinha | 61,11 |
| Nas costas ou na cabeça | 77,77 | Além do machado, cunha e cacete | 16,66 | Em casa | 77,77 | Com familiar | 11,11 |
| Carro de mão | 33,33 | ----- | ----- | No barracão do MIQCB | 16,66 | Com outras quebradeiras | 33,33 |
| Bicicleta | 11,11 | ----- | ----- | ----- | ----- | Paga para terceiros quebrarem | 33,33 |
| Carro ou trator | 16,66 | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- |

Quadro 2 – Dados relativos à quebra do coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

* Nesse caso as quebradeiras relataram mais de uma opção.



Figura 13 – Ferramenta utilizada na quebra do coco conhecida como “cunha”.
Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Em relação ao local da quebra dos cocos, 77,77% quebram em casa, 16,66% usam o barracão do MIQCB (figura 14), e somente 5,55% disseram quebrar no local da coleta. Souza (2012) verificou que a maioria das quebradeiras realizam a coleta em terras de terceiros, embora seja nos arredores de suas casas. No entanto, somente a coleta pode ser feita em terras de fazendeiros vizinhos, pois os mesmos não aceitam que a quebra seja feita em suas terras, sob a alegação que pode ficar alguma casca nos pastos, e isso, pode vir a ferir os cascos nos seus animais. Além do mais, esses fazendeiros alegam que as quebradeiras também produzem o carvão com as cascas do coco, porém, eles as proíbem de fazê-lo em suas propriedades dizendo que elas deixam buracos nos pastos, e isso, pode provocar a quebra das patas dos animais.



Figura 14 – Quebra do coco babaçu no barracão do MIQCB em Vila São José, distrito de São Domingos do Araguaia-PA.
Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Em relação com quem as quebradeiras realizam a quebra foi verificado que em alguns momentos elas quebram sozinhas, em outros quebram coletivamente. Assim, 61,11% disseram quebrar sozinhas, 11,11% falaram que quebram com familiares, 33,33% quebram com outras quebradeiras, e 11,11% não realizam a quebra (pagam para terceiros fazerem esse serviço).

Quando questionadas acerca do destino das amêndoas, 100% das quebradeiras relataram produzir azeite, 44,44% delas falaram que além de produzir o azeite vendem as amêndoas, e 16,66% disseram que também tiram o “leite” para uso como condimento alimentar. Interrogou-se também se as quebradeiras faziam uso de outras partes do coco babaçu e algumas delas relataram fazer mais de um tipo de uso. Assim, 22,22% responderam tirar o mesocarpo (“massa”) para produção de bolos, mingaus ou mesmo para vender, 88,88% disseram usar as cascas para a produção de carvão, e 11,11% falaram não utilizar outras partes do coco, somente as amêndoas. Desse modo, examinou-se acerca do destino da produção dessas mulheres e 61,11% disseram que além de venderem também consomem o que produzem, 27,77% falaram que produzem só para a venda (em casa, nas feiras ou na beira da estrada), e 11,11% narraram produzir somente para o consumo próprio (quadro 3).

Em relação a produção do carvão, foi verificado que todas elas produziam carvão, sendo que 61,11% produzem em casa, 16,66% produzem em terras de terceiros (pastos ou quintais), 11,11% relataram produzir na área do MIQCB, e 11,11% produzem em terras próprias (figura 15).

| Destino das amêndoas* | (%) | Uso de outras partes do coco babaçu* | (%) | Destino da produção (mesocarpo e carvão) | (%) | Local da produção de carvão | (%) |
|------------------------------------|-------|---|-------|--|-------|-----------------------------|-------|
| Venda | 44,44 | Usa as cascas na produção de carvão | 88,88 | Só para o consumo | 11,11 | Em casa | 61,11 |
| Produção de azeite | 100 | Tira o mesocarpo para a produção de bolo e mingau | 22,22 | Só para a venda | 27,77 | Terras de terceiros | 16,66 |
| Produção de leite para alimentação | 16,66 | Não utilizam outras partes do coco babaçu | 11,11 | Venda e consumo | 61,11 | Área do MIQCB | 11,11 |
| ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | Terras próprias | 11,11 |

Quadro 3 – Destino das amêndoas, uso de outras partes do coco babaçu, destino da produção de mesocarpo e carvão e local de produção de carvão pelas quebradeiras no município de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

* Nesse caso as quebradeiras relataram mais de uma opção.



Figura 15 – Carvão sendo produzido em tambor nas terras de uma quebradeira de coco babaçu nas proximidades de Vila São Benedito, distrito de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Foi verificado também que 55,55% das entrevistadas fazem uso da palha e do adubo (tronco de palmeiras em processo de decomposição geralmente utilizado em pequenas hortas que elas chamam de “canteiros” – figura 16), 33,33% usam somente a palha, e 11,11% relataram não utilizarem mais nada dos babaçuais além dos cocos (quadro 4).



Figura 16 – “Canteiro” em Vila São Benedito, distrito de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

| Outros elementos dos babaçuais utilizados pelas quebradeiras | (%) | Outras atividades das quebradeiras | (%) | Estado de origem das quebradeiras | (%) | As quebradeiras e o MIQCB | (%) |
|---|------------|--|------------|--|------------|----------------------------------|------------|
| Só a palha | 33,33 | Só o trabalho doméstico | 77,77 | Maranhão | 72,22 | Vinculadas | 33,33 |
| Só o adubo | ----- | Trabalho doméstico e artesanato | 16,66 | Pará | 5,55 | Não-vinculadas | 66,66 |
| A palha e o adubo | 55,55 | Trabalho doméstico, artesanato e funcionalismo público | 5,55 | Tocantins | 5,55 | ----- | ----- |
| Nada | 11,11 | ----- | ----- | Ceará | 11,11 | ----- | ----- |
| ----- | ----- | ----- | ----- | Piauí | 5,55 | ----- | ----- |

Quadro 4 – Outros elementos dos babaçuais, outras atividades, estado de origem e vínculo das quebradeiras no município de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Verificou-se também que 77,77% das mulheres além de se declararem quebradeiras de coco babaçu realizam somente o trabalho doméstico, 16,66% falaram que além do trabalho doméstico produzem algum tipo de artesanato (figura 17), e 5,55% relataram serem também funcionárias públicas municipais (serventes em escolas). Esses dados indicam que a quebra do coco seja utilizada como complemento de renda e alimentar, confirmando dessa maneira, os resultados de Almeida (1995), que relata que a quebra do coco não é a atividade principal das famílias. Assim, verifica-se também que essas quebradeiras apresentam diferentes territorialidades que se vinculam de

maneira direta ao modo pelo qual elas se relacionam com os recursos naturais e com as atividades desenvolvidas por elas.



Figura 17 – Um dos resultados do trabalho artesanal de uma quebradeira de coco babaçu de Vila São Benedito, distrito de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Com relação aos estados de origem dessas quebradeiras, 72,22% afirmaram terem nascido no Maranhão, 5,55% no estado do Pará, 11,11% vieram do Ceará, 5,55% são de origem do estado do Piauí, e 5,55% relataram ter vindo do estado do Tocantins. Entende-se que esse modelo extrativo já fazia parte de suas vivências antes de migrarem para o município em estudo. Ao migrarem, essas mulheres trouxeram os seus costumes, a sua cultura, o modo como trabalham e sobrevivem. Desse modo, das dezoito mulheres pesquisadas, 66,66% relataram não se vincularem ao MIQCB, e 33,33% declararam vínculo ao MIQCB (três quebradeiras de Vila São José e três de Vila São Benedito). Assim, as entrevistadas alegaram não fazer parte do MIQCB por não serem convidadas ou por não sentirem interesse em participar de tal movimento. Essa constatação pode significar que falta um pouco mais de empenho das lideranças, especialmente no processo de convencimento e arregimentação de novas participantes, pois elas são pessoas que já exercem a mesma atividade que as mulheres participantes do movimento.

Questionou-se também se outras pessoas, coletavam nos mesmos locais em que elas. Ao responderem, 50% afirmaram que ninguém, além delas, coletavam na mesma área, e as outras 50% disseram que coletores vinculados às carvoarias, cerâmicas e laticínios também coletavam na mesma área que elas (quadro5). Também se questionou se ocorriam conflitos ou disputas entre as quebradeiras e os catadores de coco babaçu, 72,22% afirmaram que não, e 27,77% relataram que sim (as quebradeiras de Vila São José são as que mais relataram disputas pelos cocos). Ainda se questionou se existia algum empreendimento nas proximidades que as quebradeiras moram que utiliza o coco babaçu e 27,77% das quebradeiras citaram a cerâmica e do laticínio (os dois localizados em Vila Açaizal – figuras 18 e 19), 27,77% lembraram somente da cerâmica, e 44,44% relataram não existir nenhum.

| Outros coletores na área de coleta das quebradeiras | (%) | Conflitos entre coletores e quebradeiras | (%) | Outros empreendimentos nas proximidades das áreas de coleta das quebradeiras | (%) | Ter conhecimento de políticas públicas que influenciam na disponibilidade de babaçu | (%) |
|---|------|--|-------|--|-------|---|-------|
| Sim | 50 | Sim | 27,77 | Cerâmica e laticínio | 27,77 | Sim | 5,55 |
| Não | 50 | Não | 72,22 | Carvoaria | ---- | Não | 94,44 |
| ----- | ---- | ----- | ---- | Só cerâmica | 27,77 | ----- | ---- |
| ----- | ---- | ----- | ---- | Não existe | 44,44 | ----- | ---- |

Quadro 5 – Outros coletores, conflitos, empreendimentos e ter conhecimento de políticas públicas que influenciam na disponibilidade de babaçu no município de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.



Figuras 18 e 19 - Laticínio e cerâmica que utilizam o coco babaçu em Vila Açaizal no município de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Na tentativa de verificar se as quebradeiras tinham conhecimento de alguma política pública que tenha influenciado, de alguma forma, no aumento ou na diminuição da disponibilidade de coco babaçu, a grande maioria, 94,44% disseram não conhecer nenhuma e, somente 5,55% falaram que conhecem. Quanto ao conhecimento da Lei n.º 934/2004 de 30 de novembro de 2004, que dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências, 66,66% falaram não ter conhecimento desse instrumento jurídico, e 33,33% relataram ter ciência da existência de tal lei (quadro 6). Assim, ao questionar se essa lei contribuiu de alguma forma para a conservação dos babaçuais no município, 22,22% reconheceram que sim, 22,22% entendem que não e 55,55% não souberam responder. Houve relatos dando conta de que a lei, por si só, não consegue conter o desmatamento dos babaçuais, especialmente nas proximidades de Vila São José. No que se refere à questão que buscava saber se as quebradeiras sabiam que essa lei é uma forma de reconhecimento, por parte do município, do modo de vida tradicional dessas mulheres, 55,55% disseram que sim e 44,44% disseram não saber.

| Ter conhecimento da Lei municipal n.º 934/2004 | (%) | Entendimento de que a Lei municipal n.º 934/2004 contribuiu para conservar os babaçuais | (%) | Entendimento de que a Lei municipal n.º 934/2004 é uma forma de reconhecimento da vida tradicional | (%) |
|---|------------|--|------------|---|------------|
| Sim | 33,33 | Acha que não | 22,22 | Sim | 33,33 |
| Não | 66,66 | Reconhece que sim | 22,22 | Não | 66,66 |
| ----- | ----- | Não sabe | 55,55 | ----- | ----- |

Quadro 6 – Conhecer a Lei municipal n.º 934/2004 e o reconhecimento das contribuições dela para município de São Domingos do Araguaia-PA.

Fonte: Souza (2014), dados de campo.

Dessa forma, do mesmo modo como em Cruz (2009) se entende que tratam-se de lutas pelo direito à territorialidade que é fundamental na reprodução dos modos de vida tradicionais, pois a territorialidade é, sem dúvida, uma dimensão essencial da afirmação desses direitos coletivos que choca-se com as concepções liberais de propriedade. Assim, apesar dessas mulheres quebradeiras de coco babaçu não terem conhecimento desse instrumento legal, lutam pela à manutenção de suas territorialidades quando relatam que a lei deveria ser respeitada, pois é dos babaçuais que elas tiram seus sustentos. Ao falarem dos territórios dos “povos tradicionais”, Little

(2002), sob o escopo de Cruz (2009), relata que esses territórios se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. Portanto, a longa duração dessas ocupações (domínio estratégico-funcional e apropriação simbólico-expressiva) fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais e afirmações identitária. Então, a expressão dessas territorialidades não jaz na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que aciona dimensões simbólicas e identitária na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Portanto, as identidades dessa mulheres podem ser entendidas sempre como uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo, uma relação, como uma “posição relacional”, uma “posição-de-sujeito” construída de modo relacional e contrastiva. O outro sujeito que a identidade das quebradeiras contrasta é o proprietário de terras que proíbe a coleta, a quebra e a produção de carvão em suas terras. Assim, se propõe que a luta pela certificação da identidade, enquanto configuração de reconhecimento social da diferença, possui o significado de lutar para manter visível a especificidade do grupo de quebradeiras, ou melhor, dizendo, aquela que o grupo de quebradeiras toma para si para apontar projetos e interesses distintos.

Ainda, buscou-se compreender como essas mulheres quebradeiras de coco babaçu percebem os locais que moram, coletam, quebram e vendem o que produzem. Assim, surgiram respostas como essa de uma quebradeira de Vila Santana: *“Aqui é um lugar assim que não tem outra ocupação, então o nosso ramo é quebrar e é disso que nós vive (F. A. S.)”*.

Essa resposta indica que a quebradeira percebe esse território, entendido como seu espaço de vivência, como um local de usufruto dos recursos. Já uma quebradeira residente no Centro da cidade de São Domingos do Araguaia entende que é nesse território que acontece tudo, além de espaço de trabalho é o local onde passeia, se diverte e gosta muito. Outras se referem a calma e tranquilidade longe da correria que esse território proporciona.

Nessa mesma linha de raciocínio, houve relatos de quebradeiras que percebem seus territórios como a outra quebradeira entrevistada em Vila Santana. No seu relato

ela disse que o local é bom de se viver pois: “... *estou criando meus filhos e netos tirando o sustento do aposento e da quebra do coco (M. P. S.)*”. No entanto, surgiram relatos de dificuldades devido a quebradeira não ser proprietária da terra e a necessidade de se preservar os babaçuais. Porém, a maioria das quebradeiras se referiram a esse território como um lugar de produção, como é o caso de uma quebradeira de Vila São José que disse: “*A produção maior é mesmo o coco, nós num sabe fazê outra coisa e nosso produto é esse mermo (M. J. P.)*”. Uma quebradeira de Vila Açaizal disse que é: “*...um lugar bom pá vivê, o coco dá pá tirá uma renda, dá pá comprar umas coisinha (R. P. A.)*”. Nota-se, portanto, que há quebradeiras que percebem esse território como em Godelier (1984), que fala da importância dada ao território como fonte de recurso, quanto ao seu acesso, controle e uso. E como em Santos et al. (2000), citado por Haesbaert (2010) que relata que numa distinção entre território como recurso e território como abrigo, para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, aval de realização de seus interesses particulares, para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo, sendo que estes buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam suas sobrevivências nos lugares. Na interação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como “ator” quanto como objeto da ação.

Respostas na linha de entendimento do território usado como fonte recursos e abrigo surgiram durante as entrevistas quando se questionou o que os babaçuais significam para essas mulheres quebradeiras de coco babaçu. Uma quebradeira de Vila Açaizal disse que os babaçuais significam: “*...muita coisa, é muito bonita, agente precisa muito das palmeiras (M. C.)*”. Outras falaram que é um meio de vida, de tirar o sustento, como se pode notar através do relato de uma quebradeira de Vila São José: “*O babaçu é muito importante, não posso desclassificar uma coisa que foi com ele que sobrevivi e ainda hoje sobrevivo com ele (M. H. G. C.)*”. Outra quebradeira residente nessa mesma vila faz um relato semelhante: “*Prá mim é a vida, porque eu sou aposentada e tiro o meu sustento do babaçu, toda vida eu lembro que meu ramo é o coco, uma caixa de fósforo vem do dinheiro do babaçu. Eu gosto de mexer com o babaçu (Z. R. C. S.)*”. Assim, se entende que essas quebradeiras recriam estratégias que garantam suas sobrevivências e suas territorialidades através da exploração dos recursos oferecidos pelos babaçuais, embora haja conflitos pela apropriação desses recursos. Para Haesbaert (2002), é na territorialidade que reside a garantia do reconhecimento de uma

identidade coletiva e dos direitos coletivos, pois o território é, para essas populações, ao mesmo tempo os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção; e ao mesmo tempo é um referencial simbólico e subjetivo basilar na construção de identidades, portanto, o território é “abrigo” e “recurso”: abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção e, concomitantemente, elemento essencial de identificação, simbolização e pertencimento para esses grupos sociais.

Barbosa (2008) ao descrever o processo de construção da identidade das mulheres quebradeiras de coco babaçu, assevera que essas agroextrativistas têm concebido os babaçuais como um elemento marcante de suas identidades, cultura e histórias, além de notá-los como recurso natural com forte potencial econômico, pois os utilizam em diferentes momentos de seus cotidianos, como na construção de casas, cercas, abanos, cestos e artesanatos diversos. Para a autora, são múltiplas as possibilidades de vinculação entre o uso utilitário do babaçu e a configuração de processos sociais que levaram os agroextrativistas a considerarem os babaçuais como um elemento definidor de suas identidades, cultura e história, e como recurso natural com forte potencial econômico. Essa autora ainda considera que para além da importância econômica do babaçu, estabelecem-se relações outras, de sentimentos e afetos. Às questões econômicas e ao nível pragmático-utilitário liga-se a um modo culturalmente característico de ser e existir.

Ainda se questionou qual seria a sensação que as quebradeiras sentiam quando viam alguém derrubando as palmeiras. A maioria das respostas se referem a perda de recurso ou abrigo, mas também se encontrou aquelas que mostram apropriação simbólica dos babaçuais. Haesbaert (2010) mostra que a conceituação de Godelier (1984) citada na discussão sobre a perspectiva materialista de território, apresenta importantes nuances, reivindicando também a inclusão de uma dimensão ideal ou apropriação simbólica, pois, o acesso, o controle e o uso é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

No caso da resposta se referir a perda de recurso, a fala de uma quebradeira de Vila Santana é bem ilustrativa:

“Fico assim, acho que não devia derrubá mas eles não sabe que num pode. Poderia ter uma lei que não deixasse eles derrubá, senão como é que nós vai viver? Daqui uns dia acaba tudo e nós num pode mais tirá o nosso sustento. As palmeira serve de tudo, porque nós usa a “paia”, o coco, o estrume. Se derrubá tudo, as coisa vão ficando mais longe, nós tem que ir buscá muito longe. Quiria que num derrubasse mais, sinto um aperto no coração se vê as pessoa derrubando (F. A. S.)”.

Uma quebradeira do bairro Novo Planalto, faz um relato semelhante, *“Sinto um aperto no coração, não sei o que fazê, fico muito triste. Parece que se derrubá as palmeira nós pode não tê mais o coco, aí tudo fica mais difícil. Como é que nós vai criar nossos filhos? (F. C. S.)”.* Outro relato semelhante é feito por uma quebradeira de Vila São Benedito: *“Eu não sinto muito sartifeita não, é mermo que quebra uma perna da gente. Com elas agente já passa necessidade e sem ela? (M. R. T.)”.* Outra quebradeira de Vila Açaizal relata:

Sinto que eu fico muito triste, é delas que eu tiro o sustento dos meus filhos, se derrubá elas, de onde vou tirá o sustento dos minino? Eu sei viver é disso, de quebrar o coco, fazer o azeite e depois vender. Aí compra as coisinha que tá faltando (R. P. A.).

As respostas que denotam uma apropriação simbólica de seus territórios foram dadas por quatro quebradeiras, sendo que uma de Vila São José relatou: *“Me sinto muito triste, parece que tão matando uma pessoa que eu gosto muito, até choro quando vejo, é delas que tiramos nosso sustento (M. H. G. C.)”.* Outra quebradeira de Vila Santana disse: *“Me sinto muito triste, é mermo que matar um parente meu, parece que esse povo que derruba não tem consciência não, pra eles o que importa é tê o pasto pro gado (M. P. S.)”.*

Outras duas quebradeiras fizeram relatos que denotam apropriação simbólica de seus territórios, sendo que a quebradeira de Vila Açaizal ao ser questionada acerca do que ela sente quando vê alguém derrubando as palmeiras, disse:

A dor dentro do coração. Se vê uma pessoa derrubando, diz que está matando as pessoa. Eu agora no dia que fui no Maranhão, eu não conheci o lugar, tá tudo derrubado, eu chorei quando vi aquilo. Ave Maria, doeu dentro de mim pa vê aquela fazenda que gado berrava caçando sombra. Minha gente, pra que fez isso? E dissero: A porque não entrou lei aqui. Aí eu falei, pois lá onde eu moro, pois lá nós não derruba não, se derrubá uma

palmeira vai a Fetagri e o dono ainda paga multa. A palmeira ficou pro povo morador (M. D.).

A quebradeira de Vila São José fez uma analogia das palmeiras com elas próprias que são mães:

Uma palmeira é igual a uma mãe de família, sinto uma grande comoção. Daquele bagaço quando apodrece dá pra fazer um canteiro, plantá verdura pra se alimentá. A palha serve, o azeite, tudo é produção, da palmeira não se perde nada. Uma palmeira carregada é igual a uma mãe de família, com os horrô de filho arredor, dando vida pros outro (M. J. P.).

Nesse sentido, se corrobora com Barbosa (2008) que reforça a ideia de que o babaçu tem sido um elemento a partir do qual essas mulheres se auto identificam e, em relação ao qual constroem sentimentalidades. Além de suas produções artísticas e culturais serem reveladoras da militância política dessas extrativistas, o são também de seu universo simbólico, pois, interagem com a natureza que as rodeia e com os diversos aspectos culturais presentes em seu cotidiano, o que se observa, por exemplo, na “Ave-Maria das Quebradeiras”. Ao mesmo tempo em que implora à Virgem pela não derrubada dos babaçuais, a canção traça uma comparação da palmeira com a santa. Desse modo, essa representação da palmeira como “mãe” e “virgem” mostra os contatos sociais e simbólicos constituídos entre quebradeiras e Igreja Católica.

Portanto, entende-se que as formas de territorialização das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia se dão pela relação com os recursos naturais que ela acessam, controlam e usam, pois é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

5. CONCLUSÃO

Identificou-se como território das mulheres quebradeiras de coco babaçu residentes no município de São Domingos do Araguaia, todas as localidades do município que existam quebradeiras e babaçuais, tanto na zona rural quanto na zona

urbana. Embora as quebradeiras estejam espalhadas pelas roças, fazendas, projetos de assentamentos, vilas, margens das estradas, beiras dos rios e na sede do município, a grande maioria se declara quebradeira não é proprietária dos babaçuais.

Quanto a percepção que o Estado perpetra sobre o mencionado território das quebradeiras de coco babaçu do município de São Domingos do Araguaia, se faz notar principalmente pela implementação de projetos de “desenvolvimento” e de leis, como a criação das Regiões de Integração e a elaboração da Lei Municipal 934/2004 de 30 de novembro de 2004 que dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município. Assim, se reconhece que as políticas públicas impetradas sobre esse território apresentam uma abrangência muito maior que o território dessas mulheres, contudo, reconhecem a existência delas e provocam transformações sobre os mesmos. Portanto, a percepção do Estado em seu nível municipal sobre o território das quebradeiras de coco babaçu do município de São Domingos do Araguaia, embora ainda mantenha seu caráter jurídico-administrativo, espraia-se para o conjunto de terras agrupadas em uma unidade dependente de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime. Trata-se de um compartimento do espaço politicamente distinto e uma entidade jurídica, administrativa e política. Assim, sua característica fundamental permanece sendo o caráter político-administrativo do território.

Quanto as formas de territorialização das quebradeiras de coco babaçu no município de São Domingos do Araguaia, entende-se que estas se dão pela relação com os recursos naturais que ela acessam, controlam e usam, pois é o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais são dependentes.

No que concerne ao modo como as quebradeiras de coco babaçu percebem seus territórios, entende-se que algumas os percebem como fonte de recurso ou abrigo, mas também há aquelas que demonstram apropriação simbólica dos babaçuais. No que se refere a apropriação simbólica do território por parte das quebradeiras de coco babaçu de São Domingos do Araguaia, se entende que essas quebradeiras recriam estratégias que garantam suas sobrevivências e suas territorialidades através da exploração dos

recursos oferecidos pelos babaquais, embora haja conflitos pela apropriação desses recursos.

Verifica-se que o babaçu tem sido um elemento a partir do qual essas mulheres se auto identificam e, em relação ao qual constroem sentimentalidades. Além de suas produções artísticas e culturais serem reveladoras da militância política dessas extrativistas, o são também de seu universo simbólico, pois, interagem com a natureza que as rodeia e com os diversos aspectos culturais presentes em seu cotidiano.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.) **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

_____. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, São Luís, 1995.

_____. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.

_____. Processo de Territorialização e Movimentos Sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. (Orgs.) **O Campo do Século XXI: território da vida, de luta e de justiça social**. São Paulo, Paz e Terra/ Casa Amarela, 2005.

_____. **Antropologia dos Arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro, Casa 8/F. U. A., 2008.

ALVARES, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e Política nos Movimentos sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização do desenvolvimento econômico regional. In: **Planejamento e Políticas Públicas – PPP. (IPEA)**. n. 23, jun. 2001. p. 261 – 286. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acessado em: 18nov. 2013.

ARDREY, M. **The Territorial Imperative: a personal inquiry into the animal origins of property and nations**. Londres e Glasgow, Collins, 1969.

BARBOSA, V. O. Mulheres de Fibra na Luta por Direitos Sociais. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz – MA, 28 a 30 de agosto de 2007. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/.../688e9d6daa5f94af5643viviane.pdf>>. Acessado em: 12 out. 2011.

_____. Trabalho, conflitos e identidade numa terra de babaçu. In: **História Social**. n. 14/15, p. 255 – 275, Campinas-SP, 2008. Disponível em:<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/137/130>>. Acessado em: 28 dez. 2012.

BECKER, B. K. **Geopolítica: a Amazônia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

BECKER, B. K; EGLER, A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 8 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

BONNEMAISON, J; CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. Geographies et Cultures. In: **Le Territoire**.n. 20, Paris, L'Harmattan, 1996.

BOURDIEU. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, Difel, 1989.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da Cidadania: Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro**. 2008. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_06_07.pdf>. Acessado em 15 dez. 2013.

_____. **Territórios da Cidadania: integração de políticas públicas para reduzir desigualdades**. 2009. Disponível em: <http://territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pageflip/pageflip-view?pageflip_id=2221713>. Acessado em: 15 dez. 2013.

_____. **Territórios da Cidadania: Matriz de ações 2013**. As ações constantes neste relatório estão sendo executadas no Território da Cidadania: Sudeste Paraense-PA. 2013. Disponível em: <http://territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sudesteparaensepa/one-community?page_num=0>. Acessado em: 15 dez. 2013.

_____. **Decreto Presidencial de n.º 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em: 28 out. 2013.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos**. 2. ed. São Paulo, USP/Nupaub; Hucitec, 2000.

- CASTRO, E; PINTON, F. *Faces do Tropicó Úmido. Conceitos e Questões Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém, Cejup, 1997.
- CHIVALLON, C. *Fin des territoires ou necessite d'une conceptualisation autre?* In: **Géographies et Cultures**. n. 31, Paris, L'Harmattan, 1999.
- COX, K. **Political Geography: Territory, State and Society**. Malden e Oxford, Blackwell, 2002.
- CRUZ, V. C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. In: **Revista Terra Livre**. Ano 22, v. 1, n. 26. Jan-Jun/2006. Disponível em: <http://www.agb.org.br/files/TL_N26.pdf>. Acessado em: 02 out. 2011.
- _____. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F. G. B. de. HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro, Access, 2007. 136 p.
- _____. **A “ambientalização” e “etnização” das lutas sociais pela terra na Amazônia: novas agendas, novos agenciamentos político-territoriais**. 2009. Acessado em: <http://egal2009.easypanners.info/area02/2197_CRUZ_VALTER.pdf>. Acessado em 16 out. 2013.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, EDUSP, 1999.
- CUNHA, M. C; ALMEIDA, M. W. B. **Quem são as populações tradicionais?** 2001. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-tradicional/quem-s%C3%A3o-as-popula%C3%A7%C3%B5es-tradicionais>>. Acessado em: 12 out. 2013.
- DI MÉO, G. **Géographie Sociale et Territoires**. Paris, Nathan, 1998.
- DOW AGROSCIENCES. **Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ**. Disponível em: <http://af.com.uy/sitio/pdf/p46_seguridad.pdf>. Acessado em: 05 out. 2012.
- EMMI, M. F. **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém, UFPA/CFCH/NAEA, 1987. 196 p.
- EVANS, P. **Dependent Development**. The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil. Princeton, Princeton University Press, 1979.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- _____. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- FREUND, J. **A Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.
- GARCIA, J. L. **Antropología del Territorio**. Madri, Taller de Ediciones, 1996.

- GODELIER, M. **L'idéal et le materiel**. Paris, Fayard, 1984.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, Contexto, 2001.
- GOTTMAN, J. **La Politique des États et as Géographie**. Paris, Armand Colin, 1952.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói, EdUFF, 1997.
- _____. **Territórios Alternativos**. Niterói-RJ, Contexto, 2002.
- _____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro, Access, 2007. 136 p.
- _____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 5 ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- HALL, E. **A Dimensão Oculta**. Lisboa, Relógio D'água, 1986.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2004.
- HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography**. Washington, Association of American Geographers, 1939.
- HOWARD, E. **Territory in Bird Life**. Londres, Collins, 1948.
- IANNI, O. **A Luta Pela Terra**. Petrópolis, Vozes, 1978.
- IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da Região de Integração Carajás**. Belém, IDESP, 2013. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/indicadoresQualidadeAmbiental/IndicadoresRICarajas.pdf>>. Acessado em: 27 out. 2013.
- LAGENEST, H. D. B. **Marabá Cidade do Diamante e da Castanha**. São Paulo, Anhembi, 1958.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris, Anthropos, 1986.
- LEFF, H. **Racionalidade Ambiental**. A Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

- LEITE, J. R. M; PILATI, L. C. Princípios fundamentais do direito Ambiental. In: PILATI, L. C; DANTAS, M. B. **Direito ambiental simplificado**. São Paulo, Saraiva, 2011. (Coordenador José Rubens Morato Leite).
- LENZI, C. L. **Sociologia ambiental: riscos e sustentabilidade na modernidade**. Bauru, Edusc, 2006. (Coleção Ciências Sociais).
- LÉVI-STRAUSS, C. (org.). **L'Identité: Seminaire interdisciplinaire dirige par Claud Lévi-Strauss**. Paris, Quadriga e PUF, 1997.
- LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. UNB, n. 322 (Digital), 2002.
- LYRA, M. M. Dano Ambiental. In: **Revista de Direito Ambiental**. v. 8, p. 49-83. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997.
- MARTINS, L. **O Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- MARX, K. **O Capital**. Vol. 1, Tomo 2. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Col. Os Economistas).
- MASSEY, D. **Spatial Divisions of Labour**. Nova York, Routledge, 1984.
- _____. **Space, Place and Gender**. Cambridge, Polity, 1994.
- MONTEIRO, A. et al. **O espaço amazônico: Sociedade e meio ambiente**. Belém, UFPA/NPI, 1997.
- MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. São Luís, 2005. (Quebradeiras de Coco Babaçu – Pará, Fascículo 5).
- MORAES, A. C. **Bases da Formação Territorial do Brasil: O Território Colonial Brasileiro no “Longo” Século XVI**. São Paulo, Hucitec, 2000.
- MORALES, M. Estado e desenvolvimento regional. In: BECKER, B. et al (Orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- OLIVEIRA, R. **Identidade Étnica e Estrutura Social**. São Paulo, Editora Pioneira, 1976.
- OLIVEIRA, C. M. B. **Situação atual do babaçu nos quatro municípios: São Domingos, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina, Pará**. Marabá, IRD, UFRA, UFPA/UNIFESSPA, 2013.
- PATERNOSTRO, J. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo, Ed. Nacional, 1945.
- PENNA, M. **O que faz ser nordestino**. São Paulo, Cortez, 1992.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1991.

QUAST, J. R. S. Uma leitura geográfica do programa “Territórios da Cidadania” no território da Grande Dourados (MS). In: **XIII Encontro Internacional Humboldt**. Dourados, 26 a 30 de set. 2011. Disponível em: <<http://rednuestrasciudades.blogspot.com.br/2012/03/ponencia-encuentro-humboldt-19011-uma.html>>. Acessado em: 15 dez. 2013.

RAFFESTIN, C. Écogénèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, F; BRUNET, R. (orgs.) **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris, Fayard, Fondation Diderot, 1986.

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. (dir.) **Réseaux Territoriaux**. Caen, Paradigme, 1988.

_____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. (org.) **Ratzel**. São Paulo, Ática, 1990.

RÊGO, J. L; ANDRADE, M. P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. In: **Agrária**, n. 3, pp. 47-57, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revista/3/_rego_e_andrade.pdf>. Acessado em: 12 out. 2011.

ROCHA, G. M. **A Construção da Usina Hidrelétrica e a Redivisão Político-territorial na Área de Tucuruí**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, M. **Cultura na Prática**. 2 ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec e ANPUR, 1994.

SANTOS, M. et al. **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis, XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA. **Lei n.º 934/2004 de 30 de novembro de 2004**. Dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 1.159/2006 de 2 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de São Domingos do Araguaia.

SARTRE, J-P. **Search for a Method**. Trad. Hazel E. Barnes. Nova York, Doubleday, 1968.

SHIRAIISHI NETO, J. **“Crise” nos Padrões Jurídicos Tradicionais:** o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. 2005. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/Joaquim_Shiraiishi_Neto.pdf>. Acessado em: 12 out. 2011.

SILVA, S. P. R. Considerações sobre o Estado e sua atuação sobre o território. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 124, set. 2011. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CCIQFjAA&url=http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/12453/7750&ei=WqFfUPOQNZPC9QSIkYCYAg&usg=AFQjCNFOYrssfSLtiwizIzuhP47dUTn2NQ&sig2=yfTLM EJ RneNfCrd-2uwV5A>>. Acessado em: 23 set. 2012.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2004.

SIMIONATTO, I. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. 1997. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>>. Acessado em: 11 abr. 2013.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, M. A. A. Reconstituindo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, C. A; FREIRE, D. G; OLIVEIRA, F. J. G. (orgs.). **Metrópole:** governo, sociedade, território. Rio de Janeiro, DP&A/FAPERJ, 2006.

SOUZA, V. M. **Mulheres quebradeiras de coco, desenvolvimento local e cidadania em São Domingos do Araguaia-PA**. Monografia (Especialização em Educação Ambiental, Cidadania e Desenvolvimento Regional). Marabá, UFPA/NEAM, 2012.

STEINBRENNER, R; HURTIENNE, T; POKORNY, B. Participação e Comunicação: dilemas e desafios ao desenvolvimento. In: CASTRO, E; HURTIENNE, T; SIMONIAN, L; FENZL, N. (Orgs.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém, NAEA/UFPA, 2007.

TEISSERENC, P. Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia. Trad. Maria José da Silva Aquino. In: ANTROPOLÍTICA. n. 29, p. 153-179, 2 sem. Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/viewFile/42/pdf>>. Acessado em: 19 nov. 2013.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

WOLF, E. R. **Guerras Camponesas do Século XX**. São Paulo, Global Ed., 1984.

WOLKMER, A. C. **Pluralismo Jurídico:** Nuevo marco emancipatório en América Latina. (Digital). 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2004 (1997).

ANEXOS

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

Nome da quebradeira: _____

Local de residência da quebradeira: _____

Idade: _____

Data: ____/____/____.

- 01 – Como a senhora coleta o coco babaçu?
- 02 – Onde a senhora coleta o coco babaçu? Coleta em mais de um local? Quais?
- 03 – Qual a distância média entre a sua residência e o local de coleta?
- 04 – A senhora necessita de autorização dos donos de terras para coletar o coco babaçu?
- 05 – Com quem a senhora coleta o coco babaçu?
- 06 – Como a senhora transporta os cocos até o local da quebra?
- 07 – Como acontece a quebra do coco babaçu? Que ferramentas a senhora utiliza?
- 08 – A quebra acontece no local da coleta?
- 09 – Com quem a senhora realiza a quebra?
- 10 – O que a senhora faz com as amêndoas? A senhora vende as amêndoas? Produz azeite? Outros produtos?
- 11 – Além das amêndoas, a senhora utiliza outras partes do coco babaçu? Que partes? O que se produz com as outras partes?
- 12 – Qual o destino da produção? Se a senhora vende o que produz, em que local acontece a comercialização?
- 13 – A senhora produz carvão? Em terras de terceiros? Se a senhora produz em terras de terceiros, o proprietário permite sem reclamações?
- 14 – Se produz carvão, é para consumo ou para venda? Ou as duas opções?

- 15 – Além do coco babaçu, quais as outras coisas dos babaçuais que a senhora utiliza?
- 16 – Além de se declarar quebradeira de coco babaçu, quais outras atividades que a senhora desenvolve? É doméstica? Funcionária pública? Autônoma? Aposentada? Outra?
- 17 – A senhora é originária de onde? Quando chegou a este local?
- 18 – A senhora é integrante do MIQCB?
- 19 – Outras pessoas, além das quebradeiras, coletam o coco babaçu nos mesmo locais em que a senhora coleta?
- 20 – Ocorrem conflitos ou disputas entre as quebradeiras e os catadores de coco babaçu?
- 21 – Qual o destino dos cocos que os catadores dão aos cocos que eles catam?
- 22 – Existe algum empreendimento nas proximidades do local que você mora que utilize os cocos babaçu? Laticínios? Cerâmica? “Fábrica” de ração? Outro?
- 23 – Você conhece alguma política pública que tenha influenciado no aumento ou na diminuição da disponibilidade de coco babaçu? Ou no desmatamento ou reflorestamento?
- 24 – Você conhece a Lei n.º 934/2004 de 30 de novembro de 2004, que dispõe sobre a preservação das palmeiras de babaçu no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, e dá outras providências?
- 25 – Essa lei contribuiu de alguma forma para conservar os babaçuais?
- 26 – Você sabe que essa lei é uma forma de reconhecimento, por parte do município, do modo de vida tradicional das quebradeiras?
- 27 – Como a senhora vê o local que a senhora mora, coleta, quebra e vende a produção?
- 28 – A senhora se identifica com os babaçuais?
- 29 – O que os babaçuais significam para a senhora?
- 30 – O que a senhora sente quando vê alguém derrubando as palmeiras?

ANEXO B

LEI n.º 934/2004 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2004

DISPÕE SOBRE A PRESERVAÇÃO DAS PALMEIRAS DE BABAÇU NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, ESTADO DO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia aprovou, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - As palmeiras de coco babaçu nativas, existentes no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, são de uso comum das quebradeiras de coco babaçu e suas famílias, em face da relevância ambiental e social, que as exploram em regime de economia familiar e comunitária, ficando garantido o acesso destas ao coco babaçu que deve ser efetivado conforme entendimento entre as quebradeiras de coco e fazendeiros.

Parágrafo Primeiro – Somente serão retirados os cocos babaçu que se encontrarem no chão, ficando proibida a quebra do coco ou a abertura de buracos nas propriedades alheias, bem como proibida a retirada de quaisquer outros frutos, sementes, mudas, flores e demais objetos da propriedade rural.

Parágrafo Segundo – As quebradeiras de coco babaçu não causarão quaisquer prejuízos aos proprietários das Fazendas, Chácaras e sítios; mas havendo tal situação, deve ser comunicada as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura, sem prejuízo de ações judiciais competentes.

Art. 2.º - No município de São Domingos do Araguaia é proibida a realização de

qualquer ato que venha causar danos diretos ou indiretos as palmeiras nativas de babaçu jovens e adultas, tais como derrubada, corte de cacho, queimada sem controle, uso de agrotóxico e defensivos agrícolas, extração de palmito, cultivo de plantações que tragam algum prejuízo ao desenvolvimento ou sobrevivência da palmeira, ou quaisquer outras ações danosas, salvo quando houver autorização por órgão competente.

Art. 3.º - Serão permitidos os trabalhos de raleamento, desde que se mantenha uma densidade de no mínimo 60 (sessenta) palmeiras adultas e 60 (sessenta) palmeiras jovens (capoteiras ou pindobas) em cada hectare desmatado, distribuídas de forma a evitar a concentração de palmeiras na área, sem prejuízo da manutenção da área de reserva legal prevista pela Lei 4.771/65 (Código Florestal) e demais normas reguladoras do tema.

Parágrafo 1.º - Para fins de raleamento serão derrubadas preferencialmente as palmeiras nativas improdutivas.

Parágrafo 2.º - Os trabalhos de raleamento deverão ser comunicados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, devendo o trabalho ser acompanhado pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura, além de entidades representativas da classe dos trabalhadores rurais do município e das quebradeiras de coco babaçu.

Art. 4.º - Fica proibida, no município de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, a venda em massa do coco inteiro, salvo aqueles cocos que não tiveram utilização para extração de amêndoas ou outro produto decorrentes destes.

Art. 5.º - As infrações pelo não cumprimento desta Lei, sujeitará o infrator as seguintes sanções:

I – Advertência, nos casos de pequeno potencial ofensivo ao Meio Ambiente;

II – Multa, que deverá ser arbitrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e recolhida em agência bancária em favor da Prefeitura Municipal, no valor de 1 a 10 salários mínimos, conforme a gravidade do dano causado, independente do ressarcimento dos danos causados e das sanções penais aplicáveis ao caso e;

III – Multa dobrada, caso infrator seja reincidente.

Art. 6.º - As entidades representativas dos trabalhadores rurais e das quebradeiras de coco babaçu tem assegurado o acesso as informações sobre as aplicações de multas e advertências.

Art. 7.º - A orientação a comunidade e fiscalização do disposto nesta Lei caberá às Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura, acompanhadas pelas entidades supramencionadas.

Art. 8.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA,
EM 30 DE NOVEMBRO DE 2.004.

Francisco Edison Coelho Frota

Prefeito Municipal